



Revista Brasileira de
**História
Militar**



Ano X - Nº 26
Novembro 2019

Expediente

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

ISSN 2176-6452

EDITOR RESPONSÁVEL

Cesar Machado Domingues

EDITOR ASSOCIADO

Marcello José Gomes Loureiro

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050 | editor@historiamilitar.com.br

CONSELHO CONSULTIVO

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)

Luiz C. Carneiro de Paula (IGHMB)

Cesar Campiani Maximiano (USP)

Maria Teresa Toribio B. Lemos (UERJ)

Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)

Cláudia Beltrão da Rosa (UNIRIO)

Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

CONSELHO EDITORIAL

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Wellington Amorim (Escola Naval)

Ricardo Pereira Cabral (Escola de Guerra Naval)

Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (UFF)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (UNISUL)

DIAGRAMAÇÃO

Graphix Design | www.graphix.com.br



Imagem da capa

(Fotografia de autoria desconhecida, publicada originalmente no jornal Plymouth Herald. Acervo Digital do Editor)

O HMS Conqueror (S48), retornando à Base Naval Clyde na Escócia, após afundar o Cruzador General Belgrano durante a Guerra das Malvinas. Repare que na torre do submarino tremula a “*Jolly Roger*”, seguindo a tradição naval britânica de hastear a antiga bandeira pirata ao retornar ao porto após ter afundado um navio inimigo. A bandeira hasteadada é repleta de simbolismos – além de torpedos cruzados em lugar dos ossos – apresenta em um dos cantos superiores a silhueta branca do navio afundado e no outro uma adaga, referindo-se a participação do submarino nas operações de Forças Especiais para retomada da Geórgia do Sul, ocorridas antes do afundamento do navio argentino.

Editorial

Esta edição traz uma diversidade de temas, com recortes temporais que vão da antiguidade aos nossos dias. Começamos com um artigo de Daniel Kosinski da UFRJ, relacionando a cunhagem das primeiras moedas com a necessidade de pagamento de tropas. Em seguida, a Professora Letícia Simões, da Unilasalle-RJ, e Vitor Chiozzo, mestre pelo PPGEM da Escola de Guerra Naval, tratam de questões e disputas geopolíticas entre os EUA e a China. Ainda no esteio do século XX, temos um artigo do Professor Douglas Siqueira da UNIP sobre o emprego dos princípios clausewitzianos pelo alto comando alemão durante a Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, o pesquisador Felipe Malachini, também do PPGEM da Escola de Guerra Naval, apresenta as diversas fases da Guerra das Malvinas, enquanto Jamicel da Silva, do PPGHM da Unisul, apresenta a interessante história da participação de Juscelino Kubistchek na Guerra Civil de 1932.

Contamos ainda com a participação de Albertini Rodrigues, que se debruça sobre a atuação da Marinha do Brasil diante dos ataques dos submarinos alemães na Segunda Guerra Mundial; e Luiz Guilherme Montez, que discute a crise no Golfo da Guiné e as possibilidades decorrentes para o Brasil. Rafaelle Torres conclui a edição com uma resenha do livro “Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial”, de autoria de Francisco César Ferraz.

A todos que colaboraram para mais esta edição, nosso muito obrigado.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável

Sumário

A moeda cunhada: uma antiga inovação militar	5
Daniel Kosinski	
Pivot para a Ásia: uma análise da política externa dos EUA e seu legado	22
Leticia Cordeiro Simões de Moraes Lima Vitor Deccache Chiozzo	
A influência de Clausewitz no Alto Comando Alemão durante a Segunda Guerra Mundial	37
Douglas Guimarães Siqueira	
Guerra das Malvinas - uma visão sobre as fases do conflito	53
Felipe Malachini Maia	
Um cirurgião no front: a participação de Juscelino Kubitschek na Batalha do Túnel	68
Jamicel Francisco Rocha da Silva	
Reações da Marinha do Brasil em face aos ataques dos submarinos alemães	83
na Segunda Guerra Mundial	
Albertini Luiz de Souza Rodrigues	
O Atlântico Sul e a Crise no Golfo da Guiné: desafios e oportunidades para o Brasil	100
Luiz Guilherme Oliveira Tosta Montez	
<i>Resenha</i>	
A participação das forças armadas brasileiras na Segunda Guerra Mundial	120
Rafaelle Torres Pereira da Silva	
Livro em destaque	122
<i>Criméia: A história da guerra que redesenhou o mapa da Europa no Século XIX</i>	

A moeda cunhada: uma antiga inovação militar

Daniel Kosinski¹

Resumo

São abundantes na história os casos de inovações tecnológicas com origens e propósitos militares que foram posteriormente adaptadas para usos civis, muitas vezes alcançando notável sucesso comercial. Dificilmente se poderia suspeitar que instrumentos tão antigos e corriqueiros quanto as moedas cunhadas pudessem representar um, ou até mesmo o pioneiro, desses casos. Afinal, a Economia costuma atribuir o surgimento das moedas à solução de supostas “necessidades” do comércio ou “problemas de mercado”, portanto as considerando uma “inovação comercial”. Porém, um amplo conjunto de evidências arqueológicas e históricas desmente essa visão, indicando que a cunhagem representa uma inovação técnica e política datada do século VII a.C. que atendeu a propósitos militares, associados à crescente profissionalização dos exércitos. Foi apenas a partir do seu emprego original nas guerras que as moedas se tornaram os meios preferenciais de desempenho das atividades comerciais.

Palavras-chave: Moedas cunhadas; dinheiro; inovação; exércitos; Antiguidade.

Abstract

Abound in history cases of technological innovations with military origins and purposes that were later adapted to civilian uses, frequently achieving remarkable commercial success. One could hardly suspect that instruments as old and habitual as minted coins might represent one or even the precursor of these cases. After all, Economics usually assigns the emergence of coins to the solution of supposed commercial “needs” or “market issues”, therefore regarding them as a “commercial innovation”. However, a broad set of historical and archeological evidences deny such vision, indicating that coinage represent a technical and political innovation dated from the 7th century BC that answered to military purposes associated to the growing professionalization of armies. It was just from its original employment in wars that coins became preferential means to perform commercial activities.

Key-words: Minted coins; money; innovation; armies; Antiquity.

¹ Bacharel em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFRJ), especialista em Políticas Públicas (IE/UFRJ), Doutor em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8343293613827067>

Introdução: inovações militares e seus usos comerciais no passado recente

Embora fato muitas vezes esquecido, não constitui novidade que muitas das diversas realizações tecnológicas do capitalismo moderno tiveram, em suas origens, concepção, propósitos e financiamento militares. Em rigor, trata-se de um fato que não impediu que fossem posteriormente liberadas para uso civil e apropriadas por empresas privadas que as adaptaram e criaram novas funções e utilidades para elas, usos que se tornaram corriqueiros e, não raro, encontraram notável sucesso comercial.

Por exemplo, se nos ativermos apenas ao curto período histórico da Segunda Guerra Mundial até os nossos dias, é grande a lista de inovações técnicas que foram diretamente concebidas e projetadas sob encomenda das Forças Armadas dos Estados Unidos, dos seus departamentos de Estado ou Defesa ou das muitas agências governamentais relacionadas à segurança daquele país. Na sua renomada obra *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*, a economista italiana Mariana Mazzucato enumera várias delas. Em rigor, elas foram produzidas por projetos desenvolvidos em coordenação entre militares, agências de inteligência, universidades e laboratórios públicos de pesquisa, sempre tendo em vista utilizações bélicas. Vejamos sucintamente alguns desses casos.

Ainda durante aquela guerra, o *Projeto Manhattan*, gigantesco programa governamental de desenvolvimento tecnológico com fins primordialmente bélicos, projetou e construiu os primeiros exemplares da bomba atômica, criando técnicas de enriquecimento de materiais radioativos e iniciando domínio sobre eles a ponto de, nos anos seguintes, desenvolverem meios de iniciar e manter estáveis e sob controle reações de fissão nuclear (RHODES, 1986). Com isso, os americanos criaram também uma poderosa fonte de energia com aplicações comerciais, por exemplo, na medicina.

Posteriormente, durante a “Guerra Fria”, a rivalidade com a União Soviética deu enorme impulso a esse tipo de empreendimento científico-militar nos Estados Unidos. Em 1958, em resposta ao bem-sucedido lançamento do *Sputnik* pelos soviéticos no ano anterior, o Pentágono tomou a iniciativa da criação da ARPA. Hoje intitulada DARPA – *Defense Advanced Research Projects Agency* –, trata-se de uma agência ligada ao Departamento de Defesa americano que conta com 240 funcionários e orçamento anual próximo aos três bilhões de dólares, tendo como objetivo promover e apoiar pesquisas nas áreas tecnológicas de ponta para fins militares.

Com efeito, por seu intermédio, foram financiadas pesquisas que levaram ao desenvolvimento dos semicondutores no final dos anos 1950. Em 1962, foi criado o *Information Processing Techniques Office*, voltado para o desenvolvimento da ciência da computação e das tecnologias de informática. Além disso, a agência financiou a criação de departamentos de ciência da computação em diversas universidades americanas na década de 1960, além de ter assumido as despesas com o desenvolvi-

mento de laboratório para a fabricação de chips na década seguinte, ligado à Universidade do Sul da Califórnia. Essas instalações foram utilizadas pela *Apple* no desenvolvimento do seu primeiro computador pessoal, lançado em 1976.

Também remonta à década de 1970 uma série de investimentos e encomendas da DARPA, das Forças Armadas e do Departamento de Defesa que produziram tecnologias e instrumentos hoje tidos como indispensáveis à vida moderna. Lista-se entre eles a concepção da *internet*, cujo desenvolvimento inicial foi financiado com o intuito de criar uma rede descentralizada de comunicações que fosse capaz de se manter funcional caso os Estados Unidos sofressem um ataque nuclear em grande escala.

Processo semelhante se passou com o desenvolvimento do sistema GPS - *Global Positioning System* -, cuja pesquisa foi financiada pelo Departamento de Defesa, pela Marinha e pela Força Aérea americanas com o objetivo de digitalizar o mapa do planeta com vistas a aumentar a precisão do posicionamento geográfico e a coordenação espacial dos seus equipamentos militares. Lançada em 1978, essa tecnologia foi liberada pelas Forças Armadas americanas para uso civil em meados dos anos 1990 e hoje se encontra amplamente disseminada em veículos e aparelhos eletrônicos – um fato que não oculta a sua origem e importância militar, demonstrada pelo fato de que Rússia, Índia, China, Japão e União Europeia já possuem ou estão desenvolvendo os seus próprios sistemas independentes de localização e posicionamento via satélite.

Em rigor, esses e muitos outros projetos, concebidos, executados e financiados pelo governo americano - e não por “visionários” empreendedores privados, como certos mitos pretendem nos fazer crer -, tendo em vista aplicações militares, estiveram por trás da formação do chamado *Vale do Silício* na Califórnia durante a década de 1970. Foram programas que exigiram investimentos muito volumosos, de longo prazo, risco elevado, retorno e resultados incertos e que, por isso, não atraíam as iniciativas privadas. Todavia, eles produziram inovações diversas como microprocessadores e discos rígidos magnéticos, bases das modernas indústrias da computação, eletrônica e telecomunicações. Foram produtos e aplicações que, nos seus primórdios, encontravam seus únicos consumidores nos programas de desenvolvimento de mísseis “inteligentes” da Força Aérea e de lançamento de satélites e foguetes da NASA (MAZZUCATO, 2014).

Tais iniciativas tiveram seguimento nas décadas seguintes, explorando novos avanços tecnológicos. Nos anos 1980, pesquisas em telefonia móvel via satélite foram estimuladas pelo Exército americano, que desejava dispor de um sistema de comunicações capaz de conectar as tropas diretamente nos campos de batalha. Assim, através da *Strategic Computing Initiative*, vigente entre 1983 e 1998, foram desenvolvidas inovações como telas de cristal líquido sensíveis ao toque; baterias portáteis de lítio, dotadas de maior capacidade de armazenagem de energia – atendendo às demandas do Departamento de Estado, que desejava viabilizar a sua produção nos Estados Unidos para não depender de importações japonesas; e programas de reconhecimento e comando por voz.

Dessa forma, as principais tecnologias corriqueiras nos atuais computadores pessoais e aparelhos de telefonia celular foram originalmente desenvolvidas nos Estados Unidos por iniciativas governamentais e tendo em vista utilizações militares. Suas aplicações civis e comerciais foram apenas adaptações empresariais posteriores dessas inovações, irrealizáveis não fossem os vultosos investimentos públicos anteriores.

A partir da década de 1980, foi a vez das pesquisas nas áreas da biotecnologia e bioquímica ganharem maior participação nos financiamentos governamentais e militares americanos. No final dos anos 1990, com a criação da *National Nanotechnology Initiative* pelo governo do presidente Bill Clinton, a nanotecnologia conquistou espaço. Já no século XXI, duas inovações militares ganharam usos comerciais cada vez mais comuns: os *drones*, ou *Unmanned Aerial Vehicles* (UAV), concebidos para a realização de operações de “alto risco”; e as impressoras em três dimensões, originalmente projetadas para produzir peças de reposição no interior de submarinos submersos.

Em suma, é extensa a lista de inovações tecnológicas e produtos concebidos e desenvolvidos com propósitos militares que foram posteriormente adaptados e desenvolvidos por empresas privadas para fins comerciais. As maiores empresas mundiais contemporâneas em termos de valor acionário, como as americanas *Microsoft*, *Apple* e *Alphabet*, dentre muitas outras, fazem extenso uso daquelas aplicações nas suas atividades. E a julgar pelas pesquisas atualmente financiadas pela DARPA – que incluem campos como automação e robótica, “biocronicidade”, materiais e sistemas “biocomplexos”, novas fontes de energia e métodos e dispositivos de tratamento *in situ* de ferimentos graves² –, é certo que muitas outras inovações com objetivos primordialmente militares ganhem adaptações comerciais privadas nas próximas décadas, tornando-se de uso civil.

A narrativa “convencional acerca das origens e propósitos das moedas cunhadas

A princípio, nada do que foi citado até aqui aparenta manter quaisquer relações com objetos tão antigos e corriqueiros quanto as moedas cunhadas.

De fato, se tomarmos como referência a Economia Política Clássica, invariavelmente encontraremos o argumento de que elas foram inventadas como uma resposta ao que os seus pensadores consideraram que fossem as “necessidades” do comércio. Para eles, com a contínua evolução e crescimento dos chamados “mercados”, os meios de troca convergiram para os metais preciosos - em particular, o ouro - em razão de suas características particulares como durabilidade, divisibilidade, portabilidade e escassez, permitindo que desempenhassem essa função de modo mais eficaz que outras mercadorias que, segundo eles, eram utilizadas anteriormente como moeda de troca.

2 Recomendamos conferir a lista de projetos em: <http://www.darpa.mil/>

Em rigor, segundo esse argumento, o valor das moedas cunhadas decorria de fatores “intrínsecos” aos metais que as compunham como a sua composição, pureza e peso, tendo sido definidas suas características específicas com o objetivo de estabelecer padrões gerais e estáveis. Nessa visão, aos soberanos cabia apenas cunhar as moedas de acordo com as especificidades estabelecidas “consensualmente” pelos mercadores e zelar pela sua autenticidade impedindo falsificações, razão pela qual se criou o costume de marcá-las com os brasões reais que atestassem a sua veracidade. Assim, as moedas teriam surgido como decorrência das trocas comerciais, sendo uma criação dos “mercados” e cabendo aos governos apenas a sua regulação conforme os padrões consagrados pelos agentes privados.

Em essência, trata-se de uma explicação que remonta à *Política* de Aristóteles e cujas expressões e variações modernas são encontradas nos trabalhos de pensadores como Dudley North, em *Discursos sobre o Comércio* (1691); nos *Ensaio* (1753), de David Hume; nos escritos dos fisiocratas franceses e de François Quesnay; n’*A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1776); nas obras de David Ricardo, no início do século XIX; nos *Princípios de Economia Política*, de Stuart Mill (1848); e também n’*O Capital* (1867) de Karl Marx, que apesar de todo o seu antagonismo ao capitalismo não rompeu com a visão dos “clássicos” que o antecederam.

Assim, por exemplo, Adam Smith, na sua obra considerada fundadora da “Economia” como fenômeno ou objeto autônomo de pesquisas, afirmou que:

[...] para facilitar as trocas e assim estimular todos os tipos de indústria e comércio, considerou-se necessário, em todos os países que conheceram um progresso notável, fazer uma gravação oficial naquelas determinadas quantidades de metal que se usavam comumente para comprar mercadorias. Daí a origem do dinheiro cunhado ou em moeda, bem como das assim chamadas casas da moeda [...] elas têm por objetivo garantir, por meio de gravação oficial, a quantidade e a qualidade uniforme das diversas mercadorias quando trazidas ao mercado. (SMITH, 1996, p. 83)

Argumentos semelhantes são encontrados na conhecida obra de Stanley Jevons, *Money and the Mechanism of Exchange* (1875), considerada um “marco” nos estudos monetários e cujo título já define aquela que seu autor considerou - equivocadamente - a função ou característica definidora do dinheiro, a de meio de troca; n’*A Teoria da Moeda e do Crédito*, de Ludwig von Mises (1912); na também conhecida obra *Moeda: de onde veio, para onde foi* (1975), de John Kenneth Galbraith, para quem “moeda é o que é comumente oferecido ou recebido pela compra ou venda de bens, serviços ou outras coisas”, sendo esta apenas “um artigo de conveniência bastante antigo” (GALBRAITH, 1977, p. 5-6); e na proposta das moedas privadas concorrentes apresentada por Friedrich Hayek na *Desestatização do Dinheiro* (1976).

De fato, a influência desse ideal nos nossos dias permanece tal que n’*O Poder do Ouro: a história de uma obsessão*, Peter L. Bernstein afirmou que, “em resumo, o dinheiro começa a existir quando

se começa a fazer negócios. [...] Precisamos de dinheiro quando queremos contratar os serviços de alguém ou porque temos de oferecer esse dinheiro a alguém em troca de algo que não temos” (BERNSTEIN, 2001, p. 35). Assim, para ele, as moedas cunhadas “foram uma engenhosa inovação, pensada para contornar o tedioso processo de pesagem e de verificação da pureza” e facilitar os “negócios”. Para isso, elas deveriam ser “autênticas”, isto é, tinham de valer em peso e pureza exatamente aquilo que estava registrado nelas, por isso a importância da “certificação” pela autoridade governamental, sua emissora. Assim:

Com a crescente demanda por ouro, surge com rapidez a inspiração para inovações capazes de aumentar sua eficiência e conveniência de uso. Os assírios e babilônios eram comerciantes mais ativos que os egípcios, e conseguiriam barras de ouro mais elaboradas e uniformes. Eles estampavam a figura de leões nas barras mais pesadas [...] e imprimiram patos nas barras menores [...]. Os leões e os patos ajudavam a indicar o valor [...]. (Ibid., p. 37)

Ainda mais recentemente, Niall Ferguson, n’*A Ascensão do Dinheiro: a história financeira do mundo*, propagou essa narrativa ao afirmar que:

É costume dizer que o dinheiro é um meio de troca, que tem a vantagem de eliminar as ineficiências do escambo; uma unidade de valor, que facilita a avaliação e o cálculo; e um recipiente de valor, que permite que as transações econômicas sejam conduzidas durante longos períodos e também a despeito das distâncias geográficas. Para desempenhar todas essas funções da melhor maneira, o dinheiro tem que estar disponível e ser durável, fungível, portátil e confiável. Como preenchem a maioria desses critérios, ao longo dos milênios os metais, como ouro, prata e bronze foram considerados como a matéria-prima monetária ideal. (FERGUSON, 2009, p. 28)

Em suma, trata-se de uma representação das origens e dos propósitos das moedas cunhadas que lhes atribui a condição de *inovações comerciais*, uma narrativa amplamente consagrada por muitos dos mais influentes pensadores dos últimos séculos. Foi um fato que, dado o imenso prestígio contemporâneo da disciplina acadêmica da Economia e a tendência geral apontada há mais de um século por Max Weber de que “a forma econômica de se ver as coisas” se transformasse na norma aceita (SWEDBERG, 2005, p. 324), bastou para que fosse elevada à condição de realidade indiscutível nos assuntos monetários.

Todavia, são numerosas e significativas as evidências que desmentem essa visão. Vejamos algumas delas.

As origens políticas e institucionais do dinheiro na alta antiguidade mesopotâmica

O primeiro ponto a ser esclarecido acerca da narrativa “tradicional” é que ela confunde a *instituição* do dinheiro com o *objeto* das moedas cunhadas, que são apenas uma dentre muitas formas de representar o dinheiro física ou materialmente.

Não obstante, o dinheiro e as moedas cunhadas são “coisas” distintas e fenômenos históricos que sequer surgiram ao mesmo tempo. Isso porque os achados arqueológicos apontam que a invenção do dinheiro se deu na Mesopotâmia há mais de cinco milênios, antecedendo em pelo menos 2.500 anos a cunhagem das primeiras moedas.

Em rigor, o advento do dinheiro é atribuído aos sistemas primordiais de registro de débitos e créditos gravados nas mais antigas tábuas de argila já encontradas, produzidas pelos governantes sumérios e marcadas na sua característica escrita cuneiforme, anotações consideradas também a razão “inequivocamente confirmada” para a invenção da escrita (GRAEBER, 2011, p. 38). As mais antigas delas, provenientes da cidade de Uruk, registram inventários de rebanhos e instrumentos agrícolas no remoto século XXXI a.C. (DAVIES, 2002, p. 50), embora existam indícios de utilização anterior.

Com efeito, a Suméria era dividida em cidades-estado politicamente independentes e constantemente em guerra entre si (DUPUY; DUPUY, 1986, p. 7). A sua vida social era dominada por grandes complexos de templos e palácios governados por sacerdotes e oficiais. Essas instituições armazenavam e emprestavam grãos, rebanhos, instrumentos agrícolas e outros materiais para trabalhadores e comerciantes, operando como “instituições redistributivas” organizadoras da divisão do trabalho social (HUDSON in WRAY, 2004, p. 101).

Não obstante, como instrumento para estimar e comparar os valores relativos daqueles materiais e registrar as operações realizadas pelos templos-palácios, seus dirigentes arbitraram a criação de uma medida referencial, o *shekel*, palavra que nas línguas semíticas significa “peso”. Então, o *shekel* foi proclamado pelas autoridades como a quantidade de prata equivalente a 180 grãos de cevada, cerca de 8,33 gramas. Ele era a unidade básica e, por sua vez, 60 *shekels* compunham 1 *mina*, e 60 *minas*, 1 *talento*. Ao mesmo tempo, foram instituídas unidades de volume para os grãos, como o *gur*, equivalente a 300 litros, e o *sila*, equivalente a 1 litro (ROTH, 1997, p. XVI). Foi definido também que a prata e a cevada seriam os materiais fisicamente representativos do *shekel*, sendo o valor de 1 *shekel* de prata proclamado como equivalente ao de 1 *gur* de cevada (NEMET-NEJAT, 1998, p. 264), logo estabelecendo uma relação na qual 1 *shekel* = 8,33 gramas de prata = 1 *gur*, ou 300 litros, de grãos de cevada.

Assim, o *shekel* não era apenas uma medida de peso, mas uma *relação legal de valor* atribuída arbitrariamente a quantidades específicas de prata e cevada. A escolha desses materiais foi tão arbitrária quanto a proclamação do *shekel*: eles foram eleitos por razões de praticidade administrativa,

uma vez que eram geralmente utilizados na remuneração paga pelos templos-palácios aos trabalhadores (HUDSON *in* WRAY, 2004).

É importante ressaltarmos que a determinação dessa relação de equivalência entre pesos e valores específicos deveu-se à sua definição arbitrária pelas autoridades detentoras dos poderes soberanos (com *soberania*, nos referimos à qualidade própria daquilo que se considera acima de todas as coisas, que seja representante, portador e praticante dos valores que estão acima de todos em algum espaço político); não havia nada “intrínseco” à natureza daqueles objetos que os indicasse como preferenciais. Assim, por um *ato de poder soberano*, foram instituídas medidas de referência com relação às quais os valores de todos os bens e serviços eram comparados, dando origem a um *sistema de valores relativos* ou de “preços” que “permitiu a manutenção de contas indistintamente em prata e cevada, de forma a coordenar a produção e rendas da terra, comércio e serviços, dívidas e juros num único sistema global” (Ibid., p. 99).

Com isso, “a função primária do dinheiro era denominar obrigações no interior de e entre os templos e o palácio” ou, ainda, “prover a dimensão de preços necessária para quantificar e administrar essas atividades numa base anual e mensal” (Ibid., p. 112-113). Ele era uma medida de valores relativos no interior de um sistema de medidas de peso (o *shekel* de prata e o “*gur*” de cevada), de tempo (o calendário anual de 360 dias, divididos em 12 meses de igual duração), de juros (1/60 por mês) etc., todas codificadas em códigos legislativos como os seus sucessores babilônios de Eshunna e Hammurabi (WILLIAMS, 1997, p. 18-19).

Portanto, o propósito do dinheiro era o de funcionar como uma ferramenta de planejamento e coordenação do trabalho social e de administração (coleta e distribuição) da riqueza (o “produto”) gerada por ele. Assim, “[...] ‘dinheiro’ [...] era o cronograma geral de preços equivalentes, criado junto com pesos e medidas para formar um sistema de partes interligadas capaz de coordenar fluxos de recursos e denominar dívidas devidas às instituições públicas” (HUDSON *in* WRAY, 2004, p. 116-117).

Dessa forma, ao contrário do que postula o argumento clássico, o dinheiro não foi criado ou “consagrado” por supostos “mercadores” como instrumento para a “facilitação” das trocas comerciais: “É fácil perceber que ‘dinheiro’ neste sentido não é de jeito nenhum o produto de transações comerciais. Ele foi na realidade criado por burocratas para manter registros de recursos e mover objetos [...] entre departamentos” (GRAEBER, 2011, p. 39). Trata-se, assim, de uma criação *institucional* representativa de débitos e créditos, “tão antiga quanto a própria civilização” ou até mesmo “quanto o pensamento humano” (Ibid., p. 18, 52). Portanto, uma inovação fundamentalmente *política*, não comercial ou “econômica”, que atendeu a propósitos administrativos ou governamentais; uma concepção de governantes que projetaram um instrumento de comando sobre a vida social que lhes permitiu definir a divisão do trabalho social vigente, conferir justiça distributiva (acesso a bens e serviços, distribuição do produto do trabalho social pela população), definir direitos (aluguéis,

salários, reparações e indenizações) e deveres (prestação de trabalho e pagamento de impostos) dos governados. Foi apenas a partir dessa instituição política do dinheiro que o comércio, a princípio comandando por instituições públicas, se desenvolveu, não o contrário (HUDSON; WUNSCH, 2004).

Por fim, vale ressaltarmos que, também em oposição ao argumento “clássico”, tampouco existem indícios de que em qualquer período histórico tenha havido algum tipo de prática generalizada do escambo prévia à sua invenção: “Não há evidência de que o dinheiro evoluiu ‘naturalmente’ do escambo ou [...] de um contexto agrícola ou pastoral. Tal mundo foi imaginado com base na lógica abstrata em desacordo com os registros históricos e arqueológicos” (HUDSON in WRAY, 2004, p. 100).

O emprego dos metais preciosos como instrumento de comando e organização militar pelos assírios

Nas suas origens, não há indicações claras de que o dinheiro tenha sido utilizado com fins militares. Segundo os historiadores militares Ernest Dupuy e Trevor Dupuy, as guerras da alta Antiguidade eram lutadas por forças majoritariamente organizadas na forma de milícias, formações improvisadas compostas por trabalhadores recrutados - com frequência, à força - em momentos emergenciais. Eles não eram soldados de fato, mas camponeses, pastores e artesãos que se dedicavam, em tempos de paz, às atividades de subsistência. Por isso, em campanhas prolongadas, a ausência de trabalhadores nos campos costumava resultar em escassez de alimentos e, em caso de elevado número de baixas, fome generalizada. Então, os únicos que poderiam ser considerados “militares” eram os seus comandantes, um reduzido estamento guerreiro melhor equipado, dotado de treinamento regular (ainda que rudimentar) e que se destacava por combater montado em cavalos (DUPUY; DUPUY, 1986, p. 3-4).

A partir do século X a.C., muito tempo depois do desaparecimento das cidades-estado sumérias, o “Novo Reino” da Assíria iniciou agressiva expansão territorial, subjugando povos como os fenícios, elamitas e egípcios. Dois séculos depois, o rei assírio Tiglath-Pileser III (745-727 a.C.) promoveu reformas que instituíram “o mais eficiente sistema militar, financeiro e administrativo que o mundo havia visto até então” (Ibid., p. 8). Em seu centro, estava o exército: o rei aboliu a tradicional organização em milícias e instituiu forças militares *regulares e permanentes*. Esse fato é da maior importância histórica, pois significou a formação e manutenção de corpos de soldados profissionais especializados e sistematicamente treinados em armas específicas: lanceiros, arqueiros, bigornas e cavaleiros. Em suma, homens permanentemente devotados à preparação para as guerras e ao seu exercício e que não se dedicavam às atividades produtivas, necessitando de outras formas de aquisição dos seus gêneros de subsistência.

Assim, Tiglath-Pileser III instituiu “a primeira sociedade verdadeiramente militar da história” (Ibid., p. p. 8). Apoiados na superioridade técnica e organizacional dos seus exércitos profissionais - eles foram, também, os primeiros a “reconhecer totalmente a vantagem do ferro sobre o bronze” na fabricação de armas -, os assírios dominaram seus adversários com “crueldade e ferocidade excepcionais”, organizando um sistema burocrático-militar de conquistas, realização de saques e extração de tributos que se tornou a base do seu poder. O atestam as inscrições nos obeliscos e portais do sítio arqueológico correspondente à antiga capital assíria de Kalhu, no Iraque, que registram que os assírios impunham aos povos conquistados o pagamento de vastos tributos em metais como ouro, prata, cobre e estanho.

Na visão do historiador Jonathan Williams, diretor do *The British Museum* e integrante da *Royal Historical Society*, este fato indica que, então, os metais já se encontravam bem estabelecidos como a forma preferencial de receber pagamentos, pois entre outras razões, não pereciam, eram práticos para estocar e, ao contrário, por exemplo, dos cereais, sua disponibilidade não estava sujeita à instabilidade e imprevisibilidade das condições climáticas (WILLIAMS, 1997, p. 22). Todavia, essa explicação “convencional” parece insuficiente. Nos casos do cobre, do estanho e do ferro, materiais utilizados para a fabricação das próprias armas, parece lógico o seu interesse em privar deles os povos conquistados. Mas o que dizer do ouro e da prata, que não eram empregados na fabricação dos equipamentos militares?

Com efeito, as evidências arqueológicas apoiam a hipótese de que, com a profissionalização dos seus exércitos, os soberanos assírios começaram a empregar os metais preciosos representativos do dinheiro como instrumentos de contratação de soldados mercenários. Por exemplo, a exposição permanente do *Pergamonmuseum* em Berlim, na Alemanha, considerado um dos maiores acervos de arte assíria do mundo, apresenta dois obeliscos atribuídos ao reinado de Sennacherib (704-689 a.C.) com representações de soldados em marcha. A legenda associada às duas peças afirma:

O Exército assírio, que era rigidamente organizado e extremamente poderoso, consistia de quatro unidades diferentes: carruagens, cavalaria, infantaria e pioneiros. Desde o século VIII a.C., soldados não-assírios eram recrutados para reforçar as tropas regulares. A ponta curvada decorando os dois capacetes à direita identifica esses soldados como mercenários.³

Em seguida, no reinado de Ashurbanipal (668-625 a.C.), os assírios se viram obrigados a “depende em grande medida” da contratação de mercenários estrangeiros para recompor suas forças após terem sofrido grandes baixas na repressão às rebeliões de povos subjugados naquela que se mostraria a crise terminal do seu império, destruído por forças babilônicas e medas entre 612 e 609 a.C. (DUPUY; DUPUY, 1986, p. 9).

3 O autor do artigo visitou o referido museu em outubro de 2017. A tradução da legenda é de sua exclusiva responsabilidade.

Portanto, como consequência da profissionalização do exército assírio promovida por Tiglath-Pileser III, a prática da contratação de soldados mercenários se tornou corriqueira. Por seu intermédio, os assírios adquiriram inequívoca superioridade militar sobre os demais povos ao empregar os metais preciosos representativos do dinheiro como instrumentos para contratar e manter grandes corpos de soldados profissionais. Ou seja, descobriram neles um meio eficaz para *organizar e comandar forças militares eficientes*.

Assim, a política assíria de extração de tributos em metais preciosos demonstra que espoliar os povos conquistados dos metais não objetivava apenas empobrecer, mas *desarmar* os seus inimigos, privando-os da possibilidade de contratar soldados profissionais. Não obstante, a inequívoca superioridade dessas forças nos campos de batalha fez com que essas práticas rapidamente se disseminassem, um fato que ficaria evidenciado com a invenção da cunhagem das moedas.

A invenção das moedas cunhadas: criação política das autoridades soberanas com objetivos de comando militar

A versão mais encontrada na literatura a respeito das origens das moedas cunhadas é aquela baseada nos relatos de Heródoto, que em torno do ano 500 a.C. escreveu na sua obra *Histórias* que a sua criação datava do reinado de Gíges (716-678 a.C.) da Lídia, um reino que se localizava no planalto ocidental da Anatólia. Os lídios eram conhecidos pelos jônios pela sua grande dedicação às atividades comerciais e foram “o primeiro povo, segundo se sabe, que cunhou moedas de ouro e prata e as negociou generalizadamente” (ANGELL, 1929, p. 47, 83; FERGUSON, 2009, p. 28; GALBRAITH, 1977, p. 8).

De fato, a riqueza dos soberanos lídios era lendária na Antiguidade. Eles controlavam importantes minas localizadas nas proximidades da sua capital, Sardis, abundantes em *electrum*, liga composta pela mistura de ouro e prata. Suas primeiras moedas eram muito irregulares em peso e composição metálica, possuíam formato oval e eram marcadas com ranhuras e a face de um leão, o animal símbolo da dinastia reinante. Segundo o historiador Norman Angell, algumas dessas moedas portavam o que pareciam ser nomes de indivíduos. Segundo ele, não era possível saber se aqueles eram mercadores, funcionários reais ou governantes locais, mas a sua hipótese era a de que elas tenham sido produzidas inicialmente pelos primeiros até que, com a ascensão de Gíges - ele próprio, segundo essa narrativa, um rico comerciante -, a cunhagem teria sido transformada em prerrogativa exclusiva dos soberanos (ANGELL, 1929, p. 83-84). Outra versão afirma que essas primeiras moedas lídias teriam desaparecido “quase que instantaneamente” e sido substituídas por outras produzidas numa “casa da moeda” real (GRAEBER, 2011, p. 224-225).

Todavia, a narrativa de Heródoto vem sendo desacreditada recentemente. Além do caráter “semi-legendário” atribuído ao rei Giges (DAVIES, 2002, p. 62), segundo Philip Grierson, importante referência no campo da numismática, a cunhagem das primeiras moedas data somente de 640-630 a.C., no reinado de Ardis II (GRIERSON, 1975, p. 10), embora subsistam controvérsias a respeito⁴.

Não obstante, o que se considera acima de dúvidas é que o “passo crítico” para a invenção das moedas cunhadas foi a difusão da prática da contratação dos soldados mercenários na ampla área que compreende o Oriente Médio e o Mediterrâneo, instituindo “o primeiro trabalho assalariado mundial em larga escala” (INGHAM, 2004, p. 99). Com efeito, as moedas eram uma forma muito conveniente de fazê-lo numa região dominada por diversas entidades soberanas distintas. Afinal, conforme apontado pelos próprios pensadores clássicos, eram de fácil entesouramento e transporte, além de apresentar grande durabilidade, sobrevivendo às vicissitudes das batalhas e longas expedições por regiões remotas. Podiam, ainda, ser rapidamente fundidas e recunhadas nos próprios campos de batalhas ou acampamentos militares, tornando-se um meio eficaz para a reorganização dos exércitos durante as campanhas. Assim:

Algumas vezes supôs-se que as primeiras moedas foram cunhadas por mercadores – isso é sugerido pela diversidade dos seus modelos, e pelo fato de que um tipo muito primordial, do qual três espécimes são conhecidos, possui o desenho de um cervo acompanhado pela frase [...] ‘Eu sou o marco de Phanes’ – mas que o monopólio da emissão foi rapidamente assumido pelo Estado. Isso não é de forma alguma claro; elas podem muito bem ter sido iniciadas por dinastas locais ou oficiais, que as teriam achado obviamente convenientes para o pagamento de mercenários ou trabalhadores, uma vez que elas seriam a forma mais fácil de produzir um bilhete de pagamento e estampá-lo com a marca do seu criador e seu valor. (GRIERSON, 1975, p. 10)

Quando os soldados mercenários recebiam as moedas como pagamento pelos serviços prestados a determinado soberano, poderiam utilizá-las em outros domínios territoriais devido ao reconhecimento social de valor atribuído ao seu caráter metálico; ou então, derretê-las e cunhá-las novamente com as insígnias da soberania local. Tratava-se, portanto, de uma forma eficaz de representar e “transportar” valores.

Também por isso, caracteristicamente, as moedas não possuíam qualquer indicação numérica dos seus valores, apenas as insígnias das autoridades soberanas responsáveis pela sua cunhagem (INGHAM, 2004, p. 98). Isso porque a definição dos seus valores era dada pela proclamação das autoridades, daí decorrendo a prática da marcação das moedas com símbolos reconhecidos dos soberanos, dinastias e reinos que as cunhavam e asseguravam a sua validade nos seus domínios. Além

⁴ De acordo com Cahill e Kroll (2005, pp. 613-614), os numismáticos se dividem entre aqueles que atribuem a cunhagem das primeiras moedas a períodos tão díspares como meados do século VII a.C.; o terceiro ou quarto quartos deste século; em torno do ano 600 a.C.; e alguns, tão tardiamente quanto 560 a.C. Todavia, recentes (1997) escavações de arqueólogos austríacos em Artemisium, na Grécia, encontraram “diversas moedas” e cerâmicas da segunda metade do século VII a.C., aparentemente confirmando a posição de Grierson.

disso, os símbolos também permitiam a identificação das autoridades soberanas contratantes e comandantes das forças militares, servindo para a imposição do seu domínio territorial e simbólico sobre as regiões nas quais se encontrassem.

Por outro lado, ressalte-se a insuficiência de motivos que demandassem a cunhagem de moedas como forma de atender às supostas “necessidades” do comércio. Afinal, os mercadores da Antiguidade já desempenhavam adequadamente as suas atividades através do emprego dos tradicionais sistemas escritos de registros contábeis, que eram até mais seguros que as moedas porque eram anotações específicas de cada transação e, ao contrário daquelas, não corriam o risco de serem roubadas. Assim, a introdução das moedas cunhadas poderia até mesmo *atrapalhar* as atividades comerciais, comprometendo o controle burocrático dos sistemas redistributivos, tipicamente centralizados, daquelas sociedades (Ibid., p. 98).

Por essas razões, as moedas “não necessariamente [...] eram produzidas para facilitar [o] comércio em primeiro lugar” (GRAEBER, 2011, p. 25). Logo, a invenção da cunhagem das moedas foi, tal qual a do dinheiro, uma inovação *política*. Dessa vez, porém, ela atendeu explicitamente a *propósitos militares*: tratou-se de uma tentativa de padronização e identificação das peças metálicas que os soberanos produziam e utilizavam para contratar soldados mercenários e organizar exércitos profissionais.

Assim, a cunhagem foi uma inovação técnica que correspondeu:

[...] a ascensão de um novo tipo de exército, composto não por aristocratas guerreiros e seus seguidores, mas por profissionais treinados. O período no qual os gregos começaram a usar a cunhagem, por exemplo, foi também o período no qual eles desenvolveram suas famosas táticas de falange, que exigiam prática e treino constantes dos soldados. Os resultados foram tão extraordinariamente efetivos que mercenários gregos logo estavam sendo procurados do Egito à Crimeia. Mas [...] um exército de mercenários treinados precisa ser recompensado de alguma forma significativa. Talvez se pudesse prover a todos eles com rebanhos, mas rebanhos são difíceis de transportar; ou com notas promissórias, mas elas não teriam valor no país dos próprios mercenários. Permitir a cada um uma pequena parcela do butim parece uma solução óbvia. (Ibid., p. 226-227)

Por isso, tão logo a cunhagem foi inventada, foi considerada uma prerrogativa típica ou exclusiva dos poderes soberanos cuja violação era punida pelas medidas mais drásticas. Isso porque controlar a produção das moedas significava controlar, também, o emprego da força física mais eficiente num determinado território.

Moedas cunhadas, exércitos mercenários e impérios na Antiguidade

Em rigor, tal era a ligação das moedas com as figuras do soberanos que as produziam que os gregos, muitos anos após a conquista da Lídia por Ciro, o Grande, provavelmente em 546 a.C. (DELMAR, 2012, p. 48, 111), continuavam chamando as suas moedas de “estáter de Creso” (WILLIAMS, 1997, p. 26), o último rei dos lídios, mesmo que as suas moedas já fossem cunhadas pelos conquistadores persas.

Então, o costume de cunhar moedas já havia se disseminado consideravelmente, sendo atribuído à ilha de Aegina o pioneirismo em cunhagens próprias no mundo grego, datadas de 595 a.C.. No Oriente Médio e no vale do rio Indo, essa prática se difundiu devido à expansão do Império Persa, fato que se deveu ao transporte de “espólios de guerra” e também às cunhagens dos sátrapas (governadores das províncias persas) da Lídia, que continuaram cunhando as moedas lídias e as tornaram de uso corrente na Ásia Menor (DAVIES, 2002). Posteriormente, os persas começaram a cunhar suas próprias moedas imperiais. Então:

Uma interessante divisão administrativa se desenvolveu gradualmente [...] a cunhagem de moedas de ouro era o direito exclusivo, ciosamente guardado, do imperador persa, enquanto a cunhagem de prata, em grande medida subsidiária, era de tempos em tempos delegada aos sátrapas e governantes menores do reino. (DAVIES, 2002, p. 67)

A esse respeito, é significativo que a mais importante moeda de ouro persa, chamada de *daric* - cunhada pelo imperador Dario I (521-486 a.C.) e de grau elevadíssimo de pureza, 96% -, retratasse o soberano em posição de combate, armado com lança, arco e flecha e associado à inscrição “eu conquistarei a Grécia com os meus arqueiros”. Em rigor, uma “vívida ilustração das visões contemporâneas relativas ao poder político da cunhagem, para conquistar aliados e subornar potenciais inimigos” (Ibid., p. 67), explicitando mais uma vez as relações entre a produção das moedas cunhadas e as atividades militares.

Por sua vez, Mileto, a primeira cidade grega de maior significância a cunhar moedas próprias e o maior centro político e comercial da Jônia, era considerada o “quartel-general” da região. Isso porque dela saíam os maiores contingentes de soldados mercenários gregos ativos no Mediterrâneo Oriental.

Em rigor, produzir moedas em quantidade suficiente para poder contratar números cada vez maiores de mercenários logo se tornou uma ambição crucial para os destinos dos soberanos. Porém, tratava-se de tarefa que exigia grande escala de produção e organização. Assim, os soberanos começaram a monopolizar a cunhagem de moedas padronizadas produzidas nas “casas da moeda” que eles próprios criavam e controlavam, além de exigir que apenas as suas moedas fossem aceitas para a liquidação de multas e impostos, com isso assegurando a sua aceitação e circulação nos territórios sob seu controle (GRAEBER, 2011, p. 227).

Essas eram medidas que objetivavam monopolizar, também, a contratação dos soldados profissionais. Por essas razões, duros códigos penais contra falsificações das moedas foram implementados (DAVIES, 2002, p. 77) e não surpreende que “os estados tenham se interessado pelas atividades de mineração e que, portanto, a cunhagem estivesse ligada ao papel crescente do Estado e da lei na vida política grega” (WILLIAMS, 1997, p. 29). As minas de prata de Laurion, por exemplo, controladas por Atenas, pertenciam ao “domínio público”, embora fossem exploradas por mercadores privados que chegaram a empregar nelas 30 mil escravos. Mas foi o tirano Pisístrato, a partir de 546 a.C., quem iniciou a cunhagem das famosas moedas estampadas com a figura de uma coruja que se tornariam as mais conhecidas e utilizadas do mundo grego, associando essa reforma monetária a uma agrária que, permitindo aos camponeses acesso à propriedade da terra, igualmente contribuiu para o aumento da capacidade de recrutamento pelas forças atenienses (LACEY, 2015, p. 9).

Em 490 a.C., as grandes reservas de prata de Laurion foram empregadas para a construção da frota que destruiu as forças do imperador persa Xerxes na batalha de Salamis em 480 a.C.. Então, já existiam “pelo menos cem casas da moeda operando em diferentes cidades gregas, ainda que naquele momento nenhuma das grandes nações comerciantes do Mediterrâneo tenham até então demonstrado o menor interesse nelas” (GRAEBER, 2011, p. 227). Foi assim, utilizando-se das propriedades de comando militar permitidas pelo dinheiro, que “a civilização grega foi salva [...] no auge dos seus maiores triunfos. A sabedoria de Temístocles permitiu aos atenienses conquistar os persas com as suas ‘corujas’” (DAVIES, 2002, p. 69-70).

Outros povos, como os cartagineses, começaram a cunhar suas próprias moedas apenas no final do século V a.C. - “para o pagamento de mercenários, não para o comércio” (GRIERSON, 1975, p. 11). Cidades fenícias como Tiro e Sidon, em que pese a sua conhecida aptidão comercial, só produziram moedas próprias a partir da data já bastante tardia de 365 a.C., se contentando até então com o uso comercial de notas promissórias - isto é, registros contábeis de créditos e dívidas - e barras metálicas sem qualquer manufatura ou identificação (GRAEBER, 2011, p. 227).

No Egito, exceção feita a algumas cunhagens do século IV a.C. - inspiradas nas moedas atenienses exatamente por terem sido utilizadas para contratar mercenários gregos -, a cunhagem só se tornou prática corriqueira após a sua conquista por Alexandre, o Grande (DAVIES, 2002). Uma vez mais, não se tratou de mero acaso. Isso porque coube ao conquistador macedônio, um dos maiores de todos os tempos, manter uma intrincada rede logística de produção e distribuição das moedas cujos primórdios haviam sido estabelecidos pelo seu pai, Felipe II da Macedônia. Ele criou as casas da moeda de Pella e Amphipolis, que entre 346 e 328 a.C. produziram 13 milhões de tetradracmas de prata e um número considerável, embora desconhecido, de moedas de ouro (Ibid., p. 86).

Com efeito, a complexidade da empreitada militar de Alexandre é evidenciada pelo fato de que ele chegou a ter ao mesmo tempo sob o seu comando 120.000 soldados cujos soldos exigiam a cunhagem diária de meia tonelada de prata (INGHAM, 2004, p. 99). Esse mecanismo monetário-militar de expansão imperial operava basicamente nos seguintes termos. Com a cunhagem inicial das moedas, Alexandre contratava grande número de soldados mercenários bem treinados, armados e disciplinados, cujo excelente desempenho lhe assegurava vitórias e conquistas. Essas, por sua vez, lhe permitiam tomar prisioneiros de guerra em grande número, que eram escravizados e obrigados a trabalhar na extração dos metais ou na própria cunhagem de moedas, aumentando seus excedentes monetários e permitindo a contratação de novos mercenários, viabilizando um novo ciclo de conquistas.

Em suma, “dinheiro era necessário para pagar exércitos, para capturar escravos, para minerar ouro [e prata], para produzir dinheiro”, representando um sistema ao qual “não seria exagero se referir como um ‘complexo de cunhagem militar’” (*military-coinage complex*, INGHAM, 2004, p. 99) ou, ainda, um “complexo militar-monetário-escravocrata” (GRAEBER, 2011, p. 239). Assim, estima-se que, durante as suas campanhas, Alexandre tenha cunhado aproximadamente 180 mil talentos em metais preciosos, fortuna equivalente a 285 bilhões de dólares em valores de 2011 (Ibid., p. 230). Por essas razões, é provável que as suas conquistas tenham promovido um dos mais extensos, rápidos e decisivos processos de monetização já conhecidos na história, se não mesmo o maior.

Mais tarde, os romanos reproduziram com extenso sucesso essa máquina de conquista militar por intermédio de comandos monetários. Entre 150 e 50 a.C., um período de forte expansão imperial de Roma, a manutenção dos seus exércitos exigiu um incremento de dez vezes na cunhagem das moedas de prata utilizadas no pagamento dos soldados. Tal era o volume dessas transações que “à parte os militares”, praticamente “não existia trabalho assalariado” (INGHAM, 2004, p. 106).

Dessa forma, o desenvolvimento das atividades comerciais vinha na esteira dos deslocamentos dos exércitos romanos, cujos soldados gastavam seus soldos nas feiras e praças comerciais para adquirir seus gêneros de subsistência, pondo as moedas em circulação. Logo, os mercadores seguiam, não antecediam, os soldados, e foi apenas muito tempo depois que “a influência do comércio como um fator levando ao fluxo [...] de moedas cresceu para ser muito mais significativa” (DAVIES, 2002, p. 68).

Posteriormente, no século I, quando o império alcançou o auge da sua extensão territorial, os romanos produziram moedas numa escala nunca vista até então (WILLIAMS, 1997, p. 61), alcançando um grau de monetização das suas relações comerciais e da tributação e uma extensão de território monetário que só seriam igualados no século XIX.

Outra evidência histórica significativa nesse sentido se refere a que, quando no século V o império entrou em colapso no Ocidente e seus grandes exércitos organizados desapareceram, “as moedas, antes cunhadas em massa até mesmo ao ponto de praticamente perder todo o seu valor, dei-

xaram de ser produzidas e distribuídas na sociedade por comandos centralizados” (GRAEBER, 2011, p. 235). Com isso, as relações sociais na maior parte da Europa Ocidental foram largamente desmonetizadas e o comércio retrocedeu ao âmbito local, tendência parcialmente revertida apenas quando da retomada das cunhagens em maior escala pela dinastia carolíngia, já no século VIII – também por razões militares (FERREIRA FILHO, 2015, p. 142).

Conclusão

As evidências arqueológicas e históricas apresentadas nesse artigo mostram que, em flagrante oposição à narrativa “convencional” consagrada pela Economia, nem o dinheiro nem as moedas cunhadas representam inovações oriundas das práticas comerciais.

Isso porque, primeiramente, é preciso estabelecer a distinção entre o dinheiro e as moedas cunhadas, muitas vezes tratados equivocadamente como coisas iguais. No primeiro caso, tratou-se de uma *instituição* política concebida há mais de cinco mil anos por governantes desejosos de organizar e comandar o trabalho social dos governados, redistribuindo entre eles o seu produto de acordo com os seus objetivos e prioridades.

Quanto às moedas cunhadas, que são apenas uma dentre muitas formas possíveis de representar materialmente a instituição monetária, sua invenção sucedeu a do dinheiro em mais de 2.500 anos e está associada à criação dos primeiros exércitos profissionais na história, compostos por soldados mercenários contratados.

Dessa forma, as moedas cunhadas também representam uma inovação política, embora tendo *origens e propósitos militares*. Reforçam essa tese achados arqueológicos relativamente recentes (2002) que revelaram moedas metálicas nas ruínas de Sardis, a antiga capital da Lídia. Elas foram encontradas junto aos restos mortais de soldados datados da sua já citada conquista pelos persas, provavelmente representando o pagamento pela prestação de serviços em sua defesa (CAHILL; KROLL, 2005).

Com efeito, foi apenas com a disseminação dos exércitos profissionais e da prática de contratação de soldados mercenários que a cunhagem de moedas adquiriu grande escala no mundo antigo, evidenciada pelas enormes produções monetárias de Alexandre, o Grande, e dos cônsules e imperadores romanos. A partir da remuneração dos soldados é que o comércio - que assumia majoritariamente a forma de operações contábeis de créditos e débitos e não precisava das moedas em primeiro lugar - se monetizou. E quando desapareceram os impérios e seus grandes exércitos, retrocederam também a produção de moedas e a monetização das relações sociais, incluindo o comércio, naqueles territórios.

Por essas razões, consideramos seguro afirmar que a permanência da visão “tradicional” a respeito das origens comerciais do dinheiro e das moedas cunhadas não encontra sustentação científica. Mas quais motivos, então, explicam a sua influência como um dos mais importantes paradigmas da Economia?

Em rigor, teríamos que procurá-los nos interesses sociais e políticos que se estruturam sobre a crença nesses argumentos. Porém, esse é um tema que cabe a outras investigações (FERREIRA FILHO, 2015). Por ora, nos contentamos em apresentar a história da invenção e do desenvolvimento das moedas cunhadas como um exemplo apropriado do quanto as questões monetárias não devem ser consideradas assuntos preferenciais dos economistas, podendo ser objetos frutíferos de pesquisa para diversos campos, entre eles, a história militar.

Referências bibliográficas

- ANGELL, N. **The Story of Money**. Garden City, NY (USA): Garden City Publishing Company, Inc., 1929.
- BERNSTEIN, P.L. **O Poder do Ouro: a história de uma obsessão**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- CAHILL, N e KROLL, J.N. **New Archaic Coin Finds at Sardinis**. American Journal of Archaeology, vol. 109, nº 4, outubro/2005. Boston, MA (USA): Archaeological Institute of America, Boston University.
- DAVIES, G. **A History of Money from Ancient Days to the Present**. Cardiff (Wales, UK): University of Wales Press, 2002.
- DEL MAR, A. **The Science of Money**. London (UK): Effingham Wilson, (1896), 2012.
- DUPUY, R.E e DUPUY, T.N. **The Encyclopedia of Military History from 3.500 B.C. to the Present**. London (UK): Jane’s Publishing Company, 1986.
- FERGUSON, N. **A Ascensão do Dinheiro: a história financeira do mundo**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.
- FERREIRA FILHO, V.D. **Economia: obstáculo epistemológico: estudo das raízes políticas e religiosas do imaginário liberal**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.
- GALBRAITH, J.K. **Moeda: de onde veio, para onde foi**. São Paulo: Pioneira, 1977.
- GRAEBER, D. **Debt: the first 5000 years**. New York (USA): Melville House Publishing, 2011.
- GRIERSON, P. **Numismatics**. London (UK): Orxford University Press, 1975.

- HAYEK, F.A. **Desestatização do Dinheiro**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2011.
- HUDSON, M. e WUNSCH, C. (Ed.). **Creating economic order: Record-keeping, standardization and the development of accounting in the ancient Near East**. Bethesda, MD (USA): CDL Press, 2004.
- INGHAM, G. **The Nature of Money**. Cambridge (UK): Polity Press, 2004.
- JEVONS, W.S. **Money and the Mechanism of Exchange**. New York (USA): D. Appleton and Company, 1896.
- LACEY, J. **Gold, Blood and Power: finance and war through the ages**. Carlisle, PA (USA): Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2015.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Vol. I**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- NEMET-NEJAT, Karen R. **Daily Life in Ancient Mesopotamia**. Westport, CT: Greenwood Press, 1998.
- RHODES, R. **The Making of the Atomic Bomb**. New York (USA): Simon & Schuster, 1986.
- ROTH, Martha T. **Law Collections from Mesopotamia and Asia Minor**. Atlanta, Georgia: Scholars Press, 1997.
- RUBIN, I.L. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações; investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.
- STUART MILL, J. **Princípios de Economia Política**. Vol. I e II, coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- SWEDBERG, R. **Max Weber e a Idéia de Sociologia Econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005.
- VON MISES, L. **The Theory of Money and Credit**. New Haven, CT (USA): Yale University Press, 1953.
- WILLIAMS, J. (Ed.). **Money: a History**. London (UK): British Museum Press, 1997.
- WRAY, L.R. (Ed.). **Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes**. Cheltenham (UK): Edward Elgar, 2004.

Pivot para a Ásia: uma análise da política externa dos EUA e seu legado

Leticia Cordeiro Simões de Moraes Lima¹

Vitor Decache Chiozzo²

Resumo

Este artigo analisa a política externa do governo Obama para a Ásia-Pacífico, denominada, “*Pivot para Ásia*”. Baseando-se na centralidade das questões de segurança e defesa, o *Pivot* limitou-se a algumas iniciativas diplomáticas e comerciais. Uma maior presença dos EUA na região trouxe aumento das tensões regionais e da assertividade chinesa.

Palavras-chave: Ásia-Pacífico, Política Externa, Estados Unidos.

Abstract

Pivot to Asia: an analysis of US foreign policy and its legacy.

This article analyses the Obama’s foreign policy for Asia-Pacific, called “Pivot to Asia.” Relying on the centrality of security and defense issues, the Pivot was limited to some diplomatic and commercial initiatives. The growing US presence in the region has increased regional tensions and Chinese assertiveness.

Keywords: Asia-Pacific, Foreign Policy, United States.

Introdução

O governo do presidente Barack Obama (2009-2017) passou a voltar seu olhar e intensificar sua presença na região da Ásia-Pacífico a partir de 2011, quando lança o ‘*Pivot*’ estratégico para a Ásia ou ‘reequilíbrio’ – termos que passaram a descrever o engajamento do país na região tida como

1 Professora do Unilasalle-RJ e Coordenadora do Laboratório Universitário de Pesquisa sobre Práticas Ativas de Aprendizado do Unilasalle-RJ (LUPPAA LaSalle). Mestre em Relações Internacionais pelo PPGRI-UERJ e Doutoranda em Relações Internacionais pela mesma instituição.

2 Capitão-Tenente do Corpo da Armada da Marinha do Brasil. Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval; Aperfeiçoado em Hidrografia; Bacharel em Relações Internacionais pela Unilasalle-RJ, com Mestrado em Estudos Marítimos pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM-EGN). Atualmente exerce o Comando do Navio Hidrográfico Balizador Comandante Varella.

uma das mais dinâmicas do capitalismo (ANDREWS; CAMPBELL, 2013). É também no início da segunda década do século XXI que os Estados Unidos (EUA) voltam a enxergar a região da Ásia Pacífico como vital para sua estratégia de poder, depois de anos ‘abandonada’ se comparada à região do Oriente Médio, aos longos anos dedicados à Guerra ao Terror empreendida pela administração George W. Bush (2001-2009).

A ascensão da região capitaneada pela República Popular da China que avança cada vez mais em seu papel econômico, político e militar no cenário internacional, obrigou os EUA a novamente voltarem suas atenções para a região, negligenciada nas décadas anteriores. O plano do ex-presidente Barack Obama, resumido na ideia de um *Pivot* para a Ásia, deu o tom da nova política norte-americana para a região, e teve como efeito colateral afetar e reorganizar toda uma estrutura desenvolvida na Ásia Pacífico, enquanto não contou com uma forte presença estadunidense.

Mas, para seguir com a proposta deste artigo é indispensável contextualizarmos os principais objetos de análise que levamos adiante: o *Pivot* para a Ásia e a região da Ásia Pacífico.

Na época do lançamento, o *Pivot* para a Ásia se caracterizou como reequilíbrio ou um reengajamento dos EUA na região. Entretanto, segundo Ford (2017, s/p, tradução própria), o

pivô não é bem compreendido [...] na Ásia [...]. A China suspeita que o único propósito real do pivô é sua própria contenção, embora Washington negue isso. No Sudeste Asiático, alguns países acreditam que um maior compromisso dos EUA aumentará a estabilidade; outros veem isso como um risco para a estabilidade.³

Com a chegada de Donald Trump ao poder, no início de 2017, a manutenção ou adaptação da postura norte-americana sobre a Ásia ainda está em jogo. Vale acrescentar que a estratégia de reequilíbrio ou reorientação do *Pivot* Asiático mostra uma continuidade de atuações anteriores, pois desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos demonstram interesse e presença na região, que já é uma realidade desde meados do século XIX. Segundo Sutter (2013), a grande diferença do *Pivot* para a Ásia é o fato desta estratégia ser multidimensional, se dedicando a uma série de fatores distintos como segurança, diplomacia e economia. A maneira como os Estados Unidos de Barack Obama se voltaram para a Ásia Pacífico, como novamente uma prioridade, altera de forma definitiva a política externa do país. E por mais que não tenha havido uma continuidade do Partido Democrata no poder, observamos recentemente uma preocupação redobrada dos Estados Unidos, comandados por Donald Trump, na região da Ásia Pacífico com a emblemática questão da Coreia do Norte.

Sobre a região da Ásia Pacífico é extremamente importante pensar que todas as regiões são construções (HURRELL, 1995) e não é diferente com a Ásia Pacífico. Se por um lado a ideia de Leste Asiático tem um conceito mais geográfico, se limitando a região do leste da Ásia nos mapas,

3 Disponível em: <<http://thediplomat.com/2017/01/the-pivot-to-asia-was-obamas-biggest-mistake/>> Acesso em 01/05/2017

o conceito de Ásia Pacífico, criado entre os anos de 1960 e 1970, carrega um significado muito mais político, uma vez que legitima o envolvimento norte-americano na Ásia, incluindo-a na região do Pacífico – ou inserindo os EUA na Ásia. (McDOUGALL, 2007). Dentre as muitas concepções do que é esta região chamada de Ásia Pacífico, a que melhor entendemos se encaixar em nossa análise é a de Daniel K. Inouye, do *Asia-Pacific Center for Security Studies*, que lista 46 países fazendo parte da região espalhados pelo Nordeste, Sul e Sudeste da Ásia, Américas e Oceania.⁴

Neste texto pretende-se apresentar as nossas conclusões quanto à seguinte hipótese: a política externa norte-americana do governo Barack Obama (2008-2016) para a Ásia Pacífico, denominada, *Pivot* para Ásia, por representar a percepção de uma tentativa de contenção estratégica da China, através de uma presença mais enfática dos EUA na região, contribuiu para um aumento das tensões regionais e da assertividade chinesa, sobretudo no Mar do Sul e do Leste da China.

Para esta análise, adotar-se-á a perspectiva analítico-descritiva, majoritariamente qualitativa. A fim de tornar a análise mais objetiva, o artigo é dividido em 4 seções: o cenário regional da Ásia-Pacífico, os imperativos geopolíticos norte-americanos, os imperativos econômicos, uma descrição dos principais elementos que caracterizaram o *Pivot* para a Ásia, e, por fim, o legado dessa política externa para a atual administração estadunidense.

Cenário Regional Ásia-Pacífico

Talvez os dados mais significativos da importância da Ásia Pacífico nas questões mundiais possam ser refletidos através de duas variáveis: população e produto interno bruto. Cerca de 4,4 bilhões de pessoas vivem na Ásia⁵, compreendendo aproximadamente 58% da população mundial, sendo que oito dos quinze países mais populosos do mundo estão na região (China, Índia, Indonésia, Paquistão, Bangladesh, Japão, Filipinas e Vietnã). Em 2015, a região respondeu por 32% do produto interno bruto mundial (WORLD BANK, 2017)⁶.

Outro elemento novo na cenarização regional da Ásia Pacífico, que serve de modelo geopolítico para o *Pivot*, é a inclusão de áreas costeiras do Sul da Ásia naquela regionalização, devido, sobretudo, à importância estratégica dos recursos energéticos e do comércio que passam pelo Oceano Índico e pelo Estreito de Málaca antes de chegar aos centros de produção do Leste da Ásia. Estima-se que 50% do tráfego mundial de contêineres e 70% do petróleo transitem por essa linha de comuni-

4 Os países são: Austrália, Bangladesh, Butão, Brunei, Myanmar, Camboja, Canadá, Chile, Ilhas Cook, Fiji, Polinésia Francesa (território francês), Índia, Indonésia, Japão, Kiribati, Laos, Malásia, Maldivas, Ilhas Marshall, Micronésia, Mongólia, Nauru, Nepal, Nova Zelândia, Nova Caledônia (território francês), Niue, Coreia do Norte, Paquistão, Palau, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Samoa, Cingapura, Ilhas Salomão, Coreia do Sul, Sri Lanka, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Vietnã e Estados Unidos. Disponível em: < <http://apcss.org/about-2/ap-countries/>> Acesso em 01/05/2017

5 0 em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>> Acesso em 01/05/2017

6 Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em 01/05/2017

cação marítima (DAGGET, 2012). O aumento da rivalidade estratégica entre potências regionais na região, nomeadamente China e a Índia, também contribuiu para trazer essas sub-regiões asiáticas para uma dinâmica estratégica maior na Ásia.

Imperativos Geopolíticos norte-americanos

A metade do século XIX testemunhou a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como uma das nações postulante à liderança mundial. Dentre as diversas hipóteses possíveis, destaca-se que esse processo deveu-se à: (1) sua consolidação como comunidade política após o fim da Guerra Civil (1865), aliada (2) aos avanços econômico-tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, a qual era centrada na emergência de novas energias, nomeadamente a elétrica e a derivada do petróleo, as quais serão empregadas, sobremaneira, nos meios de transporte e de combate, trens e embarcações à vapor, bem como em novas tecnologias bélicas e nas comunicações telegráficas, e que proveram os elementos necessários para a integração dos territórios tomado ao México no Oeste e Meio-Oeste da América do Norte e (3) ainda na primeira metade daquele século, a neutralização de ameaças fronteiriças, através de guerras contra o Canadá Britânico (1812) e o México (1845-1848). Culminar-se-á o processo, então, com a incorporação de seu entorno geográfico imediato no Caribe, através da Guerra Hispano-Americana (1898), baseada, sobretudo, nas concepções estratégicas do Almirante Alfred Thayer Mahan expostas em sua obra *The Influence of Seapower upon History* originalmente de 1890(1987). Mahan (1987) afirmava de que se os EUA desejavam postular a hegemonia mundial, deveriam possuir um Poder Naval robusto, de forma a se garantir o comando do mar e a proteção do comércio marítimo e o livre trânsito em direção aos territórios em que se encontravam as colônias, e que coroou o ápice do processo imperialista-colonial norte-americano, cujo marco fundador fora a proclamação da Doutrina de James Monroe (1823).

Em que pese ser somente nesse momento que os Estados Unidos passam a dispor de territórios na região asiática, na Ilha de Guam (1898) e nas Filipinas (1902), é mais antigo o interesse dos EUA na Ásia. Já em meados do século XIX, embarcações baleeiras norte-americanas circundavam o arquipélago japonês em busca de provisões e, fora pelo mar também, ainda que em termos menos pacíficos, que se iniciou uma aproximação político comercial de fato com o Japão, pela “Esquadra Negra”, sob o comando do Comodoro Matthew Perry, que em 1853, fundeou na baía da capital japonesa, forçando o Xogunato Tokugawa a celebrar o Tratado de Kanagawa (1854) resultando na abertura dos portos e das linhas de comércio marítimas japonesas à uma nação estrangeira após séculos de isolamento. (SAKURAI, 2013)

À semelhança do século XIX, os interesses geopolíticos norte-americanos na Região da Ásia-Pacífico no século XXI ainda movem-se impulsionados pelas motivações que os levaram à Ásia no

século XIX: A manutenção das linhas de comércio marítimas e de alianças diplomáticas favoráveis com os países da região, sendo esses objetivos alcançados pela atuação na região através de uma estratégia de *offshore balancer*⁷. (MEARSHEIMER; WALT, 2016)⁸ de forma a contrabalancear e conter o surgimento de qualquer poder regional contrário aos seus interesses.

A China, desde o início do século XXI, se apresenta no Oceano Pacífico, mais especificamente no Mar do Sul e do Leste da China, como um rival ao Poder Naval norte-americano (KELLY, 2014), constatando-se um crescente número de incidentes e confrontações nas áreas marítimas e ilhas em disputa das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) da China, Vietnã, Filipinas e Japão, (TILL, 2009). Através da “*21st Century Maritime Silk Road*”, a componente marítima da iniciativa de integração regional de liderança chinesa *Belt and Road Initiative (BRI)* as autoridades chinesas tem a expectativa de, através dessa estratégia de integração, secundariamente, reduzir a supremacia naval norte-americana na Ásia-Pacífico. A expansão do poder naval chinês para libertar-se de seu estrangulamento em águas regionais, de forma a acompanhar sua política externa diplomática mais assertiva, tem sido cada vez mais flagrante.

A posição geográfica dos EUA em relação à Ásia, bem como seu poder econômico e naval hegemônico, e suas alianças com os demais países da região, os colocam como um *offshore balancer* privilegiado, o que, a priori, pelos critérios geopolíticos, não justificaria a opção pelo *Pivot*, e seu engajamento multidimensional. Esse se apresenta como um envolvimento pouco adequado às condicionantes regionais e à segurança primária norte-americana, mesmo que em larga medida, essa política externa apresente semelhanças e, por vezes, continuidades com a política externa empreendida pelos EUA há anos na região, sobretudo na segunda metade do século XX, excetuando-se o período da Guerra do Vietnã (1964-1973). Entretanto, nos parece que o *Pivot* pode ser interpretado como uma reedição imperfeita da estratégia de contenção proposta por George Kennan em 1947, em seu artigo na *Foreign Affairs, The sources of Soviet Conduct*, e que balizou a atuação dos EUA, em maior ou menor grau de aderência, contra a União Soviética durante a Guerra Fria (KENNAN, 1947)⁹, e que poderia agradar determinados setores que exigem uma maior assertividade em relação à China. Naquele artigo, o diplomata:

advogava a adoção, pelos EUA, de uma política externa de longa duração baseada em uma paciente, firme e vigilante contenção das tendências expansionistas soviéticas. Assim, a cada sinal de agressão ou expansão soviética os Estados Unidos deveriam responder de forma a dissuadir o inimigo. (MUNHOZ, 2012, p.7)

7 *Offshore balancer* (Balanceador de além-mar) – Segundo Mearsheimer, papel desempenhado por um país quando intervém de forma mais incisiva no equilíbrio de poder em outra região do mundo, ou uma região da qual está separada por uma grande extensão de água, para evitar a consolidação de uma potência hegemônica regional rival. “Em essência, potências hegemônicas regionais agem como offshore balancers em outras áreas do mundo, embora prefiram ser um balancer de última instância.” “In essence, regional hegemony acts as offshore balancers in other areas of the world, although they prefer to be the balancer of last resort.” (tradução livre) (MEARSHEIMER, 2001, p. 141)

8 Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-06-13/case-offshore-balancing> > Acesso em 01/05/2017

9 Disponível em? < <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct> > Acesso em: 01/05/2017

Fazendo uma importante ressalva:

Mas, sempre que possível, segundo ele (Kennan), dever-se-ia evitar o conflito direto (com a União Soviética).¹⁰ (MUNHOZ, 2012, p.7)

A crescente participação militar americana na região, somada à iniciativas de pouca envergadura em âmbito comercial e diplomático, tem provocado a desconfiança por parte da China, durante os anos Obama, e que não parece ter diminuído nesse início de governo de Donald Trump, sobretudo após a retirada do país da *Trans-Pacific Partnership* (TPP). O processo de expansão geopolítica é marcado por períodos de expansão e acomodação, e ao nosso ver, a opção por um engajamento onde a opção tradicional e lógica da política externa norte-americana poderia ser por uma estratégia de *offshore balancing* menos custosa, e mais eficiente, ainda que menos controlável, o que certamente contribui para um aumento das tensões e da presença diplomático militar no cenário internacional, não somente da China, mas de um outro ator *outsider* regional, a Coreia do Norte.

Portanto, dado os imperativos geopolíticos na região da Ásia Pacífico, agravados pela lógica de armamentos nucleares por parte de atores protagônicos (Rússia e China), e coadjuvantes (Coreia do Norte), os EUA dispõem de poucas opções de políticas externas as quais não levem ao conflito, e por isso uma política baixo perfil, como a de *offshore balancing*, poderia ajudar a conter e circunscrever as rivalidades regionais locais, através da construção de política de alianças, se valendo dos organismos internacionais já existentes.

Questões geopolíticas de maior complexidade, como as advindas da Europa e do sempre inflamado Oriente Médio, talvez não permitam aos EUA manter por longo prazo, o *Pivot* para a Ásia. Naturalmente, perceberíamos, então, o esvaziamento dessa estratégia.

Imperativos econômicos norte-americanos

As relações comerciais e econômicas entre Estados Unidos e Ásia Pacífico, estão em destaque no cenário internacional desde muito tempo. Os EUA mantêm sua presença na região desde o século XIX tanto nas Filipinas quanto na abertura dos portos japoneses, mas foi a partir do final da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, que os EUA passaram a participar cada vez mais ativamente da dinâmica econômica e comercial regional.

Os números recentes deste relacionamento mostram que a presença norte americana tem sido ostensiva na Ásia Pacífico. Dados do ano de 2013 do *Center for Strategic and International Studies* para o Senado dos EUA mostram que os 21 membros da APEC (Asia Pacific Economic Co-

¹⁰ Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4226> > Acesso em 01/05/2017

peration)¹¹ representam aproximadamente 55% de todo PIB mundial e 44% de todas as transações comerciais internacionais chegando a soma de US\$ 10 trilhões de bens e serviços no ano de 2012. Estes mesmos dados trazem as informações de que as exportações americanas para a região da Ásia Pacífico foram de aproximadamente US\$ 1.2 trilhões no ano de 2011, representando um pouco mais da metade das exportações americanas. (GOODMAN, 2013)¹²

A região da Ásia Pacífico também é alvo de fortes investimentos (direitos e de portfólio) provenientes dos EUA. Ao mesmo tempo, os EUA receberam aproximadamente US\$ 20 bilhões de investimento externo direto provenientes dos países da Ásia Pacífico. Por outro lado, a China e o Japão concentram mais de US\$ 1 trilhão de ativos do tesouro americano, podendo ser utilizados como um instrumento frente aos EUA. Mais especificamente com a China, os EUA apresentavam em 2012 uma balança comercial negativa em US\$ 315 bilhões, outro possível número que preocupa os EUA e os fazem repensar suas políticas comerciais para a região. Entretanto, vale ressaltar que os EUA estão sempre em déficit, desde a década de 1970, como uma das características necessárias para o estabelecimento e manutenção do padrão dólar no Sistema Internacional (GOODMAN, 2013)

O acelerado crescimento chinês e sua inserção cada vez mais forte no comércio e na política internacional, aliados aos números apresentados anteriormente, levam os EUA, a se preocuparem de forma cada vez mais urgente com a região da Ásia Pacífico. A ideia do TPP poderia, inclusive, ser um exemplo claro da busca por instrumentalização de resultados comerciais e econômicos dos EUA com diversos países do Pacífico, com exceção da China.

O crescimento chinês acelerado e sua posição cada vez mais estabelecida como um líder regional, além de uma série de iniciativas chinesas de diversificar sua forma de comercializar, o que inclui a BRI, e números nem sempre favoráveis aos EUA, coloca o governo norte americano em alerta. O *Pivot* para a Ásia, e sua vertente econômica, se voltam para uma reinserção dos EUA na região também em termos econômicos e de produção e a clara intenção é a de não perder um espaço ‘cativo’ há mais de meio século.

Pivot para a Ásia

Citando Buzan (2003), Kelly (2014) aponta que os principais interesses dos EUA na Ásia Pacífico, estão concentrados na China, no Japão, nas duas Coreias e em Taiwan, que seriam, conforme indica Buzan, um Complexo Regional de Segurança.¹³ Reiterando o que foi dito na seção anterior, o

11 Os 21 membros da APEC são: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Taiwan, Tailândia, EUA e Vietnã.

12 Disponível em <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/Goodman_Testimony.pdf> Acesso em 01/05/2017

13 Um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente uma das outras” (tradução livre). (BUZAN & WÆVER, 2003, p.44)

autor afirma que o peso da balança econômica mundial está se concentrando entre o Atlântico Norte e o Círculo do Pacífico, uma vez que os EUA tem extensas e profundas relações comerciais com países desta região, bem como vários empréstimos dos bancos japoneses e chineses. A criação do *Pivot* para a Ásia é a confirmação da importância da região para os Estados Unidos, e o reconhecimento da economia asiática como uma das mais importantes do globo. (KELLY, 2014)

Entretanto, por mais que a ideia do *Pivot* ou rebalanceamento não esteja exatamente clara, desde o momento de seu anúncio, a seção mais avançada desta política sem dúvidas é a militar, uma vez que os EUA procuram não só se fazer mais presentes na região pela via econômica, mas também participando de encontros exclusivos de países do Leste Asiático ou marcando fortemente sua presença através da diplomacia presidencial do governo anterior, em reuniões e cúpulas que envolvem boa parte dos países do Pacífico. Ainda, é evidente o fato de que os EUA ainda não saíram completamente do Oriente Médio desde o 11 de setembro, mas sua obstinação em se fazer mais atuante na região da Ásia Pacífico inclui principalmente a maior participação em Áreas de Livre Comércio e o envio de um número maior de tropas, navios, e aeronaves militares para suas bases localizadas naquele entorno. (KELLY, 2014) Também, cresceu sensivelmente a quantidade de exercícios militares realizados entre a Marinha norte americana e a de aliados no Pacífico, incluindo em larga escala Austrália, Japão, Coreia do Sul e algumas vezes a Índia.

Apesar de a política do *Pivot* para a Ásia Pacífico que surge no governo Obama, não deixar exatamente claro quais são suas ações e intenções, a hipótese de busca por equilibrar uma China cada vez mais poderosa é uma razão bastante plausível, por mais que em 2011 quando o *Pivot* foi oficialmente lançado, os principais indicativos oficiais que justificaram a escolha de um novo movimento em direção à região tenham sido baseados nas tendências de população, economias, portos e vias marítimas de comércio, desenvolvimento militar, proliferação de armas nucleares, desastres naturais e questões ambientais (HILL; HOLMES; VARIN, 2013)

A inquestionável presença mais constante dos EUA no chamado *Pacific Rim* vem despertando uma série de novos sentimentos na região, e boa parte deles incomoda o crescimento chinês, seja na área comercial, regional e principalmente militar. Os EUA tem demonstrado com grande frequência sua preocupação com a cada vez maior atuação chinesa sobre territórios marítimos adjacentes. Preocupa-se principalmente com o Mar do Leste¹⁴ e o Mar do Sul da China¹⁵, grandes rotas marítimas de comércio, passagem de embarcações militares e fontes de recursos naturais. O governo chinês vem investindo de forma bastante agressiva na construção de ilhas artificiais com bases militares e pistas

14 O conflito pelas Ilhas Senkaku (no Japão)/Diayou (China) acontece entre Japão, China e Taiwan, cada qual alegando ter soberania sobre o pequeno conjunto de ilhas que fica na rota das principais vias pesqueiras, e que acredita-se ter recursos naturais como petróleo e gás.

15 O Estado chinês, principal ator da região, reivindica o Mar do Sul da China em sua quase totalidade, cerca de 90%, (NUDELMAN ET AL, 2014) – a chamada Nine Dash Line – incluindo as Ilhas Paracel e Spratly além do Recife de Scarborough e as Ilhas Natuna. A demanda chinesa ultrapassa as reivindicações legais estabelecidas pela UNCLOS (Coinvenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar). Para maiores informações sobre os conflitos no Mar do Sul da China ver HAYTON, 2014.

de pouso de aeronaves militares, construção de dutos para a exploração de recursos naturais, em alguns casos em regiões que não são considerados seus territórios marítimos. (AMTI, 2015; HODAL, 2014).¹⁶

A China, por outro lado, parece contrariar a expectativa de alguns analistas políticos que entendem que o país continua seguindo sua política de defesa irrestrita, como foi com a construção da Grande Muralha. Para Holmes e Yoshirara (2005)¹⁷, a China não pretende utilizar a lógica da estratégia de defesa da Grande Muralha para suas águas adjacentes; a passividade quanto a forma de lidar com seus entornos, não está de acordo com a lógica ensinada por Mao Zedong para a China moderna e contemporânea, onde “a única defesa real é a defesa ativa, com a finalidade de contra-atacar e tomar a ofensiva”. (HOLMES; YOSHIHARA, 2005, s/p) Aqueles que imaginam que a China não tem outra alternativa frente à poderosa marinha norte-americana a não ser fortalecer suas defesas como a melhor estratégia de ataque, podem não ter levado em consideração as estratégias de defesa ativas em *offshore* do governo chinês. Baseados na ideia de Mao de que a melhor defesa é um bom ataque, seguem se expandindo em direção aos territórios que acreditam fazer parte de seu país, não mais uma potência apenas continental. (HOLMES; YOSHIHARA, 2005)

Desta forma, ligar um movimento de uma grande potência a outro movimento de outra grande potência no mesmo entorno geográfico não se torna tão distante da realidade. O reequilíbrio norte americano para o Pacífico, com grande ênfase militar, e a expansão chinesa regional em direção aos mares adjacentes, já mostram sinais de colisão e podem apresentar sinais cada vez mais claros de conflitos, mesmo que indiretos.

Se até os anos finais da Guerra Fria os EUA dominavam a região, mais especificamente o Mar do Sul da China, a partir da década de 1990 e o acelerado desenvolvimento chinês, essa liderança indiscutível na região começou a ser colocada em cheque. A posição cada vez mais assertiva da China em relação à região, tem gerado movimentos contrários que envolvem instituições regionais, mas também a atuação mais presente dos EUA, que entre outras passaram a apoiar de maneira muito mais clara a posição da ASEAN (Associação dos Países do Sudeste Asiático) – que busca um Código de Conduta mais vinculante com a China para tratar questões territoriais específicas do Mar do Sul da China, que vem sendo negado por esta – e seus membros que se sentem prejudicados em relação a expansão da China sobre o Mar do Sul.¹⁸ (BURGESS, 2016).

Se há uma presença maciça dos EUA através de exercícios militares conjuntos, envio de aviões e navios da marinha americana para sobrevoar ou se aproximar de diversas regiões que o governo

16 Disponível em: <<https://amti.csis.org/airstrips-scs/>> e <: <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/17/oil-rig-china-vietnam-row-south-china-sea>> Acesso em: 02/5/2017

17 Disponível em:< <http://nationalinterest.org/article/the-best-defense-is-a-good-offense-for-chinas-navy-2755> > Acesso em 02/05/2017

18 A ASEAN é uma instituição de 1967 e reúne 10 países do Sudeste Asiático: Malásia, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Cingapura, Brunei, Vietnã, Laos, Camboja, Myanmar. Os países que apresentam divergências com a China em relação a seus territórios marítimos são Vietnã e Filipinas, principalmente, mas também Indonésia, Malásia e Brunei de forma mais restrita. Para um maior histórico sobre a ASEAN ver: BA, 2009.

chinês alega ter soberania, há também um esforço diplomático e econômico-comercial dos EUA de firmar sua presença na região, mesmo que nem sempre incluía a China, como é o caso do TPP, descontinuado na nova gestão Trump. E mesmo que o TPP tenha sido descontinuado, a ideia do *Pivot* para a Ásia, mesmo pouco clara, permanece presente no início das ações de política externa do novo governo republicano, com a preocupação norte-americana às provocações norte-coreanas. Contudo, a Guerra Comercial entre China e EUA, travada no mandato do presidente Trump também deve ser um episódio a ser analisado para se pensar a presença norte americana na Ásia Pacífico a partir de 2019.

O fato de não haver apelo interno para manter a política do *Pivot* para a Ásia é apenas uma das falhas que podem comprometer a estratégia, segundo Kelly (2014). Se há cerca de vinte anos havia o esforço por parte do setor empresarial norte-americano de se voltar para a Ásia e investir com o intuito de buscar competir com a China, que pouco tempo depois entraria para a Organização Mundial do Comércio, hoje não há mais um pensamento tão positivo para tal iniciativa. Também, o governo norte americano ainda desconhece muito a região e as características da Ásia Pacífico, asseverado pela reedição imperfeita de uma estratégia de contenção.

Ainda, o Oriente Médio continua sendo uma área de tensão constante e com poucos aliados presentes e fortes para os Estados Unidos, diferentemente do que acontece no Pacífico, onde Austrália, Japão, Coreia do Sul e até mesmo as Filipinas atuam reforçando parte de sua política externa. Por fim, outra possibilidade de fracasso do *Pivot* para a Ásia é seu alto custo e as necessidades de investimento que as forças militares norte-americanas precisam para cumprir com o seu papel de ‘guarda’, e boa parte destes investimentos vem de empréstimos externos, não por acaso, de bancos chineses (KELLY, 2014).

Considerações finais

A realidade geopolítica na região da Ásia Pacífico, constrangida pela alternativa nuclear disponível à atores protagônicos e coadjuvantes, restringe sobremaneira as opções dos EUA, componentes de seu arsenal diplomático-estratégico, às quais não levem à confrontação. Portanto, uma política externa *low profile*, a de *offshore balancing*, a fim de conter e circunscrever as rivalidades regionais locais sem envolver-se diretamente e ativamente na região, mantendo uma política de alianças, aliçada em organismos internacionais já existentes, poderia ser uma interessante solução para a atuação do país na região. A crescente complexidade das questões mundiais, notadamente a turbulência enfrentada na União Europeia e a sempre crítica situação do Oriente Médio, aliada à incerteza inerente das Relações Internacionais, talvez não permitam aos EUA manter, por longo prazo, o *Pivot* para a Ásia.

Talvez uma solução para os imperativos geopolíticos seja compensá-los através de uma ênfase no aspecto multidimensional do *Pivot*, em sua vertente econômica, numa tentativa de ocupar um vácuo estratégico na região, sobretudo em decorrência da guerra ao terror pós-11 de setembro. Entretanto nada disto valerá se os EUA continuarem a não interpretar da maneira mais acertada, nessa nova administração Trump, os movimentos reativos às suas ações, de principal potência regional da China, especialmente nas áreas marítimas do Mar do Sul e Leste da China.

O reequilíbrio norte-americano para o Pacífico, denominado de *Pivot*, reedição imperfeita da política de contenção, por ora ausente de iniciativas diplomático-comerciais de envergadura, principalmente após a retirada dos EUA do TPP, poderá representar, caso não seja revista em novos e mais amplos termos, um legado cada vez mais restritivo e inócuo à política externa norte-americana na Ásia Pacífico. Há ainda muitos questionamentos sobre a presença norte americana na Ásia Pacífico. Contudo, há uma certeza. Apesar da centralidade da Ásia para a política internacional, e também para a política externa norte americana, que recentemente se viu envolta em uma guerra comercial com a China, ainda não completamente solucionada, que assustou toda a economia internacional, o termo *Pivot* para a Ásia caiu em desuso com a chegada de Trump no poder. A ideia de um rebalanceamento nos termos Democratas muito provavelmente ficou pelo caminho.

Referências bibliográficas

AMTI. Asia Maritime Transparency Initiative. **Airpower in The South China Sea**. 2015; Disponível em: <<https://amti.csis.org/airstrips-scs/>> Acesso em 02/05/2017

ANDREWS, Brian; CAMPBELL, Kurt. **Explaining the US 'Pivot' to Asia**. 2013. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Americas/0813pp_pivottoasia.pdf> Acesso em: 02/05/2017

Association of South East Asian Nations. Stanford: Stanford University Press, 2009.

BA, Alice. [Re]Negotiating East and Southeast Asia: Region, Regionalism, and the

BURGESS, Stephen. Rising bipolarity in the South China Sea: the American rebalance to Asia and China's expansion, **Contemporary Security Policy**, 37:1, ps. 111-143, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13523260.2016.1149968>> Acesso em 02/05/2017

BUZAN, Barry, Wæver, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CIA FACT BOOK. **The World Fact Book**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>> Acesso em 02/05/2017

DAGGET, Stephen. et al. Congressional Research Service. **Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" toward Asia**. 2012. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R42448.pdf>> Acesso em: 02/05/2017

DKI APCSS - Countries of the Asia-Pacific Region. Daniel K. Inouye Asia Pacific Center for Security Studies Disponível em: <<http://apcss.org/about-2/ap-countries/>> \Acesso em 02/05/2017

FORD, John. **The Pivot to Asia Was Obama's Biggest Mistake**. 21/01/2017. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2017/01/the-pivot-to-asia-was-obamas-biggest-mistake/>>, 2017. Acessado em 02/05/2017

GOODMAN, Matthew P. US Economic Engagement in East Asia and the Pacific. **CSIS Statement before the U.S. Senate Committee on Foreign Relations, Subcommittee on East Asian and Pacific Affairs**, 18/12/2013. Disponível em: <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/Goodman_Testimony.pdf> Acesso em 02/05/2017

HAYTON, Bill. **The South China Sea: The Struggle for Power in Asia**. Yale, Yale University Press, 2014.

HILL, Craig; HOLMES, Christopher; VARIN, Byron. OFF BALANCE: The United States Policy Pivot to the Asia Pacific. **FAOA Journal of International Affairs**; Fall2013, Vol. 16 Issue 3, p39. Disponível em: <<http://connection.ebscohost.com/c/articles/93247518/off-balance-united-states-policy-pivot-asia-pacific>> Acesso em:02/05/2017

HODAL, Kate. **Despite oil rig removal, China and Vietnam row still simmers** **The Guardian Online**, 17 de julho de 2014. Disponível em : <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/17/oil-rig-china-vietnam-row-south-china-sea>

HOLMES, James. YOSHIHARA, Toshi. The Best Defense is a Good Offense for China's Navy **The National Interest Magazine** 07/06/2005. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/article/the-best-defense-is-a-good-offense-for-chinas-navy-2755>> Acesso em 02/05/2005.

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, n 17, vol. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/1995/10/09/contexto-internacional-vol-17-n%C2%BA-1-1995/>> Acesso em: 02/05/2017

KELLY, Robert.E. **The Pacific Review**, 2014 Vol. 27, No. 3, 479503, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09512748.2014.909526>> Acesso em 02/05/2017

KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, 01/07/1947. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>> Acesso em 02/05/2017

MAHAN, Alfred. **The influence of seapower upon history 1660-1783**. New York: Dover, 1987

McDOUGALL, Derek. **Asia Pacific in World Politics**. Bolder: Lynne Rienner Publishers, 2007.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of greater Power politics**. W.W Norton & company, 2001, New York, 2001.

MEARSHEIMER, John J; WALT, Stephen M. **The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy**. Foreign Affairs, 13/06/2016. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-06-13/case-offshore-balancing> > Acesso em: 02/05/2017

MUNHOZ, J. Sidnei. Kennan e a Política Externa dos EUA durante a Guerra Fria. **Boletim do Tempo Presente**, nº 02, de 09 de 2012, p. 1 - 13. Revista da UFS, 2012. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4226> > Acesso em 02/05/2017

NUDELMAN, Mike; ROSEN, ARMIN; KELLEY, Michael. This Map Shows Why The South China Sea Could Lead To The Next World War. **Business Insider**, 10 de julho de 2014. Disponível em: < <http://www.businessinsider.com/the-south-china-sea-graphic-2014-7> > Acesso em 02/05/2017

SAKURAI, Celia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2013

SUTTER, Robert G. et al. **Balancing Acts: The U.S. Rebalance and Asia-Pacific Stability**. The George Washington University. 2013. Disponível em: < https://www2.gwu.edu/~sigur/assets/docs/BalancingActs_Compiled1.pdf > Acesso em: 02/05/2017

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. New York: Routledge, 2013.

WORLD BANK, WORLD BANK DATA FOR 2017 Disponível em: < <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf> > Acesso em: 02/05/2017

A influência de Clausewitz no Alto Comando Alemão durante a Segunda Guerra Mundial

Douglas Guimarães Siqueira¹

Resumo

O trabalho pretende demonstrar a importância do estudo de líderes militares do passado por integrantes do Exército Brasileiro. Com isso, terá como objetivo verificar se os conceitos preconizados por Clausewitz foram empregados pelo Alto Comando alemão na Segunda Guerra Mundial, a fim de compreender suas decisões e as novas estratégias de guerra adotadas. Na introdução será destacada a importância em estudar história militar e apresentar como eram feitos os embates do passado até as guerras vividas por Clausewitz, durante as guerras napoleônicas. Em seguida, o trabalho destacará 03 personalidades do Alto Comando germânico - Hitler, Guderian e Manstein - destacando suas contribuições na arte da guerra e, ainda, analisar se suas ações atuaram em consonância com as ideias descritas por Clausewitz em seu livro Da Guerra.

Palavras-chave: Clausewitz, Segunda Guerra Mundial, Alto Comando alemão

Resumen

Este trabajo pretende demostrar la importancia de los estudios de líderes militares del pasado por integrantes del Ejército Brasileño. Así pues, tendrá como objetivo verificar si los conceptos preconizados por Clausewitz fueron utilizados por el Alto Comando alemán en la Segunda Guerra Mundial, a fin de comprender sus decisiones y las nuevas estrategias de guerra adoptadas. En la introducción, será destacada la importancia de estudiar y presentar como eran desarrollados los embates del pasado hasta las guerras vividas por Clausewitz durante las guerras napoleónicas. A continuación, el trabajo destacará 03 personalidades del Alto Comando alemán - Hitler, Guderian y Manstein - destacando sus contribuciones en el arte de la guerra y, aún, analizar si sus acciones actuaron en consonancia con las ideas descritas por Clausewitz en su libro De la Guerra.

Palabras-clave: Clausewitz, Segunda Guerra Mundial, Alto Comando alemán.

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (2005). Especialista em Operações Militares de Defesa Antiaérea e Defesa do Litoral (2008). É pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2014) do Exército Brasileiro. Possui, também, Licenciatura em História pela Universidade Paulista (2017). Tem experiência na área de Defesa, com ênfase em Artilharia Antiaérea, e em História.

Introdução

O presente artigo apresenta conceitos básicos preconizados por Carl von Clausewitz, na sua obra *Vom Kriege* (Da Guerra) e em estudos feitos por historiadores ou estudiosos sobre a vida e a obra do General prussiano, a fim de fornecer subsídios para a melhor compreensão das políticas e estratégias de guerra empregadas por membros destacados do Alto Comando alemão, durante a Segunda Guerra Mundial (2ª GM).

Segundo Leonard (1988, p. 10) no século XVIII, os povos germânicos viviam em alguns pequenos Estados e Principados cujos governantes ocasionalmente cediam a guerras dinásticas. Tais guerras eram travadas por pequenos Exércitos altamente treinados e constituídos de soldados profissionais, sendo a maioria composta por mercenários estrangeiros. Os exércitos eram financiados pelo tesouro, raramente provinha da riqueza pessoal dos reis. Era dispendioso organizá-los e mantê-los por muito tempo. Com isso, os embates, normalmente, terminavam em negociações diplomáticas e o Exército inimigo continuava a existir.

Entretanto, com as revoluções francesa e americana, este estado das coisas desapareceu. Com a posterior subida do líder político e militar Napoleão Bonaparte ao poder em 1804, a guerra tornou-se um problema do povo e da nação durante as guerras napoleônicas, que foram travadas por toda a Europa. A participação do povo limitou os meios disponíveis e os esforços aos recursos da nação, à força moral de sua população e aos objetivos políticos do conflito. Os cidadãos substituíram os mercenários e uma estratégia móvel e agressiva ocupou o lugar das longas batalhas de sítio. Juntas, as duas contendas revolucionárias substituíram as guerras entre reinos pelas guerras entre nações (LEONARD, 1988, p. 11).

Leonard (1988, p. 11 e 12) vai além, ao também afirmar que essa mudança era evidente do ponto de vista de Clausewitz sobre o conceito de violência ilimitada, porque facilitava aos generais e políticos identificar as guerras nacionais. Ela envolveria todos os recursos disponíveis do Estado e aumentaria a possibilidade de uma guerra total ou absoluta entre países, que ficou bem caracterizada nas guerras mundiais.

Na opinião de Strachan (2008, p. 15 e 16) as ideias formuladas pelo General germânico foram calcadas em exemplos de outros líderes da época e por seu profundo estudo e observações pessoais das campanhas que Napoleão empreendeu. Inicialmente, seu livro influenciou profundamente, apenas, os líderes militares alemães, já que o livro foi postumamente publicado em 1832 e pouco lido fora da Prússia. Entretanto, foi com as assombrosas vitórias que culminaram com a unificação da Alemanha em 1871, que Clausewitz e seu grande livro *Da Guerra* romperam as fronteiras alemãs e seu Exército tornou-se o modelo a ser estudado por diversos líderes mundo afora.

Das diversas guerras travadas após a morte de Clausewitz, a principal e mais violenta foi a 2ª GM (1939-45). Batalhas dessa guerra são citadas nesse artigo dissertativo, principalmente as ocorridas no Teatro de Operações (TO) da Europa e da União Soviética, sobre a ótica das personalidades alemãs escolhidas. Esse é o motivo pelo qual foram estudadas as influências do General Clausewitz junto ao líder alemão da época - Adolf Hitler - e dois de seus principais Marechais-de-Campo, Heinz Guderian e Erich von Manstein.

Clausewitz e seu livro da guerra

A fim de orientar o entendimento do assunto abordado no presente trabalho, é de suma importância o conhecimento da pessoa de Clausewitz.

Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um pensador filósofo-militar que viveu no século XIX, mas suas ideias contidas em *Da Guerra*, permanecem atuais e ainda são estudadas por historiadores militares. Suas teorias influenciaram gerações e gerações de líderes militares e políticos, independente da ideologia empregada por eles. Um exemplo é o que escreveu Santos:

Deixando de parte a influência, basta que verifiquemos a opinião que dele fazia Lênin: um dos mais notáveis escritores da filosofia da guerra e da história [...] um escritor cujos pensamentos básicos no presente se tornaram requisitos de toda pessoa pensante [...]. Mais significativo do que tudo isso é o fato de Lênin e os marxistas haverem esposado a conhecida tese de Clausewitz de que 'a guerra é a continuação da política por outros meios', especialmente os violentos (SANTOS, 1998, p.214 e 215).

Nascido em 1780, na cidade de Burgo, próximo a Magdeburgo, foi nomeado Alferes do Exército Prussiano em 1792. Em 1801, iniciou o curso para Oficial em Berlim. Em 1806, foi ferido e caiu prisioneiro na campanha de Jena. Em 1809, auxiliou Scharnhorst na reorganização do Exército de sua terra natal e, por ocasião do início das operações na Rússia, em 1812, defendeu este país contra os franceses, até a retirada de Napoleão de Moscou. (FULLER, 2002, p. 61).

Clausewitz não era apenas um soldado de escrivania. Seu batismo de fogo ocorreu quando tinha apenas 13 anos de idade. Quando o Exército Prussiano combateu os franceses na campanha do Reno, em 1793 e depois nos Vosges, em 1794. Nessa região, coberta por caminhos íngremes e coberta por bosques, ele adquiriu o conhecimento prático com o terreno que tanto o inspirou nas páginas de seu livro. Essa campanha terminou com o Tratado de Basel, em 1795, e depois se seguiu um longo período de relativa paz (HOWARD, 1983, p. 06).

Em 1803, Clausewitz formou-se Oficial em primeiro lugar de sua turma, sendo designado a Ajudante de Ordens do Príncipe Augusto da Prússia. Nessa função, participou ativamente da guerra contra Napoleão, em 1806, como um jovem patriótico. Nesse conflito, os prussianos foram fragoro-

samente derrotados nas batalhas gêmeas de Jena e Auerstadt, nesta última, seguiu-se a catastrófica retirada até Prenzlau, onde ele e seu comandante foram cercados e capturados. Depois permaneceram como prisioneiros de guerra na Suíça e logo em seguida na França, por mais de um ano (LEONARD, 1988, p. 05).

Mas, em 1812, Napoleão impôs ao Rei Guilherme I uma aliança militar franco-prussiana com o objetivo de colaborar com a invasão da Rússia. Clausewitz não suportou a ideia e, na companhia de cerca de 30 Oficiais, pediu demissão e foi prestar serviços militares ao Czar Alexandre I (LEONARD, 1988, p. 05).

Embora não falasse russo, assessorou o Estado Maior na segunda grande batalha de Borodino, em 1812, e testemunhou a sangrenta travessia do rio Berezina pelos franceses em retirada. Em 1813, Clausewitz, ainda com uniforme russo, retorna a Berlim, é readmitido no novo Exército Prussiano e auxilia Scharnhorst a recrutar e formar novos exércitos nacionais para as guerras de libertação. (HOWARD, 1983, p. 08 e 09).

Após Waterloo, em 1815, comandou uma Unidade no Reno, onde se dedicou a estudar profundamente as batalhas ocorridas porque imaginava que haveria outra guerra com a França no futuro. Em 1818, foi promovido a General de três estrelas e, posteriormente, foi nomeado como comandante da Escola de Guerra em Berlim. Por mais de dez anos, dedicou-se em melhorar o Exército Germânico e passou a registrar seu pensamento militar sobre as campanhas napoleônicas, desde 1816, já que sua função era puramente administrativa nessa época. Até ser enviado a participar do Corpo de Observadores prussianos na Revolução Polonesa em 1830 (LANNING, 1999, p. 104).

Ainda em 1830, ano em que os rascunhos de seu enorme livro ainda estavam incompletos, foi designado para comandar a importante força de artilharia de Breslau. Todavia, um perigo assustador estava se espalhando pelo leste da Europa: era o cólera. Clausewitz recebeu sua última missão militar, realizar um cordão sanitário visando impedir o avanço da epidemia sobre o solo teutônico. Esse problema ele não previu em seus livros, em 15 de novembro de 1831, ele próprio foi contaminado e morreu 24 horas depois na cidade de Breslau com apenas 51 anos de idade (HOWARD, 1983, p. 10).

A obra literária do General prussiano foi publicada postumamente por sua esposa Marie entre 1832 a 1834, com a ajuda de seu irmão Friedrich. Em suas anotações, Clausewitz (1984, p. 65) assim resumiu sobre os leitores de seu livro: “A minha ambição era escrever um livro que não fosse esquecido após dois ou três anos e que possivelmente pudesse ser consultado mais de uma vez por aqueles que estão interessados pelo assunto”.

Em seu ensaio introdutório, Leonard (1988, p. 06 e 07) afirma que os textos que compõem Da Guerra foram divididos em 08 livros, dos quais apenas o primeiro seu autor considerava completo. Os livros 02 a 06 foram praticamente concluídos, apesar de Clausewitz tencionasse a revê-los e os

dois últimos resumem-se a pouco mais do que uma coleção de notas. Mas em 1827, Clausewitz estava convicto que os livros de 01 a 06, que versavam sobre a natureza e a teoria da guerra, poderiam revolucionar seus leitores com as ideias contidas.

O pouco impacto inicial causado pelo livro em seu lançamento, foi drasticamente modificado depois da guerra Franco-Prussiana, ocorrida em 1870-71, quando o arquiteto das vitórias alemãs, o General von Moltke, incluiu o livro *Da Guerra* numa pequena lista de livros que mais o haviam influenciado. Continha também, livros previsíveis como a Bíblia e as obras de Homero. Assim, Clausewitz foi considerado como o seu mentor espiritual (STRACHAN, 2008, p. 16).

Com as espetaculares vitórias nos embates contra a Dinamarca, na guerra dos 2 Ducados em 1864, contra a Áustria em 1866, e contra a França em 1870-71, Clausewitz tornou-se, imediatamente, o autor da moda e passou a ser estudado por todos os militares alemães e depois por militares de toda a Europa. Um jornal alemão escreveu em 1873, que: 'Clausewitz havia merecido o seu lugar de maior autoridade em estudos militares no Exército Alemão' (HOWARD, 1983, p. 53).

Nos escritos de Lanning (1999, p. 106) ele descreve que Clausewitz procurou, também, tratar as operações militares como ciência. Afirmou ainda que, o livro deste General destaca que a grande missão de um exército seria engajar e destruir a força principal do inimigo em uma batalha decisiva. Esse pensamento deveria nortear todo o plano estratégico de um atacante, tal afirmação foi buscada constantemente pelo Alto Comando alemão na 2ª GM, principalmente nas grandes batalhas de cerco ocorridas na Europa e depois na Rússia.

Dessa forma, seus escritos filosóficos, estudos de história e suas experiências bélicas obtidas tanto nas campanhas de guerra contra Napoleão, como nas observações dos ensinamentos colhidos de outros líderes do passado, fizeram Clausewitz dedicar-se a estudá-los visando formular sua teoria sobre as guerras que a Prússia enfrentaria no futuro.

Principais conceitos

A guerra é um duelo entre nações, a qual o objetivo imediato de cada um é derrotar o outro pelo uso da força ou violência, visando submeter o inimigo a nossa vontade. A violência, isto é, a força física, é um meio obrigatório da guerra, e subjugar o inimigo é o seu propósito. Para atingir esse propósito é imperativo deixá-lo desarmado ou impotente, e este é o objetivo da guerra. (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75).

Na Publicação sobre a Introdução à Estratégia do CP/ECEME (2006, p.20 a 23) há um importante resumo explicando os principais conceitos constantes do livro *Da Guerra*, escrito por Clausewitz, Dentre eles foram destacados:

a) A guerra é a continuação da política por outros - Clausewitz considera a política como a ação representativa de todos os interesses da comunidade. Em sua visão, o processo político representava todos os interesses humanos, harmonizando-os entre si e aos seus conflitos, tanto no campo doméstico como no da política externa. Daí o seu entendimento de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Clausewitz aceita que o general tenha o direito de pleitear que os rumos da política sejam consistentes com os meios que lhe são colocadas à disposição, mas não poderá nunca fazer mais do que limitar o objetivo político. “O objetivo político é a meta, a guerra é o meio de chegar até ela, e os meios não podem jamais ser considerados isoladamente dos propósitos”. Bastante afetado por sua experiência pessoal, Clausewitz rejeitava a influência dos militares sobre a formulação da linha de ação política e não aceitava deixar a decisão da paz e da guerra nas mãos dos militares;

b) A tríade estratégica - Segundo Clausewitz, a guerra é travada por uma trindade extraordinária composta de governo, forças armadas e povo. O governo estabelece o objetivo político, as forças armadas propiciam os meios para se alcançar tal objetivo e o povo proporciona a vontade - motor da guerra. Todos os três são componentes indispensáveis da tríade estratégica de Clausewitz. Uma teoria que ignorasse qualquer um desses três elementos ou que procurasse fixar um relacionamento arbitrário entre eles entraria de tal maneira em conflito com a realidade que só por esse motivo se tornaria inteiramente inútil;

c) Gênio militar - Para facilitar sua análise, Clausewitz desenvolveu determinados conceitos dentre os quais o mais abrangente é o do gênio militar. Considerava que “qualquer atividade complexa, para ser conduzida com algum grau de virtuosidade, requer dons apropriados de intelecto e temperamento. Se forem notáveis e revelarem-se em feitos excepcionais, o seu possuidor é chamado de gênio”. Ele identifica o gênio militar como “a mente inquisitiva em lugar da criadora, a abordagem abrangente em lugar da especializada, a cabeça calma em lugar da excitável”. O sucesso do gênio reside em saber quando quebrar as regras;

d) A fricção - Outro importante conceito desenvolvido por Clausewitz foi o da fricção. “A fricção é o único conceito que mais ou menos corresponde aos fatores que distinguem a guerra real da guerra no papel. “A ação na guerra é como um movimento em um elemento resistente, a fricção ou atrito é a força que torna tão difícil o que é aparentemente fácil”;

e) Centro de gravidade - “O propósito da guerra deveria ser aquele que o seu próprio conceito encerra - derrotar o inimigo”. Entretanto, para derrotá-lo pode não ser necessário destruí-lo. O que é preciso é quebrar a sua vontade de lutar. Para tanto, deve-se ter em mente as características dominantes de ambos os beligerantes. A partir dessas características desenvolve-se um certo centro de gravidade, eixo de todo o poder e movimento do qual tudo depende. “Esse é o ponto contra o qual todas as nossas energias deveriam ser dirigidas”. É fundamental, portanto, identificar o centro de gravidade do inimigo. Pode ser seu exército, sua marinha, sua capital, seu aliado, etc. A

tomada da capital do inimigo pode, por vezes, ser mais significativa do que destruir seu exército e, se for o caso do inimigo possuir um aliado mais forte do que ele próprio, os objetivos podem ser melhor alcançados num confronto contra esse aliado do que com a parte mais fraca. Os conceitos apresentados com relação ao centro de gravidade valorizam os princípios da massa e da economia de meios; e

f) Defensiva e ofensiva - Clausewitz considerava que a defesa é uma forma mais vigorosa de combate do que o ataque, pois é “mais fácil manter do que conquistar o terreno. Defender é mais fácil do que atacar, se ambos os lados possuem meios iguais”. Cumpre destacar que a concepção de Clausewitz não coloca a defesa numa situação meramente passiva, pois valoriza as ações dinâmicas da defesa, principalmente o contra-ataque: a forma defensiva de guerra não é a de um simples escudo, mas, sim, um escudo constituído de golpes bem dirigidos. Mesmo quando o único objetivo da guerra é o de manter o *status quo* continua válido que tão somente aparar o golpe contraria a natureza essencial da guerra, que certamente não consiste meramente em resistir. Segundo Clausewitz: “A partir do momento em que o defensor obtém uma vantagem importante, a defesa desempenhou o seu papel, chegando o momento da poderosa transição para a ofensiva”.

Esses legados deixados por Clausewitz não criaram nenhum princípio de guerra, mas ajudariam líderes militares do mundo todo, inclusive os do Alto Comando alemão da 2ª GM que será exposto adiante, a melhorar sua capacidade de julgar o que fazer na guerra, ao contrário de muitos autores anteriores que queriam dizer a esses militares o que deveria fazer. Sua teria visava ajudar o comandante militar a organizar suas ideias e nunca a executá-las, porque o próprio Clausewitz afirmava que na guerra tudo era incerto.

Hitler e suas decisões político-militares

Em sua célebre frase, Clausewitz (1984, p. 91) definiu que “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios”. Após recuperar a Alemanha social e economicamente, em 1936, o Partido Nazista ganhou o apoio das massas. Assim, Hitler voltou suas ações para a política exterior do Terceiro *Reich*, onde o novo Império Alemão deveria aumentar o seu espaço vital com audazes golpes no campo militar e político. Esses objetivos da política externa estavam bem explicados em seu livro *Minha Luta* de 1924 (GIGOLOTTI, 2003, p. 600).

A fim de atingir suas metas políticas, Hitler, inicialmente, restaurou a Alemanha como potência europeia e reconstruiu suas Forças Armadas (*Wehrmacht*). Sua habilidade política conseguiu, de modo extraordinariamente eficaz, desvencilhar das imposições de Versalhes, estabelecer um acordo naval com a Inglaterra em 1935, recuperar e remilitarizar a margem esquerda do Rio Reno em 1936,

onde as tropas foram recebidas com flores pela população. E em 1938, realizou a tão sonhada anexação da Áustria (*Anschluss*) e parte da Tchecoslováquia, sem que fosse disparado um só tiro, integrando com isso, os povos de língua germânica (MAGNOLI, 2006, p.362).

Hitler baseava sua estratégia político-militar ao expor seu poderio militar às democracias ocidentais em troca de sua provável passividade nas políticas externas alemãs. Barnett (2001, p. 21) assim resumiu o líder do *Reich* antes da guerra: “Escreveu Clausewitz que a guerra é a continuação da política por outros meios. Em fins da década de 30, Hitler adotou a política de continuação da guerra por outros meios”.

Seus Generais eram contra um embate com a Tchecoslováquia, Hitler seguiu outro rumo e angariou seu maior trunfo diplomático em 1938, quando durante o Acordo de Munique, persuadiu o Ministro inglês Chamberlain e o francês Daladier a não apoiarem aquele país. Anexando assim a região dos Sudetos e sua população com mais de 3 milhões de alemães, sempre com o apoio do Ditador italiano Mussolini. Contudo em 1939, mesmo declarando no acordo anterior que não reivindicaria mais nada na Europa, mandou as tropas avançarem sobre a cidade portuária de Memel, na Lituânia e tomou o restante da Tchecoslováquia, transformando-a no Protetorado da Boêmia e Morávia (GI-GOLOTTI, 2003, p. 600).

No verão de 1939, a série de conquistas territoriais sem guerra chegaria ao fim. Os líderes Aliados decidiram deter o expansionismo alemão e fizeram um pacto de apoio mútuo com a Polônia. Mas Hitler surpreendeu o mundo ao acordar o pacto Ribentropp-Molotov com Stálin, que definia como tema principal a partilha da Polônia. Assim, como a política externa não funcionou com relação à cidade livre de Dantzig e a criação do corredor polonês, o chefe alemão resolveu impor sua vontade e utilizando a tática da *Blitzkrieg* (*guerra relâmpago*)- usada tanto por Guderian como por Manstein em suas campanhas - invadiu e conquistou a Polônia, dando início a 2ª GM (BARNETT, 2001, p.23).

Na primavera de 1940, Hitler ordenou as *Wehrmacht* iniciassem as ofensivas ocidentais, onde a rapidez, surpresa e poder de choque aumentariam suas conquistas. Tomou a Dinamarca e a Noruega em abril, e a Bélgica e a Holanda em maio. A próxima seria uma nação com um grande poderio bélico, a França, que ainda era apoiada pela Grã-Bretanha, mas os Exércitos de ambas foram esmagados pelas Forças *Panzer* alemãs em apenas 06 semanas (BLAINEY, 2008, p.136).

Desde o início da guerra a condução das decisões militares tinha a interferência política de Hitler, nas vitórias do oeste elas eram bem mais brandas, apesar da interferência no cerco a Dunquerque em 1940. Mas na Rússia, o fator político mal conduzido seria terrível para a Alemanha.

Ao iniciar a Operação Barbarossa, em 1941, Hitler mergulhou toda a nação numa guerra total parecida com a que Clausewitz descreveu. Porém, ele minimizou os problemas que prevaleciam na Rússia como espaço, distâncias e más comunicações. Os imensos problemas logísticos e o tenaz Exército Vermelho tornaram a luta extremamente violenta.

O plano de invasão carecia de um objetivo político claro. Os objetivos definidos foram: avanço até o leste de Moscou, destruição da capacidade de resistência do Exército Vermelho e o estabelecimento de uma fronteira militar permanente entre a Rússia ocupada e o novo *Reich* Alemão. Um objetivo que nem Clausewitz, nem Moltke achariam coerente. Mesmo com o sucesso inicial da *Blitzkrieg* no TO soviético a guerra de atrito ou fricção começou a interferir na máquina e nos soldados alemães (BARNETT, 2001, p.26).

Dessa forma, verifica-se que Hitler não foi coerente ao utilizar as ferramentas que Clausewitz disponibilizou em seu livro. Mesmo que em anos anteriores, tenha afirmado aos Oficiais alemães durante uma conferência em Munique que: “Nem todos vocês terão lido Clausewitz, e, se o leram, não o compreenderam ou perceberam como aplicá-lo no futuro” (STRACHAN, 2008, p. 26).

As condutas que Hitler tomou estavam contidas em seu livro *Minha Luta* que ele escreveu baseado nos ensinamentos colhidos de suas leituras. Incluindo Clausewitz, que é citado ao final dele quando profetiza ao sentenciar que uma nação pode ser definida por seus atos de resistência.

A influência de Clausewitz na doutrina criada por Guderian e em suas ações

O Marechal-de-Campo Guderian foi influenciado por Clausewitz, diretamente ou indiretamente, porque, ao criar uma nova doutrina, ele teve que estudar e analisar as batalhas do passado e tirar as conclusões corretas para uma nova guerra do futuro. Segundo Leonard (1988, p. 07), Clausewitz defendia a ideia de que os princípios da arte militar podiam somente ser extraídos por uma análise crítica da história.

Essa análise Guderian buscou num estudo minucioso sobre as diversas tentativas infrutíferas de ruptura tentadas por ambos os lados na Grande Guerra, mas deu atenção especial aos blindados, e usou sua genialidade para criar uma doutrina inovadora contida em seu livro *ActhUNG, Panzer!*.

Assim como Clausewitz, Guderian calçou sua experiência em outros militares. Apoiado por Hitler, expandiu a Força Blindada alemã a partir de 1934, mas sempre procurou aperfeiçoar as ideias expostas por Jonh Fuller, Liddel Hart e outros sobre a guerra blindada. Foi um grande comandante *panzer*, pois comprovou na prática suas próprias teorias, contidas em seu livro, ao liderar na frente de batalha seus carros de combate no início das hostilidades de 1939 (LANNING, 1999, p. 326).

Para as guerras do futuro, Guderian (2009, p. 218 a 223) ainda prevê o fim da cavalaria, a submissão da infantaria e da artilharia aos blindados, e a todas as demais armas o dever de seguir o seu ritmo. Sua inteligência prossegue ao idealizar a supremacia blindada à combinação de armas, inclusive uma força aérea tática. Todas essas ideias possuíam o objetivo de promover a ruptura, desestabilizar a frente e atacar a retaguarda em desordem, facilitando a destruição do exército inimigo.

A vitória será composta basicamente por surpresa, concentração, movimento, profundidade e poder de fogo. Esses conceitos também eram difundidos por Clausewitz no livro 04, sobre a ótica da época.

A genialidade de Guderian na parte de *Achtung, Panzer!* dedicada a Rússia parece uma profecia. Ele afirma que os russos possuíam 10.000 carros de combate e que estudavam sobre a guerra mecanizada. Termina seu estudo sobre a União Soviética com o terrível prognóstico:

A Rússia tem o mais forte exército do mundo, tanto em números quanto em armamento e equipamento moderno. Os russos tem também a maior Força Aérea do mundo [...]. A Rússia tem grande quantidade de matéria-prima e uma poderosa indústria de armamento que foi construída no interior desse vasto império. Passou o tempo em que os russos não tinham atenção para a tecnologia; teremos que reconhecer os russos como capazes de projetar e construir as próprias máquinas, e que essas transformações fundamentais na mentalidade deles nos põem diante da questão do Leste de uma forma mais séria do que jamais ocorreu na história (GUDERIAN, 2009, p.188).

Por essa razão, entende-se porque o inovador General ficou horrorizado diante da perspectiva de uma guerra contra a União Soviética, e chegou a escrever ao Alto Comando opondo-se à Operação Barbarossa, pois abririam uma nova frente de guerra. Mas, como prussiano leal e devotado ao seu dever de soldado, depois da decisão final de Hitler passou a treinar suas Divisões com vigor e solicitou um enorme aumento na produção de tanques de 125 para algo entre 800 a 1000 por mês (BARNETT, 2001, p. 469 e 470).

Um aspecto muito importante da obra de Clausewitz (1984, p. 704) é o conceito de centro de gravidade. Ele afirmou que “o propósito da guerra deveria ser aquele que o seu próprio conceito indica - derrotar o inimigo”. Para isso, as forças devem identificar o centro de gravidade do inimigo e convergir suas energias para esse ponto, que podem ser: seu exército, sua marinha, seu aliado, sua capital e etc.

De acordo com Barnett (2001, p. 471) houve um desespero no Alto Comando do Exército Alemão, quando Hitler ordena a paralisação da ofensiva contra Moscou e desvia, a contragosto de Guderian, o 2º Exército *Panzer* mais ao sul para completar o cerco a Kiev em 1941, onde 660 mil russos caíram prisioneiros. Havia-se perdido o único objetivo (político-estratégico) que poderia provocar a derrocada russa, ideia sempre defendida por Guderian e pelo Alto Comando alemão. Porém, Hitler julgou a tomada da Ucrânia (objetivo econômico) mais importante.

No fim de 1941, a Alemanha dominava grandes porções territoriais da Rússia europeia, mas não destruiu seu centro de gravidade (Moscou). Com a chegada do inverno e a perda da mobilidade, a guerra relâmpago da *Wehrmacht* perdeu um de seus pilares que Guderian tanto defendeu no presente, e que Clausewitz tanto tinha defendido no passado: a surpresa.

Manstein e a aplicação de ideias *clauswitzianas*

Considerado como o General mais capaz da Alemanha, Erich von Manstein, foi responsável por elaborar um novo plano de ataque à França já que o anterior era parecido com o fracassado Plano Schillifen de 1914. O audacioso plano *Sichelschnitt* ‘corte de foice’ ou ‘foçada’ foi aceito por Hitler e o avanço alemão culminou com a esmagadora vitória da *Blitzkrieg* sobre as Forças Belgas e Anglo-Francesas presentes. Nessa operação, Manstein já estava na linha de frente no comando do 38º Corpo de Exército.

As ideias de Clausewitz certamente foram aplicadas e estudadas pelos Oficiais alemães ao longo de suas carreiras. Manstein demonstrou esses pensamentos no campo operacional no comando da 56º Corpo *Panzer*, que valeram-lhe sucessivas nomeações. Em 13 de setembro de 1941, passou a comandar o 11º Exército de Campanha e depois de tomar a península da Criméia, tornou-se Comandante do Grupo de Exércitos Don, em novembro de 1942. Assim explicou Barnett sobre as origens das habilidades de Manstein:

Von Manstein era um ardente admirador de Moltke, o Velho, e modelou sua estratégia, a organização de seu estado-maior e o exercício do alto comando nos princípios que esse grande soldado aperfeiçoou, a partir dos ensinamentos de Clausewitz e Scharnhorst. O princípio mais importante era que a estratégia tinha que ser certa: se fosse errada, nenhum volume de brilhantismo tático, determinação obstinada ou superioridade moral ou material poderiam compensar-lhe a falta. Tendo formulado um plano para satisfazer essa estratégia, e reunido às forças, dispondo-as no terreno, e aos comandantes subordinados deveria ser concedida a maior liberdade possível, daí em diante, as operações: o alto comando deveria intervir apenas se estivesse em jogo à coordenação de seus planos ou ações com unidades vizinhas. Ele tinha que monitorar, não dirigir a ação dos comandados [...]. O plano geral e sua execução deveriam conservar o mais alto grau de flexibilidade. A fim de conseguir isso, o comandante deveria possuir sempre uma reserva e, de maneira nenhuma, imobilizar grandes forças em posições defensivas estáticas [...] (BARNETT, 2001, p. 244 e 245).

E Barnett ainda complementa:

A força do Exército alemão, acreditava von Manstein, residia em sua superior capacidade de conduzir operações móveis. O objetivo, por conseguinte, deveria criar condições para essas operações, nas quais pudessem ser exploradas a ação ofensiva e a surpresa. Era ele firme discípulo de Clausewitz, na convicção de que a destruição das forças do inimigo era o único sólido objetivo estratégico e que deveria refletir-se no nível inferior de operações e tática. Com sua experiência da Primeira Guerra Mundial evitaria, se possível, ataques frontais (BARNETT, 2001, p. 245).

O Marechal-de-Campo preocupava-se com a honra militar de sua tropa e sua elevada força moral que, segundo Clausewitz (1984, p. 264) estão entre os assuntos mais importantes da guerra, pois impulsionam a vontade e o espírito que animam um exército, um chefe, um governo e a opinião pública.

Os valores morais são constituídos pelo talento do comandante, pelas características militares da força e pelo espírito nacional, na qual nenhuma prevalece sobre a outra e sim se complementam (CLAUSEWITZ, 1984, p. 150). Neste aspecto, Manstein muito se aproximou de Clausewitz, seja direta ou indiretamente, durante seu comando nas batalhas que participou.

Outro fato notável do Marechal alemão foi a aplicação perfeita do conceito defendido por Clausewitz sobre a guerra defensiva:

Se a defesa é a forma mais vigorosa de guerra, possuindo, no entanto um propósito negativo ocorre que ela somente deverá ser utilizada enquanto a nossa fragilidade o exigir, sendo abandonada logo que estivermos suficientemente fortes para procurar atingir um propósito positivo. Quando alguém utiliza medidas defensivas com êxito, normalmente é criado um equilíbrio de forças mais favorável (CLAUSEWITZ, 1984, p. 418).

Esse propósito positivo é a ofensiva ou, neste caso, a contraofensiva. No início de 1943, a situação do Grupo do Exército Don era crítica no sul da Rússia, e Manstein conseguiu persuadir Hitler a abandonar Kharkov para depois pegá-la em um contra-ataque bem planejado, a ideia não agradou, mas a debilidade alemã era tamanha que Hitler não se opôs ao plano. Os russos achando que os alemães estavam em retirada continuaram avançando até o limite de suas Forças Blindadas, ou seja, caíram na armadilha preparada (BARNETT, 2001, p. 258). Ao fim da retomada de Kharkov, o Major-General von Mellenthin sucintamente resumiu as realizações de Manstein em fevereiro-março de 1943:

Em algumas semanas ele foi capaz de executar uma retirada bem-sucedida, lançar um contra-ataque em larga escala, eliminar a ameaça de cerco, infligir perdas pesadas em um inimigo vitorioso e restabelecer a Frente Meridional de Tangarog até Belgorod, como uma linha defensiva compacta. Em número de divisões, a proporção era de 8 para 1 em favor dos russos, e essas operações mostraram mais uma vez o que as tropas alemães eram capazes de fazer quando lideradas por peritos de acordo com princípios táticos reconhecidos, em vez de obstruídas com 'aguentar firme a qualquer custo' como grito de guerra (CROSS, 2008, p.30).

Graças ao plano de Manstein, que era uma defesa elástica eficaz seguida de um contragolpe fulminante em Kharkov, os alemães conseguiram estabilizar a frente sul da Rússia e planejar sua última ofensiva de verão meses depois em Kursk. Os conceitos de defesa e ataque de Clausewitz foram empregados com eficácia nessa batalha, bem diferente da tragédia de Stalingrado ocorrida entre julho de 1942 e fevereiro de 1943.

Conclusão

O artigo procurou mostrar, sucintamente, como eram realizadas as batalhas anteriores a Napoleão. E como esse Imperador conseguiu revolucionar o modo de travar as guerras ao transformar o povo francês em um dos pilares da futura tríade principal de Clausewitz – composta pelo Governo, as Forças Armadas e o Povo.

Seguindo esse e muitos outros ensinamentos tanto filosóficos como estratégicos contidos no livro *Da Guerra*, percebe-se que a influência clausewitziana, certamente, motivou líderes mundo afora, especialmente os pertencentes ao Alto Comando alemão durante a Segunda Grande Guerra.

O General prussiano foi um dos mais conhecidos historiadores sobre a arte da guerra. Suas lições de tática e estratégia vão além dos exercícios militares propriamente ditos, para se constituírem, inclusive, numa profunda reflexão sobre a filosofia da guerra e da paz. Essa reflexão contém observações éticas que são sempre válidas para a formação do caráter militar dos Oficiais de qualquer país.

O legado deixado por Clausewitz em sua maior obra libertou os teóricos da arte da guerra muito aficionados por estratégias formais de manobra e os conduziu para o que realmente importava numa guerra entre Estados – a ingerência direta da política na condução das estratégias durante os conflitos. Com isso, colaborou muito, mesmo que indiretamente, ao transformar o pequeno Estado da Prússia em uma potência após as batalhas de Unificação alemã, conduzidas pelo líder militar von Moltke e pelo grande líder político Otto von Bismark.

Da Guerra é um livro que refletiu as ideias de guerras vividas do passado e do presente de Clausewitz e não do Alto Comando alemão na 2ª GM. Entretanto, usando o passado como base de julgamento, ele deixou uma nova visão sobre a guerra que foi muito estudada pelos militares alemães daquele conflito e ainda hoje, são estudadas por escolas militares do mundo todo, no Brasil, destaca-se a ECEME.

Clausewitz viu as guerras de muitas maneiras, vários de seus pensamentos atraíram seguidores que se diziam influenciados por ele. Destaca-se que nem Hitler (nazismo) e nem Marx (comunismo) estavam errados, havia uma ideia clausewitziana para cada um deles. Pode-se dizer ainda que o mesmo se aplica aos países capitalistas e aos déspotas existentes. Cada geração o estudou de um modo diferente, até seletivas em seus interesses, mas nunca de forma imprecisa.

Quase no fim da maior guerra da história, no dia 20 de abril de 1945, Hitler demonstra claramente ter sido influenciado pelo livro *Da Guerra*. Ao emitir a ordem-chave para que se iniciasse a Operação Clausewitz, que significava transformar Berlim em uma praça-forte ou cidade-fortaleza, além da autorização para a destruição em massa de todos os documentos que o Terceiro *Reich* possuía (VÁZQUEZ, 2009, p. 105). Assim, nada de valor deveria cair nas mãos dos russos, este seria o ato de resistência final da última batalha por Berlim, que o líder nazista mencionou em sua principal obra.

Heinz Guderian é o exemplo clássico da genialidade militar que Clausewitz falava, pois ela apenas surgiria em povos civilizados. Assim esse grande militar alemão concentrou seus estudos pós-batalha de Cambrai em 1917, local onde os carros de combate foram empregados em massa pelos ingleses. Do mesmo modo que Clausewitz, Guderian também estabeleceu sua tríade sobre a consolidação do poder alemão baseado nas decisões políticas: seriam o desenvolvimento da tecnologia, da economia e da *Wehrmacht*.

Erich von Manstein estimava fortemente o General Helmuth von Moltke e delineou sua estratégia, sua organização de seu Estado-Maior e o exercício do Alto Comando nos princípios que esse nobre militar aprimorou, dos ensinamentos que colheu de Clausewitz e Scharnhorst. Além disso, acreditou que a força do Exército Alemão residia em sua enorme capacidade de coordenar operações móveis. Visando o sucesso dessas ações, os princípios de guerra da ofensiva e surpresa deveriam ser buscados a todo custo, como Clausewitz descreveu em seu livro.

Este estudo pretende contribuir com o Exército Brasileiro e seus Oficiais, ao fazer com que redescubram o imprescindível valor em se estudar História Militar e estimulem, também, suas praças a fazerem o mesmo. O estudo metódico de casos históricos estimula o raciocínio, facilita a tomada de decisão e garante o auto aperfeiçoamento.

O trabalho procurou buscar personalidades militares de outras nacionalidades, justamente para corroborar com o pensamento da importância em estudar grandes líderes do passado e observar suas contribuições para a arte da guerra. Ademais, a dinâmica dos pensamentos de Clausewitz, certamente, continuará a influenciar os militares de todo o mundo no tocante, principalmente, ao envolvimento da guerra com a política do Estado.

Por fim, pretendeu-se despertar, como contribuição, o interesse do estudo de História Militar aos futuros comandantes do EB no sentido de aprimorar seus conhecimentos teóricos com as experiências vividas por grandes homens do passado. Lanning assim se expressou sobre eles:

Ao longo do tempo, os povos que tiveram a sorte de contar com grandes capitães e inovadores na arte da guerra entre seus habitantes prosperaram, controlaram o próprio território e dominaram seus vizinhos. As civilizações carentes de fortes lideranças militares viram-se subjugadas e aniquiladas. Por outro lado, alguns chefes militares mostraram-se déspotas tirânicos de seu próprio povo e de seus adversários (LAN-
NING, 1996, p. 11).

Referências bibliográficas

BARNETT, Correlli, organizador. *Os Generais de Hitler*. Tradução de Ruy Jungmann. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Século XX*. 2. ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*: ensaios introdutórios por Peter Paret, Michael Howard e Bernard Brodie. Comentário de Bernard Brodie. Tradução para o inglês de Peter Paret, Michael Howard e tradução do inglês ao português de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Nova York: Gráfica da Universidade de Oxford, 1984.

CROSS, Robin. *Citadel*: a batalha de Kursk. Tradução Solution Consult Idiomas Ltda. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (Brasil). *Publicação INTRODUÇÃO À ESTRATÉGIA CP/ECEME/2011*. Evolução da arte da guerra e do pensamento militar: coletânea de notas suplementares. Rio de Janeiro, 2006.

FULLER, Jonh Frederick Charles. *A Conduta da Guerra*: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

GIGOLOTTI, João Carlos Jânio. *Estudo de História Militar vol. II – Idade Contemporânea*: da fase revolucionária ao século XX. Resende: AMAN - DE/ História Militar, 2003.

GUDERIAN, Heinz. *Achtung, Panzer!*: o desenvolvimento de forças blindadas, suas táticas e poder operacional (1914-1937). Tradução de Luiz Carlos Carneiro de Paula. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

HOWARD, Michael. *Clausewitz*: mestres do passado. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Vale. Nova York: Gráfica da Universidade de Oxford, 1983.

LANNING, Michael Lee. *Chefes, Líderes e Pensadores Militares*. Tradução de Ulisses Lisboa Perazzo Lannes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

LEONARD, Rogers Ashley. *Clausewitz*: trechos de sua obra. Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MAGNOLI, Demétrio, organizador. *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.

PAGET, Reginald Thomas. *Manstein*: suas campanhas e seu julgamento. Tradução de Roberto Rodrigues. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

SANTOS, Francisco Ruas. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

STRACHAN, Hew. **Sobre a guerra de Clausewitz**. Tradução de Maria Luiza

X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

VÁZQUEZ, Juan. **COLEÇÃO 70º ANIVERSÁRIO DA 2ª GUERRA MUNDIAL**, v. 28 – São Paulo: Abril Coleções, 2009.

Guerra das Malvinas - uma visão sobre as fases do conflito

Felipe Malachini Maia ¹

Resumo

Iniciada em março de 1982 a Guerra das Malvinas foi o maior conflito aeronaval desde a Segunda Guerra Mundial. Tomando como palco o arquipélago de mesmo nome – também chamado de Falkland – no Atlântico Sul, opôs Argentina e Reino Unido em uma guerra assimétrica a qual foi travada em três fases: naval, aeronaval e terrestre. O artigo se propõe a analisar cada uma dessas fases através dos principais eventos que as compuseram, bem como o planejamento e a execução da operação que deflagrou o conflito. Assim objetiva-se demonstrar que uma má avaliação dos adversários no período pré-guerra teve desdobramentos ao longo de todo o conflito.

Palavras-chave: Guerra das Malvinas; Argentina; Reino Unido

Abstract

Initiated at March 1982, the Falkland's War was the larger aero-naval conflict since World War II. Taking place at Falkland's archipelago – also known as Malvinas – at South Atlantic, the conflict opposed Argentina and United Kingdom to an asymmetric war which was fought into three stages: naval; aero-naval, and land. This article propose is to analyze each one of these stages through its main events as well as the planning and the execution of the operation that has initiated the conflict. Through it the article aims to demonstrate how an adversary intention miss evaluation could impact the whole conflict.

Keywords: Falklands War; Argentina; United Kingdom

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela UniLaSalle-RJ e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da Escola de Guerra Naval (EGN).

Introdução

A Guerra das Malvinas se desenrolou entre 2 de abril e 20 de junho de 1982 sendo o conflito armado mais recente no Atlântico Sul. Argentina e Reino Unido há muito se desentendiam acerca da soberania do arquipélago, que passou para a posse dos ingleses em 1883 após uma escaramuça entre estes Estados.

Desde então os argentinos pleiteiam a reintegração das ilhas ao seu território. Destes pleitos surgiram algumas negociações entre as partes, porém sem qualquer sucesso para os argentinos posto que, em algumas ocasiões, os ingleses se mantiveram silentes frente às solicitações feitas. Tal fator, como apontado por Novaro e Palermo (2007), influenciou a tomada de decisão da junta militar que a época governava a Argentina de invadir o arquipélago com vistas a forçar a reabertura das linhas de negociações. Entretanto, os estrategistas argentinos desconsideraram outras variáveis – as quais não serão tratadas neste artigo – que viriam a motivar Margaret Thatcher a revidar militarmente à agressão sofrida².

Muito embora os contextos históricos, domésticos e internacionais sejam deveras importantes para a compreensão global do que foi a Guerra das Malvinas, este artigo não abordará tais questões, focando exclusivamente no desenrolar do conflito. Assim, este será analisado a partir das três fases que o compuseram – ainda que em alguns momentos tenha havido sobreposição entre elas – que são, a guerra naval, a guerra aeronaval e a guerra terrestre, perpassando por importantes eventos como a Operação Rosário, o *Bomb Alley*, o desembarque anfíbio britânico, e a batalha de *Port Stanley*.

Por meio da análise destes eventos objetiva-se verificar não só o que ocorreu no seu decorrer, mas também os seus impactos na guerra. Pretende-se assim lançar luz sobre alguns aspectos que possam ter contribuído para o desfecho favorável ao Reino Unido.

Para tal, foi realizada uma pesquisa exploratória através de revisão bibliográfica e documental a qual considerou, entre outras, fontes de ambos os Estados como os relatos do combatente Seinel-dín, o discurso de Margaret Thatcher, os dados da Força Aérea Argentina (FAA). O primeiro, foi comandante do 25º Regimento de Infantaria e esteve diretamente envolvido em dois importantes eventos da guerra, o planejamento da invasão e a defesa do aeroporto do arquipélago, principal linha de comunicação com o continente. Assim sendo, seu relato apresenta um pouco da micro-história deste conflito, o que se contrasta com a macro-história oferecida pela análise das ações da primeira-ministra britânica, peça fundamental para o desenrolar do conflito. A seu turno, os dados extraídos da FAA permitem vislumbrar as estatísticas e a intensidade da beligerância.

Dentre as fontes secundárias se faz uso da visão estratégica de Armando Vidigal. Militar brasileiro, o autor é conhecido por ser estrategista naval e pela sua relevância para o pensamento naval

2 Dentro destas variáveis destacam-se sua impopularidade (a guerra lhe daria uma oportunidade de reformular sua imagem de liderança) e a crise econômica vivida pelo Reino Unido no pós choque do petróleo.

brasileiro. Entre suas muitas análises figuram os ensaios dedicados à Guerra das Malvinas publicados pela Revista Marítima Brasileira pouco após o seu término, entre os anos de 1984 e 1985.

Isto posto, passamos a análise do primeiro movimento do conflito, a Operação Virgem do Rosário.

Operação Virgem do Rosário

Executada na madrugada do dia 2 de abril de 1982, a Operação Rosário, como ficou conhecida, foi planejada em janeiro daquele ano, como alternativa às negociações diplomáticas que se deterioravam. Com o objetivo de tomar as ilhas para forçar uma negociação um grupo de trabalho foi estabelecido para averiguar a viabilidade desta operação militar (NOVARO; PALERMO, 2007).

O estudo concluiu que esta ação era exequível posto que se verificara uma sequência a fragilidade da defesa das ilhas e também, o desinteresse do Reino Unido por elas. Dentre aqueles apontados pelo grupo de estudo estavam: a negação da cidadania britânica a cerca de 800 kelpers; as restrições orçamentárias impostas à Marinha Britânica que acarretaram na redução do seu número meios; e o descomissionamento do *HMS Endurance*, consequência direta do fator anterior (BASTOS, 1992; MARTINI, 1992; NOVARO; PALERMO, 2007).

O somatório destes elementos fez com que o governo argentino entendesse “[...] que, aos britânicos, faltavam não só os meios como, principalmente, a vontade de defender as ilhas” (TILL, 2009, p. 273, tradução nossa). Assim, verifica-se uma falha na diplomacia do Reino Unido que, ao vislumbrar somente a economia³, desatentou para as questões de segurança e defesa de seu território. Mais além, pode-se presumir que houve uma falha na análise daquele país em relação aos interesses argentinos nas Malvinas/Falkland e das suas intenções.

É verdade, no entanto, que a capacidade das forças armadas argentinas eram bastantes limitadas, o que fornece subsídio para que se compreenda porquê talvez os britânicos não se preocuparam com a real possibilidade de agressão ao seu território sul-atlântico. Reforça este cenário o relato do comandante do 25º Regimento de Infantaria argentino ao seu comandante onde afirma que

as viaturas da [sua] unidade não estão em condições de cumprir qualquer missão. Das setenta viaturas só funcionavam duas [...] O vestuário, especialmente o calçado, está em estado precário e somente contamos com um uniforme para cada homem. [...] O sistema de comunicações ainda não foi instalado [...] ‘além de tempo e esforços faz falta muito dinheiro (SEINELDÍN, 2004, p. 36).

3 Na época o tanto o Reino Unido quanto a Argentina enfrentavam crises econômicas em decorrência das consequências geradas pelo choque do petróleo da década de 1970.

Tendo em vista tal situação, o dia 24/05/1982 foi eleito para o início da operação, caso esta fosse necessária. Assim, esperava-se que as dificuldades narradas por Seineldín fossem minimizadas. Contudo, com o deterioramento das relações com o Reino Unido em função da crise da Geórgia do Sul⁴ não só a Operação Rosário foi autorizada, como também teve sua data de início antecipada para o dia 26 de março daquele ano, quando se deu uma missão de reconhecimento aéreo (MARTINI, 1992).

Dois dias depois, sob o pretexto de uma operação naval com a marinha chilena, suspenderam de porto *Belgrano* duas Forças Tarefas, sendo uma Anfíbia (FT-40) e outra de Apoio (FT-20). Segundo Vidigal (1984), a primeira era composta por 2 contratorpedeiros, 2 fragatas, 1 submarino, 1 Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC), o *ARA Cabo San Antonio*, que transportava 19 blindados anfíbios e o 2º Batalhão de fuzileiros navais, além do quebra-gelo *ARA Almirante Irizar* e do navio-transporte *ARA Isla de los Estados*. Já a segunda era composta pelo navio-aeródromo *ARA 25 de Mayo*; 4 contratorpedeiros; 1 navio petroleiro de esquadra e 1 rebocador.

Dividido entre ambas as FT estava o Grupo Aéreo Embarcado (GAE) que “[...] era constituído por quatro aeronaves anti-submarino S-2E, oito aviões de ataque A-4Q *Skyhawk*, três helicópteros *Alouette* e alguns helicópteros *Sea King*” (VIDIGAL, 1984, p.6).

Seguindo a estratégia que fora previamente estabelecida as Forças Tarefas se separaram. A FT-40 foi destacada para leste, alcançando uma posição a 832 km de distância do norte das ilhas e a FT-20 seguiu seu curso para o sul.

Na noite de 1º de abril teve início a Operação Virgem do Rosário que, auxiliada por um voo de exploração, desembarcou as tropas argentinas nas ilhas Malvinas/Falkland. Estas, que foram desdobradas em diversos pontos do arquipélago, tinham como principais objetivos tomar os quartéis da guarnição britânica, a Casa de Governo e o aeródromo, que viria a exercer papel primordial nas linhas de comunicação durante os combates.

Cabe ressaltar que, face ao objetivo de forçar uma negociação diplomática através desta operação, as tropas foram instruídas para que não houvessem “[...] baixas entre as forças inglesas nem entre a população civil das ilhas!” (SEINELDÍN, 2004, p.42)

Assim, “diante da esmagadora superioridade argentina, às 9h 15min, por determinação do Governador Rex Hunt, renderam-se os 67 fuzileiros navais britânicos que compunham a guarnição das [Malvinas/]Falkland” pondo fim a primeira fase da operação (VIDIGAL, 1984, p. 7).

A segunda fase dava conta da defesa do arquipélago sendo a capital das ilhas, *Port Stanley* e a região *de Goose Green*, onde se localizava o aeródromo, definidas como áreas prioritárias. Sem esta

4 A Crise da Geórgia do Sul desenrolou-se quando o desembarque do comerciante argentino Constantino e seus homens na ilha que dá nome a crise, foi confundido com uma ação militar para tomar a localidade. A partir deste momento houve uma escalada de tensão entre Argentina e Reino Unido que viria a culminar na deflagração da Operação Virgem do Rosário e o conseqüente início da Guerra das Malvinas.

última posição a capacidade de permanência nas ilhas seria afetada, posto que era a principal linha de comunicação com o continente. Logo, devido ao seu alto valor estratégico, foram feitos três campos minados ao redor do aeroporto (SEINELDÍN, 2004).

Também é possível verificar a importância destas áreas através da análise da disposição das forças defensivas nas ilhas. Ao todo foram desdobrados 13 mil soldados argentinos sendo, dois mil na ilha *West Falkland*, divididos em dois grupamentos; mil na região de *Goose Green*; e dez mil nas montanhas a oeste de *Port Stanley*.

Em reação à operação argentina, que desembarcou em território ultramarino britânico, a primeira-ministra Margaret Thatcher, se dirigiu à Câmara dos Comuns onde declarou:

Depois de vários dias de crescente tensão em nossa relação com a Argentina, as forças armadas deste país atacaram as Ilhas Falkland ontem e estabeleceram o controle militar das ilhas. [...] Devo dizer à esta Casa que as Ilhas Falkland, e suas dependências continuam a ser territórios britânicos. Nenhuma agressão, nenhuma invasão pode mudar este fato. É objetivo deste governo ver as ilhas livres da ocupação e recuperadas para a administração britânica, o mais cedo possível. [...] O governo acaba de decidir que uma grande Força Tarefa partirá, assim que todos os preparativos terminarem. *HMS Invincible* estará na liderança e deixará o porto na segunda-feira (THATCHER, 1982, tradução nossa).

O discurso de Thatcher comprova que o julgamento argentino estava equivocado. A força e a imperatividade de suas palavras demonstram o quanto o Reino Unido ainda possuía naquele arquipélago. Demonstra ainda que, a despeito dos cortes no orçamento militar, aquele país ainda se encontrava em condições de realizar uma grande expedição naval, expedição esta que requereria grande capacidade logística. Todavia, se por um lado a demonstração de força militar britânica recorda aos demais Estados que o Reino Unido permanecia apto para se defender além de seu território continental, por outro também atesta uma necessidade política doméstica. Conforme aponta Carvalho et al. (2009) a recuperação das Malvinas/Falkland era um caminho para reverter a conturbada situação interna que Thatcher enfrentava.

Em relação aos dois Estados, a reação Britânica permite atestar que ambos os governos falharam na avaliação que fizeram das intenções, interesses e capacidade um do outro, sendo este, portanto, um dos motivos para o início das beligerâncias. Opinião esta que compartilhamos com Till (2009).

Independente da discussão sobre os fatores precipitantes da guerra, o envio da armada britânica para o Atlântico Sul marca o prelúdio da guerra naval.

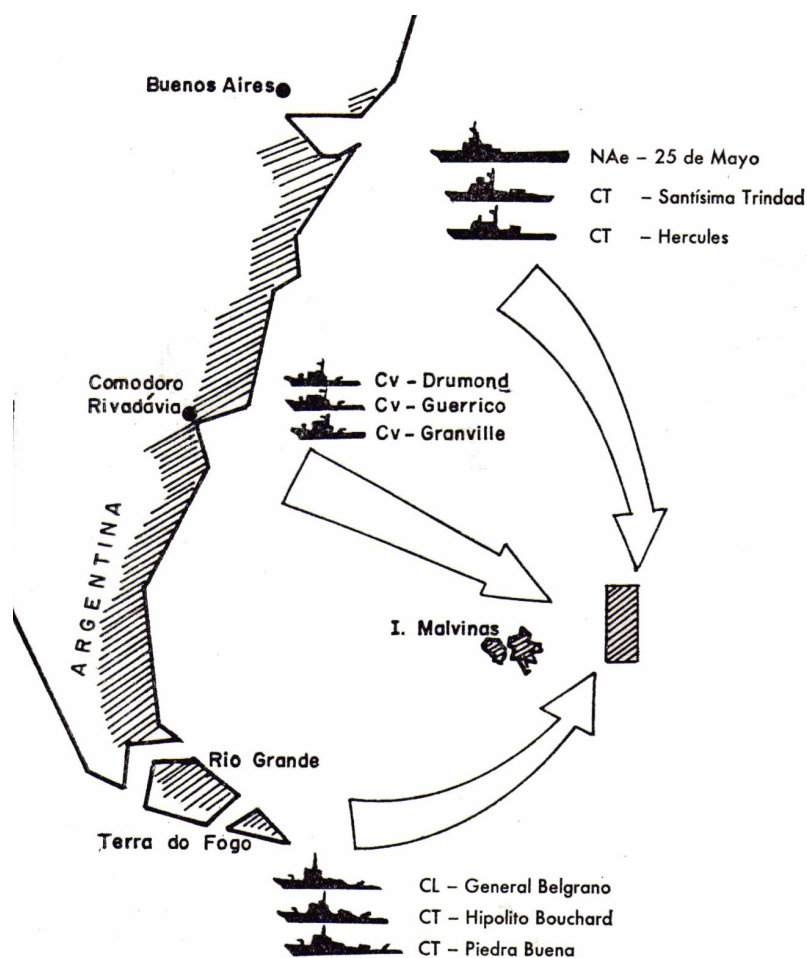
Guerra Naval

Como o combate em terra possivelmente favoreceria o Reino Unido, que tinha tropas mais bem treinadas que seus adversários, os argentinos focaram sua estratégia na neutralização das forças navais

britânicas. Parte crucial para o êxito de suas pretensões era saber a localização da *Task Force* (FT), o que ocorreu no dia 21 de abril. A partir de então, iniciou-se o monitoramento da esquadra britânica.

Ao todo foram realizados cinco voos de reconhecimento, que identificaram uma divisão na TF em dois Grupo-Tarefa. O primeiro era composto pelos dois porta-aviões e a maioria navios de escolta e o segundo, que seguia a certa distância do primeiro, era composto majoritariamente por navios auxiliares, de desembarque e de transporte de tropas, além de alguns de escolta (MARTINI, 1992).

Frente ao enfrentamento iminente a Marinha Argentina criou a Força Tarefa 79 (FT-79) a qual suspendeu do Porto *Belgrano* em 27/04/1982 com o objetivo “[...] opor-se a qualquer tentativa britânica de desembarcar nas Falkland ou de atacar o território continental da Argentina” (VIDIGAL, 1984, p. 16). A FT-79 foi dividida em três Grupos-Tarefa (GT) os quais deveriam cercar a TF, que chegou ao teatro de operações no dia 30/04/1982. Os GT-79.1 e GT-79.2 engajariam a partir do norte – o que também permitira o corte das linha de comunicação britânica – e o GT-79.3 pelo sul. Juntos os GTs fariam um movimento de pinça sobre a esquadra britânica, conforme demonstrado no mapa 1.



Mapa 1 – Formação de Ataque Aeronaval à *Task Force*

Fonte: VIDIGAL, 1984, p. 15

O cerco tinha como finalidade neutralizar os navios-aeródromo do Reino Unido. Taticamente, a inoperância destes meios dificultaria ou mesmo inviabilizaria a campanha britânica, pois não contaria com suporte aéreo adequado para apoiar tanto a esquadra quanto o desembarque nas ilhas. Mais do que isso, é possível deduzir que a Força Aérea Argentina (FAA) teria superioridade aérea ainda que sua operação a partir de bases continentais limitasse consideravelmente o tempo de operação das aeronaves no teatro de operações.

Cabe ressaltar que na expectativa de uma solução negociada, a Argentina negligenciou a expansão da pista de pouso do aeroporto de *Goose Green*. Isto só começou a ser feito quando o conflito era iminente, porém a pista continuou a ser incapaz de operar os caças da FAA. Caso estas aeronaves pudessem operar das ilhas e não do continente como ocorreu, provavelmente o desenrolar da guerra aeronaval seria diferente, já que a presença da aviação argentina na área tenderia a afastar os porta-aviões britânicos do arquipélago, invertendo a situação das ações no teatro de operações, ou seja, seriam os aviões britânicos quem teriam pouco tempo de ação sobre seus alvos, pendendo a balança para o lado argentino.

Posta essa consideração, é necessário observar que a estratégia de pinça pensada pela Marinha Argentina teve dois importantes revezes: a perda da localização do *HMS Hermes* e o torpedeamento do *ARA Belgrano*. O primeiro não foi localizado pelos caças enviados para bombardeá-lo pois recuara sua posição⁵, ficando fora do alcance da aviação embarcada argentina (VIDIGAL, 1984). Já o segundo evento requer maior atenção uma vez que modificou a relação de poder no mar entre Argentina e Reino Unido.

O ataque ao cruzador argentino é motivo de controvérsias uma vez que foi realizado no exterior da Zona de Exclusão Total (ZET)⁶ por ordem direta da primeira-ministra britânica Margareth Thatcher. Havia o temor que o *ARA Belgrano* estivesse em condições de lançar mísseis Exocet contra um dos porta-aviões britânicos, o que prejudicaria a capacidade daquele país em controlar o espaço aéreo e projetar poder sobre terra, elementos vitais para permitir o desembarque anfíbio nas ilhas (VIDIGAL, 1984; BBC, 2007).

Mais do que isso, o ataque realizado com sucesso pelo submarino nuclear *HMS Conqueror* no dia 02/05/1982 resultou na modificação da estratégia marítima argentina que, a partir do ocorrido determinou o regresso de sua esquadra aos portos. Desta forma, passaram de uma estratégia ofensiva para

5 A manobra foi realizada porque na tentativa de localizar o NAeL 25 de Mayo foi avistado por uma aeronave do HMS Hermes o contratorpedeiro ARA Hercules, um dos escoltas do capitânia argentino. Assim, temendo estar no alcance da aviação naval argentina e pressentindo um ataque iminente o comandante da TF ordenou o recuo da esquadra.

6 A Zona de Exclusão Total (ZET) consistia em uma área circular com 200 milhas náuticas (aproximadamente 370 km) de raio ao redor das Falkland, onde qualquer navio hostil poderia ser atacado – posteriormente este limite foi estendido até a distância de 20 km da costa argentina. Ela foi criada unilateralmente pelo Reino Unido no dia 7/4/1982 entrando em vigor no dia 12 daquele mês (ANDERSON, 2002). Todavia, sua real implementação só ocorreu com a chegada da força naval britânica no teatro de operações.

a de esquadra em potência⁷. Como resultante direta desta manobra o Reino Unido passou a exercer o comando do mar⁸.

A retração do poder naval argentino trouxe àquele país duas consequências imediatas. A primeira foi a perda de uma importante linha de comunicação. A partir deste momento todos os suprimentos, reforços e logística destinados aos combatentes argentinos dependiam exclusivamente daquilo que poderia ser enviado por via aérea, elevando exponencialmente o valor estratégico do aeródromo de *Goose Green*, a última linha de comunicação existente entre o continente e o arquipélago (SEINELDÍN, 2004). Já a dependência de meios aéreos para combater os navios da esquadra britânica, constitui a segunda consequência.

Há de se notar que, por serem operadas a partir do continente, as aeronaves argentinas possuíam pouca autonomia de combate, o que conferia nova vantagem aos aviadores britânicos que podiam permanecer no teatro de operação por mais tempo. Desta forma deu-se início a fase aeronaval da guerra, um período curto que viria a servir de preparo para o desembarque anfíbio britânico.

Guerra Aeronaval

Valendo-se da superioridade obtida a partir da retração da esquadra argentina, o Reino Unido realizou algumas operações coordenadas entre a *Royal Navy* e a *Royal Air Force*. Dentre estas estavam “[...] bombardeios de longa distância, ataques aéreos e bombardeio naval pelos elementos da TF, além de operações de comando em diversos pontos das Falkland [...]” (VIDIGAL, 1984, p.18).

Aqui merece destaque a Operação *Black Buck* que tinha por finalidade cortar as linhas de comunicações argentinas. Se obtivessem êxito, é razoável presumir que não restaria aos argentinos outra opção além da rendição afinal, sem receberem mais suprimentos e munição dificilmente conseguiriam resistir à ofensiva britânica. Para cumprir esta missão, dentre outros meios, dois bombardeiros *Vulcan* foram destacados para bombardear ambos os aeroportos de *Goose Green* e o de *Port Stanley*.

O resultado do ataque ao primeiro objetivo não surtiu o efeito desejado e o do segundo alvo é controverso. Se por um lado os britânicos clamam o êxito do ataque, os argentinos afirmam que este

7 Tática sugerida pelo Almirante Herbert em 1690 e sistematizada pelo Almirante Philip Cplomb ao fim do século XIX que “[...] do princípio que uma esquadra inativa vale mais do que uma esquadra afundada, uma vez que tão somente sua presença se constitui em uma ameaça para o partido dominante” (COUTAU-BEGARIE, 2010, p. 462). Para tal é necessário que a esquadra fique recolhida ao porto.

8 A expressão “comando do mar” foi forjada por Julian Corbett a partir da visão de Alfred Mahan de domínio do mar. Para este último autor para que um Estado pudesse usufruir livremente do mar durante um conflito ele deveria aniquilar a esquadra inimiga para que pudesse, então, exercer o seu domínio. Corbett, a seu turno é mais flexível em sua percepção, entendendo que para que um Estado possa ter liberdade de ação no mar durante um conflito não é necessário o domínio do mar, basta que ele tenha seu comando, ou seja, que dificulte o uso do mar à sua contraparte a ponto de que esta permaneça praticamente incapaz de atuar no teatro de operações. Logo, como a armada argentina não foi destruída e sim permanecia abrigada em seu porto, aplica-se a visão corbettiana a este caso.

não deixou o aeroporto inoperante. Independente disto é fato que uma das bombas lançadas atingiu seu alvo e que, a partir deste momento, os esforços britânicos para cortar as linhas de comunicação se voltaram para o aeródromo de *Goose Green*, bem como os esforços argentinos para mantê-la. Sua importância fica patente quando o militar responsável pela defesa desta localidade declara em suas memórias que “Perdê-lo significaria morte certa” (SEINELDÍN, 2004, p.90). Assim sendo, a despeito da discordância entre britânicos e argentinos sobre o resultado da operação, é razoável concluir que esta deixou o aeroporto de *Port Stanley* inoperante.

Os ataques foram respondidos pela FAA, deixando o *HMS Arrow* avariado. Dentre as ações perpetradas, vale destacar a Operação *Sheffield* pois marca não só o uso do míssil *exocet* na guerra como também a primeira vez na história que um navio foi atacado com a técnica “explorador-avião de ataque”⁹. De acordo com Martini (1992), foram lançados dois mísseis, um atingiu a fragata *Sheffield* e o outro é alvo de controvérsias, tendo versão relatando que este atingiu o porta-aviões *HMS Hermes*, sem pô-lo inoperante e outra alegando que este teria passado próximo do *HMS Yarmouth* e caído no mar.

Independente do destino do segundo míssil, o relevante para esta análise é justamente a capacidade argentina de lançar seus *exocet*, posto que representa um revés para os britânicos que já preparavam o desembarque através da operação na Ilha de Pebble¹⁰. Seu planejamento dava conta que 20 embarcações estariam concentradas no canal que é formado entre as duas principais ilhas do arquipélago e, portanto, mais expostas a um ataque.

Isto ocorreu no dia 21/05/1982 quando a Argentina, percebendo o desembarque britânico no Estreito de *San Carlos* enviou 52 caças para repelir seus adversários (ARGENTINA, 2018c). O evento, que ficou conhecido como *Bomb Alley*, causou danos consideráveis à força britânica. Entretanto, isto não impediu o progresso do desembarque e, “[...] Às 10:00h havia 3.000 homens em terra (MARTINS, 1984 p. 55).

Com o êxito deste desembarque, que foi chamado de Operação *Sutton*, deu-se a consolidação da posição britânica nas ilhas entre os dias 21 e 25 de julho, marcando o início da última fase da guerra, a terrestre. Entretanto, isto não se deu sem resistência. Ataques perpetrados pela FAA causaram danos à força de desembarque a qual foi atingida 18 vezes, pondo 3 embarcações fora de combate; avariando 5 e afundando 4 (ARGENTINA, 2018c). O detalhamento das consequências do ataque argentino encontra-se, a seguir, na tabela 1.

9 Técnica na qual os aviões de ataque, que voam a baixa altitude para evitar o radar, são orientados por uma outra aeronave que voa fora do alcance das medidas antiaéreas adversárias

10 O desembarque nesta ilha foi uma preparação para o desembarque anfíbio no Estreito de San Carlos. Durante esta operação militares do *Special Air Service* (SAS), unidade de elite do exército britânico atacou a Estação Naval Calderón, destruindo algumas aeronaves e o radar lá localizados. Sem estes meios, os argentinos não teriam como detectar com antecedência o desembarque (REIS, 2019).

Tabela 1 – Navios britânicos atingidos entre os dias 21 e 25 de maio de 1982

Navio	Data do Ataque	Nº de ataques sofridos	Situação após o ataque
<i>HMS Argonaut</i>	21 mai. 1982	2	Posta fora de combate
<i>HMS Antrim</i>	21 mai. 1982	1	Posta fora de combate
<i>HMS Broadsword</i>	21 mai. 1982	2	Avariada
	25 mai. 1982	1	Posta fora de combate
<i>HMS Ardent</i>	21 mai. 1982	3	Afundada
<i>HMS Antelope</i>	23 mai. 1982	1	Afundada
<i>RFA Sir Bedivere</i>	24 mai. 1982	1	Avariada
<i>RFA Sir Lancelot</i>	24 mai. 1982	1	Avariada e Evacuada
<i>RFA Sir Galahad</i>	24 mai. 1982	1	Avariada e Evacuada
<i>HMS Fearless</i>	24 mai. 1982	1	Avariada
	25 mai. 1982	1	Sem informação
<i>HMS Coventry</i>	25 mai. 1982	1	Afundada
<i>Atlantic Conveyor</i>	25 mai. 1982	1	Avariada (afundou no dia 28 mai. 1982)
<i>HMS Yarmouth</i>	25 mai. 1982	1	Avariada

Fonte: Força Aérea Argentina.

Em 4 operações de ataque estabeleceu-se uma média de 2 baixas por dia contra as 12 embarcações engajadas. A se considerar que a força aérea argentina operava de terra e, por isso tinha pouco tempo para atacar seus alvos; que possuía restrição em seus armamentos¹¹; e que haviam 20 embarcações operando na região, se poderia dizer que o feito da aviação argentina é considerável.

Contudo, é preciso avaliar que o dia com maior número de baixas, o dia 21, envolveu 52 caças, os quais somente atingiram 4 alvos em 8 ataques. Ainda que tenham conseguido neutralizar três dos quatro alvos, isso estabelece uma relação de 13 aeronaves por navio atacado. Naturalmente não se supõe que todas os meios argentinos estavam concentrados em uma única tarefa, mas a elevada razão extraída dos dados da FAA atestam a dificuldade e a ineficácia da aviação militar argentina frente à armada britânica, naquele momento. Ainda assim, não se pode tirar o mérito da ação preparatória para o assalto anfíbio britânico, que negou alarme antecipado aos argentinos.

Dentre as perdas mais expressivas para os atacantes encontram-se os navios *HMS Coventry* e *Atlantic Conveyor*¹² sendo o primeiro responsável pela defesa aérea e o segundo pelo transporte de

11 Vide a dificuldade que enfrentou para por operacionais os mísseis exocet.

12 Convém ressaltar que o *Atlantic Conveyor* provavelmente foi atingido por mísseis destinados ao HMS *Hermes* (VIDIGAL, 1985).

materiais necessários à campanha terrestre como: instalações de campanha; centro de prisioneiros; armamentos; suprimentos; e helicópteros. Do lado dos defensores, as principais perdas foram alguns caças *Mirage* e *Dragger* da FAA, o que acarretou mais limitações às suas condições de combate aéreo (VIDIGAL 1985; SEINELDÍN, 2004; BBC, 2007).

Guerra Terrestre

A despeito dos esforços argentinos para conter a ofensiva britânica, no dia 25 de maio estes iniciaram a marcha em direção aos principais objetivos terrestres: a capital do arquipélago e o aeroporto de *Goose Green*. Para cumpri-los, a tropa atacante foi dividida em duas colunas, sendo aquela destinada ao aeroporto vital para o êxito da outra. Isto porquê era sua responsabilidade assegurar que o grupamento principal não seria atacado pela retaguarda, quer fosse por via terrestre ou aérea (lançadas a partir do referido aeródromo). Outro aspecto que merece ser ressaltado é que a tomada desta localidade eliminaria a última linha de comunicação argentina, deixando as tropas daquele país sem suprimentos ou apoio durante a batalha pela capital.

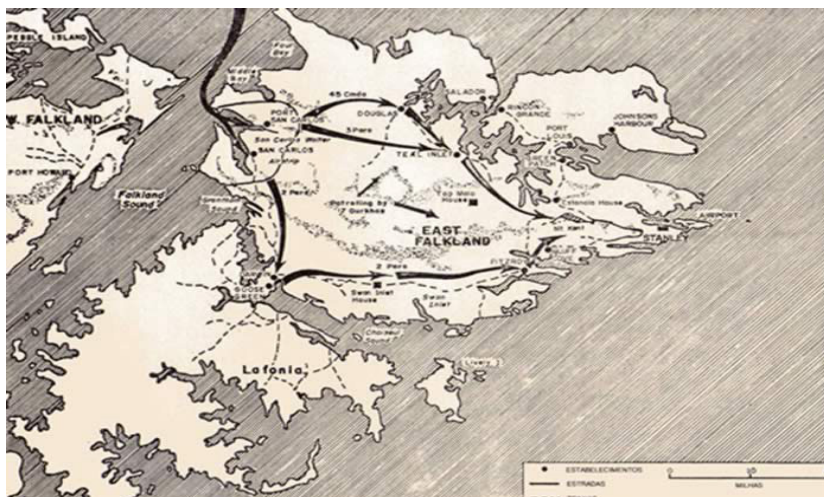
A primeira coluna seguiu para o aeródromo após dez horas de batalha para assegurar sua posição em Darwin, onde, segundo relatos de Seineldín (2004) enfrentou a resistência do 25º Batalhão de Infantaria, do exército argentino, forçando-os a mudar sua abordagem. Ainda segundo o autor, isso obrigou as tropas britânicas a mudar de abordagem. Após contornarem o campo minado, pegaram os argentinos desprevenidos e tomaram a região. Durante a batalha as tropas inglesas contaram com o apoio de dois caças *Harriers* que bombardearam a artilharia inimiga (SEINELDÍN, 2004; BBC, 2007).

Finda a batalha por *Goose Green*, as tropas britânicas que dela participaram rumaram em direção a capital do arquipélago, *Port Stanley*, juntando-se àquela coluna que foi originalmente designada para este objetivo. Tal avanço forçou as tropas argentinas, agora isoladas do continente, a se concentrarem nas intermediações da capital, por eles chamada de *Puerto Argentino*, formando a última linha de defesa argentina.

O recuo das tropas defensoras acarretou no abandono de posições estratégicas como a região compreendida entre *Fitzroy* e *Buff Cove* que, a partir do dia 3 de junho foi palco de novos desembarques britânicos. Todavia, mesmo com grandes limitações operativas, a FAA realizou um ataque no dia 8 de junho contra as posições de desembarque britânicas, pondo fora de combate os navios *Sir Galahad*¹³ e *Sir Tistam*, ambos da *Royal Fleet Auxiliary* (RFA) (ARGENTINA, 2018c). A despeito das ações argentinas, as tropas britânicas seguiram em sua marcha rumo a *Port Stanley* onde se daria a última batalha nas Ilhas Malvinas.

13 Este navio já havia sido atacado e fora abandonado em outra ocasião, mas, uma vez feito seus reparos este pode participar desta operação.

A seguir, o mapa 2, ilustra toda a movimentação terrestre feita pelas tropas britânicas. Nele pode ser observada a marcha feita desde o desembarque no Estreito de *San Carlos*, passando pela divisão das tropas – entre aquelas que seguiram em direção a *Goose Green* (ao sul da posição de desembarque) e aquelas que rumaram para a capital (a leste da posição de desembarque) –, bem como seu reagrupamento antes do ataque final.



Mapa 2 – Deslocamento das Tropas Britânicas

Fonte: VIDIGAL, 1985, p. 7

Na noite do dia 11 para o dia 12 de junho de 1982 teve início a batalha final pela posse das Malvinas. Para defender a cidade a Argentina distribuiu seus homens pelas montanhas localizadas nas proximidades de *Port Stanley*, forçando as tropas britânicas a travar intensos combates por cada uma delas. Aqui fez-se valer a vantagem tática da posição elevada dos argentinos no terreno, corroborando o princípio *clauswitziano* que preconiza a vantagem da defesa sobre o ataque. Contudo, os britânicos, melhor treinados e equipados¹⁴, sobrepujaram uma a uma as defesas argentinas.

Quando só havia uma última fileira defensiva separando os britânicos de seu objetivo, o comandante das forças argentinas – General Menéndez – solicitou uma audiência com o comandante britânico. Após algum tempo de negociações, às 20h 59min, foi oficialmente anunciada a rendição argentina, sem que houvesse imposição de quaisquer condições. Dias mais tarde, em 20 de junho, as tropas britânicas retomaram a ilha *South Thule* – localizada nas Ilhas *Sandwich* do Sul –, pondo fim a Guerra das Malvinas.

Ao longo de seus 74 dias foram contabilizadas, de acordo com dados da Força Aérea Argentina, 1.845 baixas, 890 mortes além da perda de 97 aviões e 17 navios, divididos entre ambos os beligerantes, conforme a Tabela 2, a seguir.

14 Se por um lado é possível verificar ao longo da obra de Seineldín (2004) que as tropas argentinas eram, em sua maioria, formadas por conscritos com treinamento bastante incipiente e limitados quanto aos seus meios e suprimentos, sobretudo na fase final do conflito. Por outro, Vidigal (1985) atesta que as tropas britânicas eram formadas essencialmente por militares de carreira, devidamente treinados e equipados, permitindo concluir a discrepância existente entre os exércitos.

Tabela 2 – Saldo Militar dos Combates

	Argentina	Reino Unido
Aeronaves	69	35
Navios	9	8
Mortos	635	255
Feridos	1.068	777

Fonte: Força Aérea Argentina

Considerações Finais

A Operação Virgem do Rosário, realizada no dia 2 de abril de 1982, tinha como corolário forçar o Reino Unido a negociar a soberania do arquipélago, visto que as vias diplomáticas estavam congeladas. Portanto, as tropas argentinas subjugarão a guarnição britânica nas Falkland sob a ordem de não causarem mortes nem baixas entre sus adversários. Assim ilhas voltaram a serem chamadas Malvinas pela primeira vez desde 1833.

Contudo, uma avaliação equivocada do desejo Britânico de manter a posse daquele seu território ultramarino e na disposição argentina de lutar pelas ilhas, culminou no enfrentamento militar entre os dois Estados¹⁵, iniciando o último conflito do Atlântico Sul, a Guerra das Malvinas.

A estratégia naval argentina que buscava cercar a TF e neutralizar seus navios aeródromos, foi bem planejada e executada. Coube à manobra preventiva, mesmo que às escuras, do comandante da força britânica evitar aquela que teria sido a primeira batalha entre porta-aviões desde a II Grande Guerra. Com sua manobra frustrada foi a vez dos britânicos tomarem a ofensiva. O torpedeamento do *ARA Belgrano* foi um forte revés para os argentinos, forçando toda sua armada a permanecer nos portos, deixando o mar livre para as operações navais da TF. Começava assim a derrocada argentina.

Mesmo tendo realizados missões aéreas quantitativamente expressivas, na tentativa de manter afastada a TF e evitar o desembarque inimigo, a baixa eficácia dessas ações não logrou impedir tal evento. Talvez, se a pista do aeroporto de *Goose Green* tivesse sido estendida durante a segunda fase a Operação Rosário, os argentinos tivessem chance real de vitória mesmo na ausência de sua marinha. Afinal, com aviões operando das ilhas e não do continente, estes seriam, provavelmente capazes de manter afastados os navios-aeródromo britânicos, invertendo a relação do tempo de operação aérea sobre o teatro de operações em favor dos defensores.

De toda forma, não compete a este estudo especular sobre o que teria acontecido e sim realizar uma análise sobre os fatos. Um deles é que a distância do continente permitiu aos britânicos

¹⁵ Naturalmente, demais fatores contribuíram para este desfecho, entretanto dado ao recorte dado a este artigo, fatores políticos e econômicos não foram aqui analisados.

melhores condições de combate, facilitando sobremaneira a operação de desembarque. Isto leva à conclusão de que o negligenciamento da importância de *Goose Green* para operações de caças da FAA consistiu grave erro estratégico, sendo outro fator que contribuiu para a derrota argentina no dia 20 de junho de 1982, quando as últimas posições argentinas foram tomadas.

Por tudo que foi exposto e analisado, é possível concluir que a Guerra das Malvinas foi marcada pela má avaliação das intenções do adversário. A retirada do *HMS Endurance* do serviço ativo e a negação da cidadania britânica a 800 cidadãos das Malvinas/Falkland foram elementos que contribuíram para a deflagração do conflito, uma vez que o Reino Unido, subestimando as intenções da Argentina, reduziram a defesa da região e, a Argentina crendo neste aparente desinteresse supôs que os britânicos não responderiam militarmente à sua agressão.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Duncan. *The Falklands War – 1982*. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

BASTOS, Amilcar Andrade. Conflito no Atlântico Sul – A Participação Argentina. **Revista da UNIFA**. Rio de Janeiro, dez 2001.

BBC. 20th Century Battlefields - 1982 Falklands. [video]. Produção da BBC em parceria com o Military Channel, dirigido por Renuka Chapman. Reino Unido, 2007. 40 min. Color. Son.

CARVALHO, Diego Bielinski; SÁ, Marco Antônio Vieira; CITTANDINO, Rodrigo Cerveira. *A Questão das Ilhas Malvinas/Falklands*. Rio de Janeiro, 2009.

CORBETT, Julian. *Some Principles of Maritime Strategy*. Londres: The Naval and Military Press, 1911.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of sea power upon history, 1660-1783*. Nova Iorque: Dover Publications, 1894.

MARTINI, Héctor A. *Historia de La Aviación Naval Argentina*. Buenos Aires: Tomo III, 1992.

MARTINS, Umberto Barbosa Lima. Guerra das Malvinas: Um ponto de Vista Anfíbio. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1984.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à restauração Democrática*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

REIS, Luiz. O SAS em ação no Atlântico Sul: o Ataque à Ilha Pebble. Disponível em: <https://velho-general.com.br/2019/04/03/o-sas-em-acao-no-atlantico-sul-o-ataque-a-ilha-pebble/> Acesso em 19 jul. 2019.

SEINELDÍN, Mohamed Alí. Malvinas, um Sentimento. Rio de Janeiro, Ombro a Ombro, 2004.

THATCHER, Margaret. Discurso: de 3 de abril de 1982. Reino Unido [s.n.], 1982.

TILL, Geoffrey. Sea Power. A Guide for the 21st Century. London: Routledge, 2009.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Conflito no Atlântico Sul – Parte 1. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1984.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Conflito no Atlântico Sul – Parte 2. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

Fontes Primárias

ARGENTINA. MINISTÉRIO DA DEFESA. FORÇA AÉREA ARGENTINA. Antecedentes. Disponível em <http://www.fuerzaaerea.mil.ar/conflicto/antecedentes.html> Acessado em 08 Dez. 2018.

ARGENTINA. MINISTÉRIO DA DEFESA. FORÇA AÉREA ARGENTINA. Las Cifras. Disponível em: https://www.faa.mil.ar/conflicto/las_cifras.html. Acessado em 08 Dez. 2018.

ARGENTINA. MINISTÉRIO DA DEFESA. FORÇA AÉREA ARGENTINA. Operaciones Aereas. Disponível em: https://www.faa.mil.ar/conflicto/operaciones_aereas.html. Acessado em 08 Dez. 2018.

THATCHER, Margaret. Discurso: de 3 de abril de 1982. Reino Unido [s.n.], 1982.

Um cirurgião no front: a participação de Juscelino Kubitschek na Batalha do Túnel¹

Jamicel Francisco Rocha da Silva²

Resumo

As instituições constroem a própria história baseadas em feitos e figuras que representam os valores pelos quais elas serão lembradas e caracterizadas. A Polícia Militar de Minas Gerais teve nos seus quadros a figura de Juscelino Kubitschek que, como médico-cirurgião, atuou na Revolução Constitucionalista de 1932, nas ações das tropas mineiras na Serra da Mantiqueira, na Batalha do Túnel, na divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Esta batalha teve aspectos decisivos para a combatividade das forças em conflito, em decorrência da intensidade e localização estratégica do terreno na qual foi travada e a atuação deste personagem é objeto de pesquisa neste trabalho, com o intuito de identificar a contribuição para o desempenho dos mineiros e o lugar ocupado por Juscelino na história desta corporação militar decorrente das ações no combate.

Palavras-chave: Batalha do Túnel. Juscelino Kubitschek. Polícia Militar de Minas Gerais.

Abstract

Institutions build their own history based on facts and figures that represent the values by which they will be remembered and characterized. The Military Police of Minas Gerais had in his paintings the figure of Juscelino Kubitschek who, as a surgeon, worked in the Constitutionalist Revolution of 1932, in the actions of the Minas Gerais troops in the Serra da Mantiqueira, in the Battle of the Tunnel, on the border between the states of Minas Gerais and São Paulo. This battle had decisive aspects for the combativity of the forces in conflict, due to the intensity and strategic location of the terrain in which it was fought and the performance of this character is object of research in this work, with the intention of identifying the contribution to the performance of the miners and the place occupied by Juscelino in the history of this military corporation resulting from the actions in combat.

Keywords: Battle of the Tunnel. Juscelino Kubitschek. Military Police of Minas Gerais.

1 Artigo apresentado como trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História Militar. Orientador: Prof. Luiz Augusto Rocha do Nascimento. Belo Horizonte, 03 de maio de 2019.

2 Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina.

Introdução

O trabalho analisou a participação de Juscelino Kubitschek como médico-cirurgião das tropas mineiras durante a Batalha do Túnel, travada na Serra da Mantiqueira, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Esta pesquisa justificou-se pela necessidade de situar este personagem na História da Polícia Militar, instituição bicentenária que preserva valores decorrentes dos feitos dos seus componentes.

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi descrita por meio de pesquisa histórica de fontes definidoras desse acontecimento nacional, iniciado pelos paulistas naquela década, que se rebelaram contra Getúlio Vargas, presidente do Brasil, discordantes em relação às diretrizes daquele governo.

Com isso, tropas da Força Pública Mineira, atualmente Polícia Militar, entraram em confronto com os revolucionários. O ápice desses enfrentamentos foram os embates na Serra da Mantiqueira, na Batalha do Túnel, localizado na divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo.

O estudo identificou as forças em conflito e trouxe uma descrição da importância estratégica da Serra da Mantiqueira para mineiros e paulistas. A busca dos objetivos específicos da pesquisa – descrição de intervenções cirúrgicas realizadas nas tropas mineiras, a contribuição dessas intervenções para a combatividade dessas tropas e a contextualização do lugar ocupado por essa participação de Juscelino na memória da Polícia Militar de Minas Gerais – foi realizada através da identificação da figura de Kubitschek como oficial médico da Força Pública Mineira.

As fontes de pesquisas foram bibliográficas, através de obras autorais e fontes oficiais da instituição, e a produção contribui para o conhecimento de uma página da história da Polícia Militar de Minas Gerais através da descrição de um Juscelino inserido nas fileiras da corporação, diretamente envolvido em um conflito bélico, e objetiva também contribuir para definições biográficas e políticas deste personagem nacional.

A Revolução Constitucionalista de 1932

A direção dos destinos da política nacional até a década de 30 era revezada entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, conhecida como República do Café com Leite, em decorrência dos principais produtos produzidos por estes estados. A Crise de 29 trouxe preocupação aos cafeicultores paulistas, gerada pela diminuição da demanda pelo produto produzido por aquele estado.

Os políticos e produtores paulistas compreenderam que a superação daquele momento econômico passaria pela manutenção da direção nacional nas mãos de um dirigente de São Paulo e indicaram para a sucessão de Washington Luís, ao invés do mineiro Antônio Carlos, o paulista Júlio

Prestes. Esta quebra da alternância levou os mineiros a se juntarem aos gaúchos, através da Aliança Liberal, que indicou à sucessão presidencial o líder ascendente gaúcho Getúlio Vargas, com um vice paraibano, João Pessoa (DONATO, 2002).

Segundo Fausto (2010), a plataforma da Aliança trazia aspectos considerados progressistas à época como representação popular através do voto secreto, a justiça eleitoral, a independência do Poder Judiciário, reformas administrativas, liberdade de pensamento, liberdade de imprensa e combate a valorização excessiva do café paulista no mercado, em detrimento a outros produtos, além da defesa de pautas sociais, como a regulamentação de direitos trabalhistas.

O sufrágio apresentou Júlio Prestes como vencedor daquele pleito e contestações acerca da legitimidade dos resultados surgiram por parte da Aliança Liberal. Apoiados numa ala militar, desde 1929, havia a consideração de um movimento armado, caso houvesse uma derrota nas urnas, que foi potencializado pelo assassinato do vice, em Recife. Conforme Donato (2002):

A 3 de outubro, às 17h30min, com precisão profissional, o levante. Em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Paraíba (João Pessoa), capitais dos Estados líderes da Aliança Liberal. Por toda parte o povo aderiu e festejou, saudando o que lhe era anunciado como novo tempo, certeza de melhores costumes eleitorais e administrativos [...] (DONATO, 2002, p.17).

O líder do movimento, Getúlio Vargas, instalado através do Governo Provisório, mediante Decreto, dissolveu o Congresso Nacional, Assembléias estaduais e municipais, num rompante centralizador (BRASIL, 1930). Com isso, caracteriza-se o rompimento do modelo de representação política nacional por Vargas como forma de legitimar as mudanças que seriam propostas pelo novo governo.

As reações à mudança do modelo de representação e às imposições do decreto do governo nacional foram imediatas, com destaque para São Paulo, alijado desde 1930. Segundo Donato (2002), este era o cenário que antecedeu a crise:

1931. Janeiro. São Paulo, cidade e Estado, não tem satisfações para exhibir. Econômica, política, socialmente, padecem crise severíssima. Milhares de funcionários públicos foram apeados dos seus empregos (...).

Nos armazéns amontoavam-se trinta milhões de sacas de café. Em Santos e cidades interioranas, milhões de sacas são queimadas como recurso extremo para evitar que o preço continue baixando. Na capital e nos centros com alguma indústria, cresce o número de desempregados. (DONATO, 2002, pp. 23 e 24).

Capelato (1981, p. 51) define que a “Revolução de 30, feita em nome do Brasil, era contra São Paulo; 32 será a Revolução de São Paulo contra o Brasil. Essa imagem, fabricada pelos articuladores do Movimento, foi amplamente divulgada”, em um posicionamento no qual foram colocados os pau-

listas contra os aliados civis e militares do governo central. A nomeação de um interventor paulista, Pedro de Toledo, descreve Bojunga (2001), foi infeliz, aliada à tentativa de Osvaldo Aranha de legitimar essa ação do governo central e o acirramento da crise foi potencializado pela morte de quatro jovens estudantes – Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo – durante confronto entre paulistas e tropas federais.

O dia 9 de julho marcou o início do movimento que seria conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, mesmo com acenos de Vargas para algumas exigências dos paulistas. Observa-se o posicionamento isolado de São Paulo, em relação a outras Unidades da Federação, como descreve Nunes (2005):

Os revoltosos esperavam a adesão de outros Estados. Mas, após a eclosão do Movimento, Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, decidiu apoiar Vargas. Olegário Maciel, interventor de Minas, aceitou negociar com o poder central e interventores de outros Estados se colocaram ao lado do governo federal, oferecendo tropas para lutar contra o movimento (NUNES, 2005, p. 10).

As exigências dos paulistas em relação ao governo central eram a convocação de uma nova Constituição, novas eleições e a restituição da autonomia dos Estados, tanto política quando economicamente.

Segundo Fonseca (2009):

A reconstitucionalização do país e a restituição da autonomia dos estados eram as causas que envolveram os paulistas, pois se relacionavam diretamente a suas esperanças e destinos. Lutava-se pela liberdade de São Paulo, acreditando que o estado fora invadido pela ditadura (...). Os paulistas, desagradados com a política dos interventores, consideravam que o estado estava sendo assaltado pelo “invasor forasteiro” (FONSECA, 2009, p. 37).

A primeira ação dos paulistas, conforme Donato (2002), consistiu da ocupação do Telégrafo Nacional e dos Correios, na capital, por um pelotão da Força Pública daquele Estado, e da Central Telefônica por civis voluntários. Conseqüentemente, os paulistas mantiveram sob controle estradas de ferro, entroncamentos ferroviários, estações de rádio, a Guarda Civil Paulista e a Força Pública. Destaca-se também a tomada do Campo de Marte, importante base de aviação.

A submissão do Quartel General da Segunda Região Militar seria o ápice do início das ações na capital paulista, seguido pela tomada do Quarto Regimento de Infantaria, em Quitaúna, importante instalação do Exército em São Paulo. Com a definição dos apoios de outros Estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul à causa do governo central, São Paulo contaria com o apoio de Mato Grosso, mas enfrentaria a luta de fato com os contingentes que conseguiu mobilizar no próprio Estado.

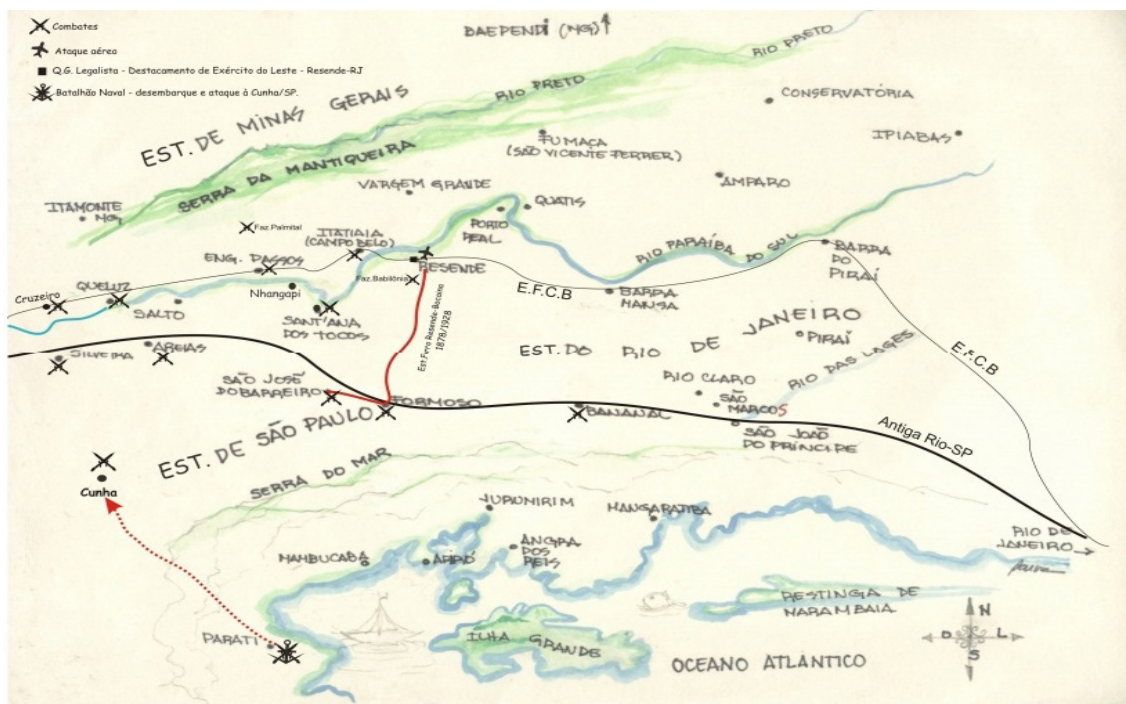
O caráter nacional do movimento, segundo os paulistas, exigia a ampliação do domínio de outras unidades da federação e o desenrolar do conflito trouxe a definição da estratégia de divisão das locais de combate em frentes. Rodrigues (2009) descreve estas frentes:

A Frente Vale do Paraíba (sub-setores do Vale, litoral e do sul de Minas), onde o exército governamental, sob comando do general Góes Monteiro, realizou seu maior esforço; a *Frente Mineira* (estendida ao Rio Paraná, dividia-se nos setores de Ribeirão Preto, Guaxupé, Ouro Fino, Passa Quatro e Cruzeiro), drasticamente carente de meios e efetivos por parte dos paulistas; a *Frente de Mato Grosso*, alvo de disputas também pelo contato com o exterior e a possibilidade de transações de armamentos; a *Frente Sul ou do Paraná*, que assistiu a duríssimas batalhas e ao avanço sonante do destacamento governamental e a *Frente do Litoral*, almejando o predomínio sobre a costa e a região portuária de Santos (RODRIGUES, 2009, p. 113).

Na Frente do Vale do Paraíba, estava inserida a Serra da Mantiqueira, na divisa entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os combates na Mantiqueira

A Serra da Mantiqueira divide os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e caracteriza-se como um marco natural na região do Vale do Paraíba. Segundo Cotta (2006, p. 110), a serra “(...) constitui-se um baluarte por sua posição estratégica, principalmente no que diz respeito à malha da Estrada de Ferro Sul de Minas”. Inserida na frente de combate daquele vale, na qual as tropas paulistas ocuparam cidades importantes como Cruzeiro, com a intenção de deter oponentes que rumavam desde o Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de avançar em caso de sucesso nas operações militares, conforme FIGURA 1.



Frente do Vale do Paraíba - Fonte: SOARES, 2010, p. 11.

O deslocamento dos paulistas para a região foi realizado já no dia 09 de julho, com chegada no dia 10, cientes da importância estratégica daquela localidade. Após serem distribuídas na região, parte destas tropas rumaram para a divisa com Minas Gerais.

Conforme Bojunga (2001):

No dia 10 de julho, soldados da Força Pública de São Paulo ocuparam a estação do Túnel da Mantiqueira, a uns nove quilômetros de Passa Quatro, cavaram trincheiras e plantaram ninhos de metralhadoras. Os paulistas consideravam aquela área de alto valor estratégico para o controle do vale do Paraíba (BOJUNGA 2001, p. 98).

Assim, a Secretaria do Interior de Minas Gerais definiu o contexto do início das hostilidades (MINAS GERAIS, 1932):

Na noite de 09 para 10 de julho, subleveu-se parte das forças do Exército aquarteladas em São Paulo, sob o comando do coronel Euclides Figueiredo.

O movimento ficou circunscrito ao foco em que se manifestara, achando-se em calma a capital da República e o resto do país, cujas guarnições federais se conservaram fiéis à Ditadura.

[...]

Em Minas, a situação é de inteira tranquilidade e o Governo dispõe de todos os elementos para assegurar a ordem e manter o funcionamento normal das atividades públicas e particulares. Foram tomadas pelo presidente Olegário Maciel as medidas

preventivas que se fazem mister. Em todos os municípios do Estado suas ordens foram cumpridas e de todos eles já lhe vieram demonstração de solidariedade.

Belo Horizonte, 11 de julho de 1932 (MINAS GERAIS, 1932).

A distribuição de forças colocaria tropas estaduais e federais em conflito na região.

As forças em conflito

A Frente do Vale do Paraíba confrontou contingente de paulistas contra os mineiros na região. Estes foram organizados, segundo Cotta (2006), na Primeira Brigada, responsável pelo Túnel da Mantiqueira e comandada pelo coronel Edmundo Lery Santos. A Segunda Brigada, localizada em Poços de Caldas, sob comando do coronel Otávio Campos do Amaral, e a Terceira Brigada, responsável pelo Triângulo Mineiro, comandada pelo coronel Antônio Fonseca, não entrariam em combate contra os paulistas na região.

Marco Filho (2005, p. 117) descreve que:

A missão mais difícil cabia ao Destacamento Leste, sob o comando do Cel Lery, devido à estratégia da sua posição, que se localizava entre os maiores entroncamentos ferroviários do País, e as fronteiras entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (MARCO FILHO, 2005, p.117).

A relevância da malha ferroviária na região é corroborada pelo meio usado pelas tropas mineiras para deslocamento, descrito por Cotta (2006):

Na década de 30, estava em pleno funcionamento a malha ferroviária que ligava diversas cidades mineiras. Partindo da cidade mineira de Passa Quatro (local em que foi instalado o Quartel General da Brigada Sul, da Força Pública de Minas) até a cidade paulista de Cruzeiro são exatamente 34 quilômetros e 600 metros de estrada de ferro [...]. Essa malha foi utilizada pela Força Pública de Minas para o transporte de seus homens (COTTA, 2006. p. 112).

A Primeira Brigada possuía um efetivo de 3000 homens, apoiada com armas como metralhadoras pesadas, fuzis ordinários, peças de artilharia e carros de assalto do Exército (MARCO FILHO, 2005), além do reforço de efetivo do 4º Regimento de Cavalaria e 2º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, também do Exército (COTTA, 2006).

Segundo Santos (2012):

Conforme publiquei, em boletim n. 1, de 14 de julho, foi, na mesma data, considerada organizada, em Lavras a Brigada Sul, constituída da seguintes unidades: 7º Batalhão;

11º Batalhão; R. C. formado de 2 esquadrões e outras forças que seriam, oportunamente, incorporadas.

A ordem da organização em apreço foi a contida na carta, datada de 13 de julho de 1932, do Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, a qual foi transcrita no boletim n. 1, da Brigada Sul (Santos, 1933, p. 14).

O intuito inicial da Frente do Vale do Paraíba dos paulistas era a marcha até a cidade do Rio de Janeiro com tropas da 2ª Divisão de Infantaria, sob comando do coronel Euclides de Figueiredo, formada pelos 4º, 5º e 6º Regimentos de Infantaria, através da rodovia Rio- São Paulo, atualmente conhecida como Via Dutra, e da Estrada de Ferro Central do Brasil. No entanto, barrados neste avanço, permaneceram entricheirados na região de Lorena e formaram uma linha de resistência entre a cidade de Cruzeiro, em São Paulo, e Passa Quatro, em Minas Gerais, mais especificamente com o 5º Regimento (ARAÚJO, 2016).

Observa-se, ao comparar o quantitativo de forças, um desequilíbrio em desfavor dos paulistas como reflexo do isolamento da causa revolucionária, que se viram praticamente isolados na luta contra as forças federais do governo de Getúlio Vargas, líder da Revolução de 1930 e presidente do Brasil.

O Túnel da Mantiqueira

Segundo Araújo (2016), o túnel era estratégico tanto para mineiros quanto para paulistas e isso fez com que o coronel Euclides de Figueiredo ocupasse a cidade mineira, que gerou a reação contra as forças paulistas na região.

A linha férrea situada na região de Passa Quatro, em Minas Gerais, ligava este estado a São Paulo, através de uma passagem na Serra da Mantiqueira, na qual se localizava um túnel, conforme FIGURA 2.



Soldados paulistas no Túnel - Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1982, p. 54.

A posição estratégica do túnel gerou combates acirrados entre mineiros e paulistas naquele setor da Frente do Vale do Paraíba. Como consequência, houve a necessidade de um serviço de socorro médico aos feridos e é neste contexto que Juscelino Kubitschek atuou como cirurgião das tropas mineiras empregadas na luta.

Um cirurgião no front

O ingresso de Juscelino na Medicina deu-se no ano de 1922, na cidade de Belo Horizonte, através da Universidade Federal de Minas Gerais. O talento para o ofício de cirurgião foi notado. Segundo Bojunga (2001):

Os colegas perceberam logo a vocação de Juscelino para cirurgião. Chegaram a fazer uma quadrinha, aproveitando o nome do grande violonista tcheco Jan Kubelík, o pai de Rafael Kubelík: “Dois nomes eu estou certo/Vão pôr este mundo em cheque/No violino Kubelík/No bisturi Kubitschek” (BOJUNGA 2001, p. 73).

O bom desempenho no exercício da profissão fez com que Kubitschek logo adquirisse uma boa clientela em Belo Horizonte e isto possibilitou uma especialização em Paris, na qual foi aluno do doutor Maurice Chevassu, famoso urologista, além de estágios em Viena e em Berlim (COHEN, 2006).

A volta a Belo Horizonte deu-se no contexto do Governo Provisório de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930. Naquele momento, havia o intuito de melhoria da Polícia Militar do estado, à época Força Pública, através de ações do Secretário do Interior, Gustavo Capanema, decorrente da atuação dos militares estaduais em apoio ao movimento varguista de 1930. Destaca-se, nestas ações de Capanema, a reestruturação do Hospital da instituição.

Conforme Bojunga (2001):

Uma das providências de Capanema foi transformar o velho Hospital Militar em centro médico moderno, dotado de orçamento próprio e com uma equipe de médicos de renome. Embora o provimento dos cargos dependesse, em princípio de concurso, Capanema tinha em mente médicos de notória reputação que não se submeteriam a provas.

[...]

Um pedido de dona Luísa Lemos, mãe de Sarah, a Gabriel Passos, seu outro genro, incluiu Juscelino na lista dos nomeados. O marido de Sarah foi encarregado de organizar o Serviço de Laboratórios e Pesquisas, nos moldes do que vira na Europa, assumindo em seguida a chefia do Serviço de Urologia, no posto de capitão-médico (BOJUNGA, 2001, pp. 90 e 91).

O início de Juscelino na Força Pública Mineira foi decorrente, portanto, da atuação destacada como médico em Belo Horizonte e as capacidades seriam colocadas à prova durante os embates na Mantiqueira, ao lado dos combatentes mineiros que lutavam pelo controle do estratégico túnel.

Juscelino no setor do túnel

A necessidade da criação de uma subseção do Serviço de Saúde na região do Túnel foi decorrente, conforme descrição do responsável, major chefe, Dr J. Santa Cecília, da rude e intensa luta travada naquele local, que gerou atropelo e desorganização iniciais na assistência aos feridos (SANTOS, 1933).

Neste cenário, com o acirramento das hostilidades, Juscelino partiu para a região do Túnel da Mantiqueira. Segundo Bojunga (2001):

No dia 16 de julho, Juscelino recebeu um telefonema anunciando que ele deveria embarcar às quatro da manhã na Estação do Horto, com o 1º Batalhão, sob o comando do tenente-coronel Francisco de Campos Brandão. Tinha seis meses de casado. A ração no três dias de viagem era à base da carne seca, que provocava uma sede insuportável. Quando chegaram a Passa Quatro, no dia 18, a cidade já havia sido retomada pelo coronel Eurico Gaspar Dutra, mas a situação ainda era incerta (BOJUNGA, 2001, p. 98).

A estrutura do Serviço de Saúde daquele setor era composta por um Trem Hospital com raios X e Farmácia, Hospitais de Evacuação, transporte de doentes e Hospitais de Retaguarda (SANTOS, 1933). Ao chegar, recebeu como primeira missão do comandante, tenente-coronel Brandão, a instalação de um hospital do sangue, na Casa de Caridade, em Passa Quatro, que permitiu a organização de uma sala de operações.

Heliodoro (2005) descreve uma das atuações de Juscelino, mesmo sob condições adversas, no hospital de sangue:

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o capitão-médico Dr. Juscelino Kubitschek tornou-se famoso por haver operado um sargento que, gravemente ferido, foi deixado ao abandono pelos médicos, em virtude da absoluta falta de recursos no Hospital de Sangue da Polícia Militar de Minas Gerais, no front da Mantiqueira, no início das operações bélicas naquela região, na cidade de Passa Quatro.

Juscelino entretanto, prontificou-se em atendê-lo, mesmo sem recursos, para não deixar o homem morrer sem assistência.

Acontece que o tal sargento, que já era considerado morto, ficou bom e em pouco tempo já estava andando (HELIODORO, 2005, p. 75).

A precariedade deste hospital reforça o desempenho de Juscelino no socorro aos feridos, pois não havia anestesia - a necessidade foi suprida pela atuação de um veterinário orientado pelo capitão-médico - nem, tampouco, enfermaria, com o papel sendo desempenhado por uma freira, conforme FIGURA 3, que atuara na assistência religiosa, na 1ª Guerra Mundial, ao lado dos franceses (HELIODORO, 2005).



JK no Hospital de Sangue - FONTE: MAYRINK, 1988, p. 21.

Ainda sobre a atuação no Hospital do Sangue, Arruda (2016) descreve que Juscelino realizou por volta de mil atendimentos, entre pessoas enfermas, feridas e convalescentes, sem se preocupar em que lado lutavam, numa sala improvisada para cirurgia, com a utilização de clorofórmio como anestésico e recursos escassos, sempre com dedicação e louvor.

Segundo Santos (2003), apesar da imprecisão de alguns dados acerca dos atendimentos neste hospital, esse detalhe é irrelevante em relação à grande soma de trabalho realizada pelos doutores Pinto de Moura e Juscelino Kubitschek, ao assistirem grande massa de feridos, num hospital de emergência, sem secretaria organizada.

As condições do Hospital de Sangue fez com que parte dos atendimentos fossem transferidos para o Trem Hospital, trazido de Belo Horizonte, e colocado mais próximo ao front, nos dias finais de julho, conforme FIGURA 4. Contava, segundo relato do doutor J. Santa Cecília, major chefe do Serviço de Saúde daquele setor, com toda a aparelhagem sanitária, farmácia e raio x, além de uma equipe técnica competente (SANTOS, 2003).



JK nas proximidades do Trem Hospital - Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1982, p. 43.

A melhoria substancial dos atendimentos ocorreria de fato com a chegada deste Trem, em que dois vagões foram transformados em sala de cirurgia, nos quais Juscelino atendia até mais de quarenta feridos por dia, não perdia a calma, tratava a todos com impecável educação, inteligência e discrição e se tornou destaque do Serviço de Saúde (MARQUES, 2002).

A soma das operações no Trem Hospital chegou a cinquenta e quatro, com o registro de cinquenta e um feridos. Entre essas operações, foram realizadas sete laparotomias – cinco causadas por projéteis, uma por ferimento perfuro-cortante e uma por apendicite – e, destas, quatro foram realizadas por Juscelino Kubitschek (COTTA, 2006).

A atuação foi destacada pelo tenente-coronel Magalhães Goés, então chefe do Serviço de Saúde da Força Pública Mineira. Segundo Santos (2012):

Cirurgião do Hospital de Passa-Quatro – temperamento de slavo, calmo, modestíssimo, em extremo disciplinado, resistência de aço para, num só dia, socorrer mais de 40 feridos, sem se esfaltar, foi a grande revelação do Serviço de Saúde. Mostrou-se um ótimo cirurgião, um improvisador de meios para uma boa assistência aos grandes feridos de guerra, com impecável educação, inteligência e maneira discreta. O seu elogio pode ser resumido, transportando-se para aqui o pedido de oficiais do Exército que, ao partirem para a frente, solicitavam terem-no como cirurgião, no caso de ferimento em combate (SANTOS, 2012, p. 115).

Em meados de setembro, a batalha era favorável às tropas mineiras e, em carta a Gabriel Passos, oficial de gabinete de Olegário Maciel, Juscelino exaltou a atuação em um confronto decisivo contra os paulistas e classificou as ações dos soldados como heróicas, que tiveram como consequência o recuo das tropas inimigas (BOJUNGA, 2001).

O recuo, entre os dias 12 e 13 de setembro, ocorreu através de intensa movimentação no lado do túnel ocupado pelos paulistas que, na euforia da retirada, deixaram para trás diversos veículos, armamentos e equipamentos. A rendição ocorreu, conforme Santos (2016), no dia 03 de outubro, na cidade de Cruzeiro, após mais uma tentativa de cessar-fogo proposta pelos revoltosos.

O fim das hostilidades fez com que a Brigada em que Juscelino servia rumasse para o Setor Centro, em apoio à Brigada Amaral. Em decorrência, o capitão-médico foi responsável pela remoção de feridos de Passa Quatro para Guaxupé e Varginha e, posteriormente, dirigiu-se até a cidade de Campinas, para o quartel-general do comandante Barcellos.

Considerações finais

Os quase dois meses de participação de Juscelino na Batalha do Túnel foram responsáveis por inseri-lo num ambiente diverso daquele em que atuava rotineiramente no Hospital da Força Pública, em Belo Horizonte, decorrente da hostilidade e precariedade presentes no cenário em que foi obrigado a atender e operar.

A atuação é destacada justamente por ter sido realizada de maneira abnegada e eficiente, mesmo sem a existência completa de recursos necessários, comprovada por dados que demonstram a quantidade de combatentes assistidos pelo médico mineiro, durante o tempo em que permaneceu na região do conflito, considerado como a grande novidade naquela batalha, decorrente da segurança e dos bons cuidados médicos, nas palavras de um dos biógrafos, Affonso Heliodoro.

Na História da Polícia Militar de Minas Gerais, à época dos acontecimentos conhecida como Força Pública, a referência de Juscelino como membro dessa Corporação parece sempre remontar à participação na Revolução Constitucionalista de 1932, em obras publicadas pela instituição, como a produzida pelos alunos do Curso de Formação de Soldados³, ligadas a ela ou de autores independentes, nas quais há destaque para a contribuição à combatividade das tropas mineiras empregadas no front. Ressalta-se a concessão anual da Medalha JK, concedida pelo Governo de Minas, destinada a civis e militares, que contribuem para o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridos.

A trajetória de Juscelino na Mantiqueira rendeu a ele alcunha de bisturi de ouro pela instituição, além da nomeação do Hospital da Polícia Militar como Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira. Apesar do cirurgião-médico ter alcançado o posto de coronel, mais um dos indícios da importância e reconhecimento, a atuação no Túnel foi seguida do início da trajetória política, em 1933, após a nomeação como chefe de gabinete de Benedito Valadares, interventor de Getúlio Vargas, nas Minas Gerais.

O artigo pode servir de referência, portanto, para estudos posteriores acerca da participação de Getúlio como médico das tropas mineiras, além da possibilidade da relação entre esta atuação e o início da vida política, que resultaria no alcance da Presidência da República, na década de 50.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Gustavo de Freitas. **1932: quando São Paulo foi à luta**. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/adj/article/download/1033/1045/> Acesso em 03 de novembro de 2018.

ARRUDA, Lauro. **Juscelino Kubitschek (JK): o médico que virou Presidente da República**. Disponível em: <https://www.hospitaldocoracao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/juscelino-kubitschek.pdf/> Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

BOJUNGA, Cláudio. **O artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 800 p.

BRASIL. Decreto nº. 13398, de 11 de novembro de 1930. **Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1930.

³ POLICIAIS militares protagonistas da História. Belo Horizonte: O lutador, 2016, 250 p.

CAPELATO, Maria Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 89 p.

COHEN, Marleine. **JK**. São Paulo: Globo, 2006, 111 p.

COTTA, Francis Albert. **Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006, 168 p.

DONATO, Hernâni. **História da Revolução de 32**. São Paulo: IBRASA, 2002, 153 p.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 16 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2010, 82 p.

FONSECA, Sherloma Starlet. **Memórias de um constitucionalista: Paulo Duarte e a Guerra Civil de 1932**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Revolução de 32: a fotografia e a política**. Rio de Janeiro, 1982, 62p.

HELIODORO, Afonso. **JK: exemplo e desafio**. 2 ed., rev. e aumentada. Brasília: Thesaurus, 2005, 282p.

MARCO FILHO, Luiz de. **História Militar da PMMG**. 7. ed. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação – PMMG, 2005, 151 p.

MARQUES, Rita de Cássia. JK, de médico a político. In: _____. **JK: o estadista da modernidade, 1902 – 2002**. Belo Horizonte: CEMIG, 2002. Não paginado.

MAYRINK, Geraldo. **Os grandes líderes: Juscelino**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, 112 p.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Boletim n. 1**. Belo Horizonte, 1932.

NUNES, Vanessa. **Revolução Constitucionalista de 1932: articulações de um movimento**. 2005. 27 f. Artigo (Pós-graduação em História: sociedade e cultura brasileira) – Universidade Paranaense, Cascavel, 2005.

POLICIAIS militares protagonistas da História. Belo Horizonte: O lutador, 2016, 250 p.

RODRIGUES, João Paulo. **O levante “constitucionalista” de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932 – 1943)**. 2009. 349 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

SANTOS, Edmundo Lery. **Movimento de 9 de julho de 1932**. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1933, 306 p.

SOARES, Júlio César Fidelis. **Calibre 32: Resende em armas**. Disponível em: <<https://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/CALIBRE32.pdf/>> Acesso em: 02 de novembro de 2018.

Reações da Marinha do Brasil em face aos ataques dos submarinos alemães na Segunda Guerra Mundial

Albertini Luiz de Souza Rodrigues¹

Resumo

Este trabalho analisa as medidas adotadas pela Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial, evidenciando o uso dos submarinos pelos dois principais oponentes do conflito na campanha do Atlântico, EUA e Alemanha, e destaca os casos de torpedeamentos dos navios brasileiros tanto mercantes quanto navios de guerra, e informações pouco exploradas dos equipamentos utilizados na guerra antissubmarina, com ênfase nos relatos de alguns sobreviventes brasileiros a esses ataques de submarinos, explicitando assim as reações da Marinha do Brasil.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; torpedeamentos; guerra antissubmarina

Introdução

Uma vez formalmente na guerra, a aliança militar com os Estados Unidos foi a maior garantia para a continuidade do comércio naval brasileiro, inclusive de cabotagem, em face dos ataques desferidos pelos submarinos do Eixo aos navios mercantes do Brasil... (Alves, 2005, p. 9)

A entrada do Brasil nas duas grandes Guerras Mundiais ocorreu praticamente pelas mesmas razões. Primeiro, havia dificuldade de o país se manter independente das conjunturas experimentadas pelas principais potências. Depois, navios mercantes brasileiros foram atacados pela Alemanha. Apesar da neutralidade brasileira no início de ambos os conflitos, sua participação na Segunda Guerra Mundial foi extremamente importante para o desenvolvimento da Marinha.

A neutralidade do Brasil em ambas as guerras foi inicialmente contida, porém existia uma certa simpatia pelos Aliados desde a Primeira Guerra Mundial, que foi conhecida como “a guerra para acabar com todas as guerras”, mas apenas serviu para começar os piores conflitos. A esquadra

¹ Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval.

brasileira tinha dois encouraçados tipo *dreadnought*, o *Minas Gerais* e o *São Paulo*, e dois cruzadores tipo *scouts*, o *Rio Grande do Sul* e o *Bahia*, que sofreram sérios danos na Segunda Guerra Mundial. De acordo com os dados do livro *Uma História de Guerras Navais*, de William Carmo Cesar (2013, p. 347), o Brasil teve 30 navios mercantes afundados, resultando no final do conflito um total de 1458 mortos e desaparecidos.

Tendo em vista a importância da entrada do Brasil nas duas Guerras Mundiais para a Marinha do Brasil, os objetivos do estudo desse artigo primeiramente referem-se à estratégia submarina empregada pela Alemanha, a uma análise da estratégia usada pelos norte-americanos para combater os *U-BOATS*, enfatizando seus meios de detecção, e ainda a campanha submarina executada por eles. Com isso, serão apresentados casos de ataques de submarinos aos navios mercantes brasileiros, as reações da população e da Marinha do Brasil diante dos ataques de submarinos. Da mesma forma que a população não sabia e nunca havia visto um submarino, a esquadra também desconhecia os pormenores da ação desse meio naval. Assim, será observado um certo despreparo brasileiro no combate, apesar do apoio fornecido pelos EUA.

A estratégia submarina alemã

Os submarinos alemães foram usados inicialmente na invasão à Noruega (1ª GM), visando ao ataque do Tráfego Marítimo Britânico, porém ocorreu uma mudança estratégica na Segunda Guerra Mundial, pois os submarinos tornaram-se a principal arma alemã, e segundo Emerson Santiago:

A estratégia envolvendo os submarinos alemães era chamada de Alcateia de Lobos, na qual os submarinos alemães faziam um cerco aos comboios que trafegavam no Atlântico Norte. O investimento da Alemanha nazista nos *U-BOATS* visava o enfraquecimento do Reino Unido, sempre com sua poderosa marinha, que ainda à época não tinha equivalente nos mares.

A experiência submarina alemã foi antecipada em relação aos norte-americanos, que tinham o objetivo de apoiar os navios da esquadra, diferente do objetivo da *Kriegsmarine*, que consistia em neutralizar as linhas de comunicações e acabar com seus suprimentos. Desta vez, o foco alemão não era utilizar a *Blietzkrieg*, visto que a URSS não estava sendo derrotada de forma rápida, logo a melhor maneira de combater os Aliados era usar a guerra de corso que visava atacar os navios mercantes com seus *U-BOATS*.

Apesar da experiência com *U-BOATS* que os alemães obtiveram na primeira batalha do Atlântico em 1917, o fator tecnológico ainda era considerado um problema para eles, pois segundo Carlos Norberto Stumpf Bento (2015, p. 45), não havia investimento em tecnologia marítima. Além disso,

seus estaleiros e bases foram bombardeados pelo inimigo, o que fez com que seu desenvolvimento não tivesse o melhor aperfeiçoamento dos submarinos utilizados, ou seja, não puderam obter total aproveitamento dos recursos disponíveis.

O legado ou ensinamentos deixados com os erros da Primeira Guerra Mundial foi a única forma que eles enxergavam de derrotar os Aliados, separando-os para que eles não pudessem de forma alguma unir seus recursos, de modo a forçar o inimigo a se desmobilizar.

A estratégia alemã adotada, segundo Victor Tempone, era vista da seguinte forma: “A batalha a travar-se contra o comércio naval aliado tinha função estratégica tanto ofensiva como defensiva.” (Tempone, 2014, p. 91). Logo, a função estratégica era ofensiva, pois visava cortar as linhas de comunicações marítimas dos britânicos com seus suprimentos e defensiva, porque evitava que os navios mercantes remanescentes dos ataques se dividissem em mais de uma linha, obrigando a força alemã mudar o princípio de guerra da concentração.

A partir do argumento mencionado, denota-se que a *Kriegsmarine* não queria que seus inimigos se dividissem, queria isolá-los e desse modo combatê-los e surpreendê-los de forma mais audaciosa e eficaz utilizando ataques surpresas e evitando criar oportunidades aos norte-americanos de dividirem a força alemã através de alguma operação.

A primeira tática de ataque com submarinos foi criada pelo Almirante Karl Dönitz, comandante-em-chefe de submarinos, conhecida como *Rudeltaktik*, que segundo Pulsy (2018):

Essas táticas consistiam em uma curva côncava de submarinos estendidos através das rotas conhecidas ou suspeitas de uso pelos comboios Aliados. Nestas operações, diversos submarinos saíam em patrulha pelo oceano. Assim que uma embarcação aliada fosse detectada, esta era perseguida discretamente, e o “Comandante de Submarinos” (em alemão: *Befehlshaber der Unterseeboote/BdU*), era informado sobre a sua localização. Com a localização do comboio, era planejada uma operação de ataque, onde eram reunidos o maior número possível de submarinos, a partir da localização diária que estes passavam ao Alto Comando da Marinha Alemã.

Logo, é observado que essa tática gerou perdas para o lado dos Aliados, e causou pânico em Winston Churchill, e segundo Kennedy (2014, p. 49): “O total de perdas de remessas dos Aliados, que tinha subido de 750 mil toneladas em 1939 para a assustadora quantidade de 3,9 milhões de toneladas em 1940, subiu de para 4,3 milhões em 1941 e depois voltou a subir em 1942”. Com isso, denota-se que o início da Batalha do Atlântico foi muito favorável ao Eixo e causou muitas perdas aos Aliados.

A estratégia antissubmarina norte-americana

O segundo objetivo deste estudo é verificar a estratégia usada pelos norte-americanos para combater os submarinos não só da Alemanha, mas do Japão também, pois os estudos dos norte-americanos se intensificaram principalmente após o ataque à Pearl Harbor.

O conhecimento sobre guerra antissubmarina já era dominado pelos ingleses, os quais tiveram a iniciativa de instalar seus equipamentos de detecção em seus navios e submarinos, cujo foco destes era apoiar os navios de sua esquadra. Além disso, os navios britânicos se organizavam em comboios, pois já tinham sido usados na Primeira Guerra Mundial, para proteger os navios com seus suprimentos, através de navios-escoltas. A formação dos comboios era da seguinte forma:

incorporados de 50 a 60 mercantes, agrupados em 9 a 12 colunas espaçadas de 600 a mil jardas (2 mil jardas correspondem a uma milha marítima ou 1852 metros). Em cada coluna os navios mantinham-se distanciados de 400 a 600 jardas um do outro. Assim, o trem apresentava uma frente de quatro milhas (cerca de sete quilômetros) e uma profundidade de uma milha e sete décimos (cerca de três quilômetros) (Saldanha et al 1985, p. 331).

É possível observar a complexidade das manobras e a responsabilidade que era atribuída ao comandante da escolta que devia prover pela segurança de vários mercantes durante sua rota, e a comunicação entre eles eram realizadas por meio visual com apoio de bandeiras e holofotes, além da fonia.

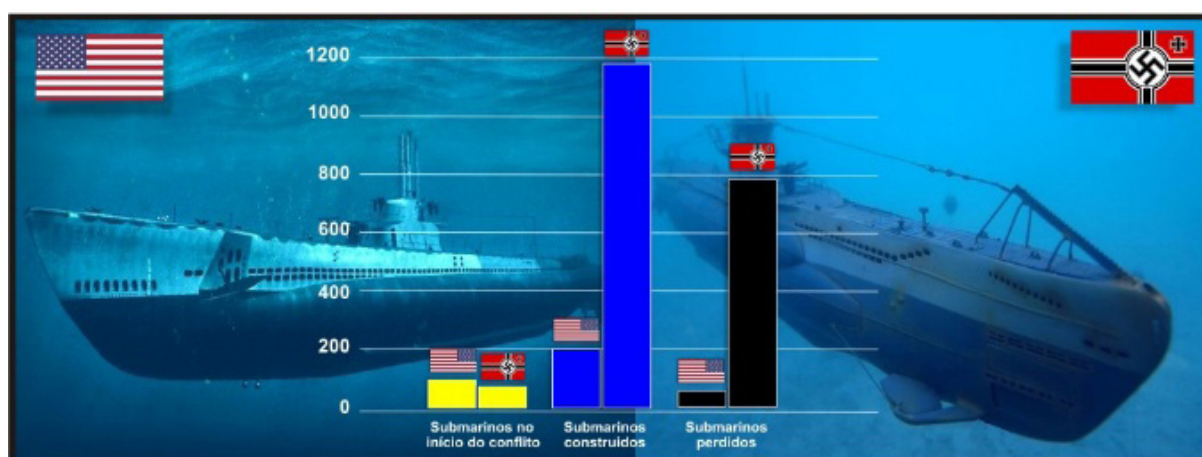
Contudo, o que mais auxiliou os ingleses a detectar um submarino foi o sonar, o qual era instalado na quilha do navio emitindo um pulso sonoro, que ao encontrar um obstáculo na sua trajetória, era absorvido parte do pulso e o restante era devolvido em um eco para o receptor, calculando sua distância. Inicialmente, o aparelho foi chamado de ASDIC (Anti-Submarine Detection Investigation Commission) e atuava em um raio de ação de 1800 a 3200 metros.

Além disso, em 1941, o radar foi o equipamento de detecção na superfície instalado nos navios que auxiliou a navegação em baixa visibilidade dos comboios e também proporcionou uma visão mais ampla das formaturas, principalmente na mudança de posto. O radar evoluiu tanto que o submarino não conseguia mais se esconder dos Caça-submarinos, pois o aparelho já era capacitado para detectar o tubo de escape, que fazia uma ligação do interior do submarino com o exterior para retirar água, isto de acordo com Sander (2007, p. 153): “Eles criaram também um aparelho capaz de localizar os submarinos pelos sinais das suas próprias emissões de rádio. O sistema foi guardado a sete chaves e, mesmo que alemães tenham desconfiado da existência dele, nunca deixaram de se comunicar através do rádio.”

Percebe-se que os investimentos em armamentos dos Aliados também foi algo que os destacaram na sua guerra antissubmarina, pois além das inovações citadas anteriormente, foram criadas

as bombas de profundidade e bombas foguete e as metralhadoras .30 e .50 nos aviões da Marinha dos EUA, os quais tornaram-se inovadores devido aos planos de coberturas feitos para proteger os comboios. Porém, no momento em que sua presença era percebida pelos alemães, eles já suspeitavam da existência de comboios próximos. Quando um submarino era visto por essas aeronaves eles eram atacados por metralhadoras e bombas, e sua posição de submersão era marcada com sinais de fumaça e localizado através dos sonares especiais instalados nos aviões. Considerando os planejamentos britânicos por Carlos Norberto Stumpf Bento (2015, p. 43), pode-se inferir que: “A estratégia naval britânica era fundamentada no bloqueio à distância da esquadra alemã, visando à manutenção do domínio do Mar do Norte, onde tinha forças navais superiores e contava com o apoio de sua Força Aérea (RAF - Royal Air Force).” Portanto, a partir do estudo feito, nota-se que os avanços tecnológicos dos norte-americanos foram bem superiores aos avanços da Kriegsmarine, devido ao fato da preocupação da qualidade de seus equipamentos em oposição à quantidade, utilizando seus recursos da melhor forma possível, sendo mais eficiente, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: construção e perda de submarinos norte-americanos



Fonte: Revista Villegagnon nº10, 2015 (Carlos Norberto Stumpf Bento).

De acordo com o gráfico acima, pode-se observar o quanto os nazistas intensificaram a construção de submarinos na Segunda Guerra Mundial em relação ao início, tornando-os a principal arma usada nos confrontos, diminuindo sua esquadra de superfície. Porém, o resultado não foi favorável aos alemães, que sofreram muito mais perdas de suas belonaves do que seus inimigos, devido a falta de inovações tecnológicas, que foi mencionada anteriormente. Dessa forma, já existia uma experiência sobre a guerra antissubmarina pelos norte-americanos, e com isso eles conseguiram uma maior confiança nos combates da Segunda Guerra, não somente em seus novos equipamentos mas também em seus combatentes.

Contudo, além da inovação tecnológica foi incrementada uma característica importante, a qual se refere a motivação, denominada pelo autor Paul Kennedy de “cultura de encorajamento”, que influenciou os Aliados a realizarem uma reviravolta na Batalha do Atlântico:

Os sistemas bem sucedidos alcançaram êxito porque eram dotados de feedbacks mais inteligentes entre os níveis superior, intermediário e inferior, porque estimulavam iniciativa, inovação e criatividade, e porque encorajavam os solucionadores de problemas a ir à luta, encarando e resolvendo grandes questões extremamente complexas. (Kennedy, 2014, p. 420)

Logo, é perceptível que além do aprimoramento tecnológico, os Aliados aprimoravam também seu psicológico, mediante um pensamento positivo que não permitia que o medo da guerra prejudicasse o desempenho dos militares.

Os ataques dos submarinos no Brasil e suas reações

Em 1941, o navio mercante *Taubaté* foi agredido por um navio alemão, devido ao bloqueio feito pela Alemanha a alguns países, como o Brasil. Essa foi a primeira grande agressão aos brasileiros, embora o navio não tenha sido afundado. Neste mesmo ano, foi criado o Comando Naval do Amazonas, ao qual deviam juntar-se os Comandos Navais de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro, posteriormente designados respectivamente Comandos Navais do Norte, do Nordeste, do Leste e do Centro.

O início de 1942 foi considerado o auge das ofensivas submarinas, pois nesse período os *U-BOATS* colocaram a pique mais de 300 navios Aliados no Atlântico Norte. Porém, o aprimoramento da estratégia norte-americana descrito no item anterior, fez com que os alemães fossem buscar alvos no Atlântico Sul, pois sabiam que eles ainda não possuíam conhecimentos de guerra antissubmarina. Isso impactou nas costas brasileiras, apesar do comércio dessa região não ser tão intenso. Não havia preparo por parte da Marinha do Brasil antes de ser declarada a guerra. Ela apenas possuía os meios como contratorpedeiros, submarinos, entre outros, mas não tinha o conhecimento e recursos adequados para utilizá-los de forma eficiente, ou seja, com poucos submarinos afundaram uma grande quantidade de navios.

O comprometimento brasileiro com o esforço de guerra norte-americano era, em 1942, realmente considerável. O Brasil comprometera-se, por meio de tratados, a fornecer uma variada gama de produtos estrategicamente imprescindíveis à indústria e à mobilização militar norte-americana. (Tempone, 2014, p. 94)

Logo, o território brasileiro começa a ser visto pelo Reich como um local estratégico dos Aliados, pelo motivo de o Brasil ter a maior frota mercante da região, porém, a sua declaração de guerra deveu-se a alguns motivos como o afundamento dos navios mercantes *Cabedelo*, *Buarque* e *Olinda* respectivamente e à ordem de 4 de julho de destruir os navios mercantes que estivessem armados. É válido ressaltar que o Brasil naquela época era extremamente dependente de recursos bélicos dos EUA, que não só forneciam material, mas pessoal qualificado a operar as armas também, iniciando a mobilização da Marinha Mercante. Há de se destacar, também, que Getúlio Vargas apoiou bastante a modernização dos meios navais, só que a relação com os EUA não era tão benéfica para o Brasil devido a determinados entraves que os norte-americanos fizeram, pois, segundo Seifentus (2003, p. 49 apud Oliveira, 2011) sobre a posição norte-americana:

consistia em manter a América Latina distante da corrida armamentista. Se as vantagens de manter os países latinos longe de armamentos eram evidentes, seus inconvenientes também eram, pois era incompreensível que os Estados Unidos, ao mesmo tempo que pregavam a necessidade de uma defesa coletiva continental, se recusassem a conceder aos países latino-norte-americanos os meios técnicos e financeiros para concretizá-la.

Os navios que estavam sendo armados procuravam se igualar ao máximo seus armamentos com os norte-americanos, de acordo com Leôncio Martins et al (1985, p. 340)

Em todos eles foram executadas obras complementares, que variaram muito de navio para navio, incluindo desmagnetização, calibragem e compensação das agulhas, instalação de plataformas para canhões e metralhadoras de paióis e cofres de munição, de telefones magnéticos, chave mestra para desligar a estação rádio do passadiço, redução total das luzes externas, dos camarotes e salões, sinais de alarme geral, alojamento para as guarnições dos canhões, cesto de gávea para vigilância e luzes para a navegação de comboios.

Com a ordem dada em 1942, o litoral brasileiro tornava-se um novo alvo e o submarino que tornou um inferno as águas brasileiras, o U-507, comandado pelo capitão de corveta Harro Schacht, que em 7 de agosto recebeu permissão para atuar nas costas brasileiras, começou seu histórico um pouco antes afundando outros navios antes de atacar o navio *Baependy* e o *Araquara*, em Sergipe no dia 16 de agosto. É válido ressaltar que os sobreviventes de alguns dos afundamentos ficaram vários dias naufragados. O militar Milton Fernandes da Silva, piloto do *Araquara*, ficou à deriva boiando apoiado junto a um pedaço de toldo, acompanhando seus amigos, que estavam abalados psicologicamente, e enxergando alucinações em alto mar, segundo o relato feito por ele sobre Esmerino Siqueira, outro tripulante:

o moço de bordo pediu café. Percebi que não estava com o juízo perfeito e procurei acalmá-lo, fazendo ver que era impossível atender ao seu pedido. Retorquiu-me que

ouvira bater a campã, e, pois, estava na hora de tomar café com pão. Que lhe desse, ao menos, pão com farinha. Molhando a mão na água salgada, passeia-a pela sua cabeça e pedi-lhe que dormisse. Foi tudo inútil. O homem levantou-se e quis agarrar a garganta do tenente, já louco. Então, eu e o maquinista, empregando a força, conseguimos impedir que segurasse o tenente, que se achava inerte. Então, o moço atirou-se ao mar, dirigindo-me, antes, as seguintes palavras: “Já que não me quer dar comida, vou-me embora” (Cândido, 2003, p. 61).

A partir do parágrafo e informações mencionadas, observa-se que a guerra submarina de Sergipe foi considerada uma tragédia, que se estendeu até o litoral da Bahia, afundando outros navios brasileiros como o *Itagiba*, *Arará* e *Jaciba*. Esse grande massacre no mar gerou uma revolta muito grande nos brasileiros, principalmente aos moradores de Sergipe, que começaram a incentivar o conflito contra os alemães. De acordo com o *Correio de Aracaju*:

Dentro de uma perspectiva comparativa, há diferenciações significativas nos dois lugares costeiros atacados pelo U-507. Em Sergipe, os ataques ocorreram sob o manto da noite e muitos naufragos não perceberam que se tratava de um torpedeamento. À deriva, eles tiveram que contar com a própria sorte ou com o auxílio de outros sobreviventes para seguir viagem a bordo de baleeiras, pedaço de madeira, toldo, etc. Não houve socorro às vítimas em mar aberto, as autoridades locais deram assistência somente aos que conseguiram chegar às praias. Enquanto que na Bahia, os ataques ocorreram à luz do dia e a tripulação do *Itagiba* sofreu um “duplo naufrágio”, primeiro do seu navio torpedeado e depois do *Arará*, quando este os recolhia da água. Os naufragos dessas duas embarcações foram resgatados pelo iate sergipano *Aragipe*. O afundamento da barcaça *Jacira* também foi emblemático, pois estendeu os riscos da guerra marítima aos barqueiros e pescadores. (Aracaju-SE, 18 de agosto de 1942, p.1, apud Luiz Antônio Pinto Cruz, 2007, p. 3).

É válido afirmar que esses dois navios (*Itagiba* e *Arará*) sofreram ataques devido a suas cargas possuírem borracha que estava destinada aos EUA. Walderez Cavalcante, sobrevivente do *Itagiba*, foi encontrada boiando em uma caixa de leite condensado na Bahia, e sua imagem dramática foi usada como exemplo da crueldade nazista por Getúlio Vargas, publicando sua imagem nos jornais, tornando-a um símbolo e uma vítima simultaneamente. Em sua entrevista ao *Jornal Diário de S.Paulo*, em 27/03/2011 ela comentou sobre algumas lembranças quando estava com seu pai, no ocorrido:

Nós entramos numa baleeira. E essa baleeira foi lançada ao mar. Só que, quando o navio adernou, o mastro do navio caiu em cima da baleeira e partiu-a pelo meio. Meu pai desceu enrolado nos fios da telegrafia. Só subiu porque trazia uma faca na cintura e conseguiu cortar os fios. E o pessoal da baleeira me botou numa caixa de leite condensado da Nestlé, vazia, e me disse: “segure, não solte.” (Monteiro, 2012, p. 49)

Portanto, os ataques dos submarinos nazistas não tinham a função de impactar apenas os navios mercantes, mas também causar pânico, a fim de amedrontar não só a população, mas também os militares. Tal característica também é visível em suas aeronaves, que possuem um motor que faz um som mais alto que os demais, provocando medo em seus alvos, e que foi observado nos ataques nas praias de Dunquerque e no ataque aéreo à Pearl Harbor. Porém, a batalha contra um submarino era “invisível”, e apesar de a maioria dos sergipanos nunca testemunharem um naufrágio, a história dos náufragos sobreviventes espalhava-se, assustando a todos.

Tabela 1

Os navios brasileiros atacados por submarinos do Eixo					
	Data	Navio	Tonelagem	Mortos	Agressor
1	22/3/1941	Taubaté (*)	5.099	1	Ataque aéreo (Alemanha)
2	15/2/1942	Buarque	5.152	1	U-432 (Alemanha)
3	18/2/1942	Olinda	4.085	0	U-432 (Alemanha)
4	25/2/1942	Cabedelo	3.557	54	Da Vinci (Itália)
5	7/3/1942	Arabutan	7.874	1	U-155 (Alemanha)
6	8/3/1942	Cairu	5.152	53	U-94 (Alemanha)
7	1/5/1942	Parnaíba	6.692	7	U-162 (Alemanha)
8	18/5/1942	Comandante Lira (*)	5.052	2	Barbarigo (Itália)
9	24/5/1942	Gonçalves Dias	4.996	6	U-502 (Alemanha)
10	1/6/1942	Alegrete	5.970	0	U-156 (Alemanha)
11	5/6/1942	Paracuri	265	n/d	U-159 (Alemanha)
12	26/6/1942	Pedrinhas	3.666	0	U-203 (Alemanha)
13	26/7/1942	Tamandaré	4.942	4	U-66 (Alemanha)
14	28/7/1942	Barbacena	4.772	6	U-155 (Alemanha)
15	28/7/1942	Piave	2.347	1	U-155 (Alemanha)
16	15/8/1942	Baependy	4.801	270	U-507 (Alemanha)
17	15/8/1942	Araraquara	4.871	131	U-507 (Alemanha)
18	16/8/1942	Aníbal Benévolo	1.905	150	U-507 (Alemanha)
19	17/8/1942	Itagiba	2.169	36	U-507 (Alemanha)
20	17/8/1942	Arará	1.075	20	U-507 (Alemanha)
21	19/8/1942	Jacira	89	0	U-507 (Alemanha)
22	28/9/1942	Osório	2.730	5	U-514 (Alemanha)
23	28/9/1942	Lages	5.472	3	U-514 (Alemanha)
24	28/9/1942	Antonico	1.223	16	U-516 (Alemanha)
25	3/11/1942	Porto Alegre	5.187	1	U-504 (Alemanha)
26	22/11/1942	Apalóide	3.766	5	U-163 (Alemanha)
27	18/2/1943	Brasilóide	6.075	0	U-518 (Alemanha)
28	2/3/1943	Afonso Pena	3.540	125	Barbarigo (Itália)
29	1/7/1943	Tutóia	1.125	7	U-513 (Alemanha)
30	4/7/1943	Pelotaslóide	5.228	5	U-590 (Alemanha)
31	22/7/1943	Shangri-lá	20	10	U-199 (Alemanha)
32	31/7/1943	Bagé	8.235	28	U-185 (Alemanha)
33	26/9/1943	Itapagé	4.998	22	U-161 (Alemanha)
34	23/10/1943	Campos	4.663	12	U-170 (Alemanha)
35	19/7/1944	Vital de Oliveira	1.737	99	U-861 (Alemanha)

Fonte: U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial, Monteiro, 2012, p. 234.

Como é observado na tabela acima, dos 35 navios que foram atacados, o submarino U-507 foi o responsável por atacar seis deles, totalizando 607 mortos, sendo uma quantidade muito superior aos outros submarinos, e essa quantidade só não foi maior devido a ação dos comboios, que protegiam os navios. Segundo o artigo de João Pinto Cruz, ele afirma sobre uma visão diferente dos submarinos pelo povo e pelos militares: “Ao entrevistar os antigos homens costeiros, percebe-se distinção entre o conceito militar de “submarino” e o apreendido pelo mundo social, entre o significado

de “torpedeamento” e os múltiplos signos reinventados por uma cidade amedrontada” (Cruz, 2012, p. 88), porém não havia tanta distinção assim, pois não só as histórias de um povo apavorado com esses ataques propagaram o medo no Brasil, mas as propagandas de Getúlio Vargas sobre o horror dos ataques também causaram isso, inclusive nas Forças Armadas brasileiras, que foi bastante considerável como algo que criava um receio de entrar na guerra, pois não havia o preparo adequado devido a falta de conhecimentos sobre o oponente, além da falta de recursos.

Figura 2

<p>A GUERRA SUBMARINA IRRESTRICTA</p> <p>Até agora foram afundados 252 navios mercantes de diversas nacionalidades</p> <p>Amsterdã, 3 (U. P.) — (Agência norte-americana) — Segundo estatísticas do "Handelsblad", até agora, já foram postos a pique na guerra duzentos e cinquenta e dois navios mercantes de diversas nacionalidades, num total de novecentos e sessenta mil e doze toneladas brutas, ou seja, onze e três oitavos por cento da tonelagem mundial.</p> <p>A estatística discrimina e afundamento de cento e vinte e um navios ingleses, num total de quatrocentas e cinquenta e seis mil cento e vinte e nove toneladas, ou seja, dois e meio por cento da tonelagem inglesa; vinte e cinco navios alemães, com cento e cinquenta e três mil trezentas e quatorze toneladas, ou seja, um e três oitavos por cento da tonelagem alemã; vinte e cinco navios noruegueses, com sessenta e oito mil quinhentas e sessenta e seis toneladas, ou seja, um e três oitavos por cento da tonelagem da Noruega; dezenove navios suecos, com trinta e quatro mil seiscentas e vinte e sete toneladas, ou seja dois por cento da tonelagem do país; treze navios franceses, com sessenta e três mil cento e trinta e seis toneladas, ou seja dois por cento da tonelagem francesa; dez navios dinamarqueses, com vinte e quatro mil setecentas e trinta e três toneladas, ou seja, dois por cento do total da Dinamarca; nove navios gregos, com quarenta e dois mil trezentas e oitenta e três toneladas, ou seja, dois e meio por cento da tonelagem da Grécia; e nove navios holandeses, com trinta e nove mil oitocentas e noventa e sete toneladas, representando um e trez por cento do total de tonelagem da frota mercante da Holanda.</p>	<p>Importância é a estrada, a única que existe nesta região, que corre entre Petsamo e o sul da Finlândia. Parte dessa estrada, que atravessa a terra de ninguém, foi recentemente minada pelos finlandeses e é dominada pela artilharia ligeira e canhões antitanques do exército do país agressor.</p> <p>A fronteira norueguesa, que se encontra a cerca de cem metros da estrada arctica occidental, está formada nessa região pelo rio Paatal ou Pasviki. As tropas fronteiriças norueguesas foram reforçadas consideravelmente durante os últimos dias. Ainda não houve movimentos dessas tropas mas de acordo com notícias colhidas em Oslo as autoridades norueguesas teriam tido conhecimento de varias violações da fronteira do país por aviões soviéticos, afirmando-se que inqueritos estão sendo levados a cabo para que se saiba com exactidão os pontos em que teriam havido violações de forma a poder o governo dar oficialmente passos diplomaticos. Da Suécia continuam a seguir voluntarios para a Finlândia. Esses contingentes de voluntarios foram constituídos de homens de 18 a 55 annos de idade, pertencentes a todas as classes sociais, predominando o elemento operario. Ao que se diz, ainda por estes dias novos corpos de voluntarios seguirão.</p> <p>Um comunicado finlandez do dia 1 dizia que no Isthmo de Karelia a artilharia inimiga havia bombardeado com violencia o trecho comprehendido entre Hatjalahtenjaervi e Muolaajaervi. Que a léste e nordéste do lado Ladoga o patrulhamento havia sido activo; que no sector de Petsamo aparelhos moscovitas haviam sobrevoado e lançado bombas em territorio noruegues; que em Salla os finlandezes haviam infligido sério revés a uma columna inimiga composta de doze automoveis e que, entre os ataques aereos dos russos, o mais importante abatera-se sobre Juveskylae matando 17 pessoas e ferindo muitas outras. A aviação finlandeza, a seu turno, effectuara varios vôos de reconhecimento e bombardeara as reastaguadas inimi-</p>	<p>cas.</p> <p>Não ha até agora, entretanto, o mais ligeiro indício de que as forças russas consigam bom êxito. Um official que regressa dos campos da luta ao norte do lago Ladoga diz que ficou profundamente impressionado ante o quadro que offerciam centenas de combatentes russos disseminados pelos bosques daquela região. Pela attitudo em que os surpreendeu a morte, disse, deprehende-se que a maior parte delles era de ligeiramente feridos e que pereceram congelados. Até agora não foi possível dar-lhes sepultura em meio á batalha. As pessimas condições atmosfericas reinante hoje nesta capital e na zona meridional do país, favorecem aos defensores, pois a falta de visibilidade impossibilita as incursões aereas dos russos. O forte vento misturado com os blocos de neve não permite nas ruas desta capital uma visão nitida a distancia superior a cem metros.</p> <p>As peças de artilharia russas de longo alcance lançaram hontem alguns projecteis sobre Villpuri. Fóra isso, porém, pode-se dizer que os atacantes suspenderam, no curso destes ultimos dias, o bombardeio methodico que caracterizou as jornadas anteriores. As autoridades annunciaram hoje a applicação de novas regulamentações tendentes á conservação dos artigos de primeira necessidade e do combustivel incluindo a eliminção do tradicional "smoergasbord", característico prato dos países nórdicos, que, á base dos mais variados fiambres, acompanha suas refeições. Em virtude disso, ordenou-se aos hotéis e restaurantes que sirvam comidas simples embora as proporções continuem sendo abundantes, pois na realidade não se nota escassez de viveres.</p> <p>Ordenou-se tambem aos proprietarios de casas de apartamentos que nos que estão desocupados seja mantida uma temperatura ligeiramente superior a 9 graus centigrados, embora nos occupados deva ser adequada ás necessidades da estação.</p> <p>SEM CONFIRMAÇÃO A RECAPTURA DE PETSAMO</p>
---	--	--

Fonte: Correio da manhã (RJ), Ano 1940/ Edição 13853, disponível no link: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Submarino&pasta=ano%20194>

Figura 3

Fonte: Carioca (RJ), Ano 1940/Edição 00266 (1) disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830259&pesq=Submarino%20Alem%C3%A3o&pasta=ano%20194>>

Como é observado nas figuras acima, as notícias dos jornais naquela época contavam e mostravam as tragédias causadas pelos submarinos, mas todos eles possuíam uma coisa em comum: não comentavam sobre o submarino e nem mostravam fotos, apenas era visto o título das notícias trágicas em negrito, e mesmo que isso fosse um pequeno detalhe, causava um impacto na sociedade e transmitia através da mídia uma certa preocupação a esses ataques tanto nacionais quanto internacionais, pois não se sabia se depois dos submarinos poderia ser criada uma outra arma mais perigosa, sendo que a arma atual do oponente ainda era desconhecida para os brasileiros.

Havia muitas manifestações nas cidades, porém, essa não foi a única razão para a entrada do Brasil na guerra, mas também, crescer suas relações no âmbito externo no período pós-guerra, pois acreditava-se que os norte-americanos venceriam a guerra e “dominariam” o mundo e todos que estivessem ao seu lado, seriam, portanto, “os novos donos do mundo”. Então, declarado oficialmente guerra contra Alemanha dia 31 de agosto por intermédio do decreto 10.358, a qual foi uma decisão tomada que demorou a ser decidida por Getúlio Vargas diante dos inúmeros afundamentos e perdas de vida, fato confirmado por Tempone (2004, p. 96) comparando com a rápida declaração de guerra do México contra os nazistas:

Ainda assim, podemos considerar a atitude do governo mexicano, se comparada a do brasileiro, Se alguma especificidade pode ser imputada à formalização da beligerância brasileira, esta não será, certamente, sua inesperada realização, mas sim sua longa procrastinação em face das reiteradas agressões perpetradas contra a navegação comercial do Brasil muito mais determinada e resoluta.

Com isso, o ataque dos submarinos passou rapidamente para a região do Golfo e do Caribe. No entanto, os motivos para Getúlio Vargas ter sido favorável ao lado dos Aliados se fez, principal-

mente devido a razões econômicas como foi dito anteriormente, mas essa aliança com o Brasil também era concorrida pela Alemanha, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2

Ano	Importação de:		Exportação para:	
	Estados Unidos	Alemanha	Estados Unidos	Alemanha
1933	21,2	12	46,7	8,1
1934	23,7	14	39,5	13,2
1935	23,4	20,4	38,9	16,5
1936	22,1	23,5	38,9	13,2
1937	23	23,9	36,2	17,1
1938	24,2	25	34,3	19,1

Fonte: Seifentus, 2003 apud *A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a importância da liderança em conflitos armados*, 2011, p. 49

O quadro apresentado mostra que, apesar de os EUA serem um grande exportador, a Alemanha aumentou seu papel de exportador do Brasil consideravelmente, tornando-o um dos principais parceiros comerciais, o que causou um receio nos norte-americanos de brasileiros se unirem à Itália, Japão e Alemanha, visto que o governo implantado por Vargas já era baseado no fascismo italiano. Com isso, os norte-americanos ofereceram uma colaboração econômica para Vargas, que de maneira astuta aproveitou o momento para conseguir vantagens de ambos os lados da guerra. Porém, os EUA ajudaram de maneira mais significativa com a modernização das Forças Armadas e criação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda causando um grande avanço no ramo industrial (Oliveira, 2011, p. 81).

Logo, foram incorporados a Marinha do Brasil os caça submarinos *Guaporé*, *Gurupuri* e *Juruá*, e navios hidrógrafos foram modernizados, e armados pelo acordo com os EUA chamado de Lend- Lease, que foi assinado antes, em 11 de março de 1941. Dessa forma, é criada a Força Naval do Nordeste em outubro de 1942, que de acordo com o livro *Introdução à História Marítima* (2006, p. 54): “A missão da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi patrulhar o Atlântico Sul e proteger os comboios de navios mercantes que trafegavam entre o Mar do Caribe e o nosso litoral sul contra a ação dos submarinos e navios corsários germânicos e italianos”.

Durante o período de guerras, os armamentos norte-americanos modernizaram navios como o Contratorpedeiros Marcílio Dias com armamentos definitivos, substituindo os canhões de 4,7 polegadas e, além disso, o Brasil aproveitou navios para pescas oceânicas que estavam quase sendo

finalizados, instalando equipamentos para combater os submarinos alemães. Além destes navios, também foram fabricados no Brasil dois caça-submarinos, da classe Rio Pardo, no Arsenal de Ilha das Cobras e na Organização Laje.

Contudo, a proteção da costa brasileira foi subsidiária para o Brasil, pois quem exercia a proteção primordial eram os norte-americanos, e essa proteção secundária foi possível somente pelos navios cedidos pelos norte-americanos, segundo Vagner Camilo Alves (2005, p. 11) “Um total de 24 embarcações foram cedidas pelos Estados Unidos ao Brasil, de fins de 1942 até princípios de 1945. Desse total, 16 eram pequenos navios do tipo caça-submarino, adequados primordialmente para o combate aos *U-BOATS* em águas costeiras...”. Apesar da influência dos EUA no Brasil, o preparo para o combate antissubmarino não era enfatizado, pois além desses estudos não terem sido o foco da Marinha americana, a mão de obra especializada para operar novos equipamentos norte-americanos fornecidos, não surge rapidamente. Leva bastante tempo para a sua preparação, ou seja, as aplicações do sonar nos navios brasileiros ainda era muito limitada e de acordo com Arthur Oscar Saldanha: “Tínhamos apenas saído de uma longa fase (que durara 30 anos) na qual a organização naval (e militar de uma maneira geral) havia sido relegada a um plano secundário, assistindo-se à deterioração progressiva do material adquirido antes da grande guerra”.

Logo, a principal função dos navios da MB era proteger o comboio, diferente dos navios norte-americanos, que possuíam condições de caçar e destruir os *U-BOATS*. A Marinha de Guerra brasileira sofreu perdas importantes. O primeiro navio de guerra afundado foi o Navio Auxiliar *Vital de Oliveira*, torpedeado pelos submarinos alemães, seguido de outros dois afundamentos não causados por ataques inimigos, como a Corveta *Camaquã*, que sofreu danos de um mau tempo que gerou uma alta instabilidade no mar. Por fim, houve também a explosão acidental na popa do Cruzador *Bahia*, que fazia o controle e apoio ao transporte aéreo das tropas americanas ao retorno a seu país nessa ocasião houve um acidente em um exercício de tiro na manhã do dia 4 de julho de 1945, (coincidentemente dia da independência dos EUA), pois no período deste desastre apesar da guerra contra os alemães ter chegado ao fim, ainda havia submarinos alemães remanescentes. Contudo, era notável uma diferença entre a Marinha do Nordeste e a Marinha do Rio de Janeiro, pois aquela tinha um grande apoio logístico da Quarta Esquadra dos EUA, comandada pelo Almirante Ingram, que agradeceu a participação dos brasileiros da Força Naval do Nordeste, em 1945.

Considerações finais

Em síntese, o objetivo deste trabalho foi apresentar as reações da Marinha do Brasil quando colocada sob pressão diante de um inimigo desconhecido (*U-BOAT*), apresentando suas semelhan-

ças com as reações do povo brasileiro, referente ao temor de uma ameaça “invisível”, considerando as estratégias submarinas usadas pelos norte-americanos e alemães, destacando também que a entrada do Brasil na guerra gerou mudanças significativas nas Forças Armadas Brasileiras. Logo, mostra-se a importância de obter inovações tecnológicas nos meios militares, principalmente nos meios navais.

Em princípio, foi analisada a estratégia usada pelos alemães com seus submarinos, que aprimoraram suas táticas desde a Primeira Guerra Mundial, tornando-se os piores inimigos não só dos Aliados mas do Brasil, também. Apesar de a Armada Brasileira ter encouraçados do tipo *Dreagnought* como *Minas Gerais* e o *São Paulo*, eles já eram muito ultrapassados em relação aos navios europeus e norte-americanos, e suas armas não tinham a capacidade de combater os submarinos do Eixo. A doutrina antissubmarino era baseada ainda nas situações que os veteranos de guerra aprenderam nas operações que a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) realizou em 1918 (Bittencourt et al, 2006, p. 135).

Dessa forma, denota-se a ação de Vargas em persuadir o povo brasileiro a entrar na guerra ao lado dos norte-americanos, criando um aumento do medo do desconhecido, colocando a criança que sobreviveu, Walderez Cavalcante, como símbolo de tragédia dos ataques dos nazistas.

Todavia, Vargas tinha interesse em desenvolver o Brasil com o apoio norte-americano, enxergando a guerra como uma oportunidade. Contudo apesar da grande influência que os norte-americanos exerceram na nação brasileira, auxiliando na parte de armamentos e equipamentos, eles não passaram algo primordial, como a confiança para os brasileiros exercerem suas funções com esses novos equipamentos nos navios da Marinha do Brasil. Ou seja, faltou no Brasil a “cultura do encorajamento”, adotada pelos Aliados, pois poderia ter aumentado o desempenho dos marinheiros brasileiros, a fim de não permitir que o medo dos submarinos alemães devido à influência de propagandas os prejudicassem.

Além disso, é necessária uma formação que visa à qualidade e não à quantidade, e um treinamento bom não se faz apenas na teoria. É preciso praticar as técnicas aprendidas e também, com a falta de conhecimento e prática sobre como é combater um submarino em alto mar, e um curto período para os marinheiros brasileiros se adequarem a saber quais as táticas que são usadas pelo inimigo, foram motivos suficientes para que suas ações em proteger o território fossem subsidiárias. Pois para obter êxito em um combate é preciso conhecer tanto as próprias capacidades quanto as capacidades do inimigo, para não se surpreender com alguma ação ofensiva, tendo consciência psicológica necessária para não permitir um medo do desconhecido que se propague em toda a tripulação, prejudicando as confecções das fainas causando transtorno à missão.

Um legado deixado pela Segunda Guerra Mundial foi a tecnologia norte americana que auxiliou nas técnicas de combate antissubmarino, antes desconhecida, e implantou armamentos nos na-

vios mercantes, alinhando a doutrina naval brasileira com a norte-americana que incluiu o Brasil no contexto da corrida armamentista dos anos 60 junto com os EUA até início dos anos 70. De acordo com o livro *Introdução à História Marítima* (2006, p. 157) “Essa percepção só foi mudada a partir da denúncia, em 1977, do Acordo Militar assinado com esse país em 1952. Com esta denúncia, optamos por uma tecnologia relativamente autóctone”. Além disso, as duas Guerras Mundiais mostraram a grande dependência do Brasil ao Tráfego Marítimo para escoamento de seus produtos, tendo como principal alvo suas frotas mercantes. Contudo, o maior legado deixado para os marinheiros do Brasil na guerra antissubmarina foi a capacidade de se desenvolver tanto nas partes práticas com a utilização de novos equipamentos radar e armamentos norte-americanos, quanto na parte moral, pois testou a coragem dos homens do mar, pois o combate contra *U-BOATS* era desconhecido, e as forças armadas brasileiras tinham recursos insuficientes em relação aos demais.

Referências bibliográficas

ALVES, Vagner Camilo. **1 Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil- Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial**. 2005. 27 p. Artigo da Revista Brasileira de Política Internacional, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a06>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

ASSIS, Raquel Anne; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942**. Navigator Subsídios Para a História Marítima do Brasil.(ISSN:01001248) Rio de Janeiro, 2013.,p.59-68

BENTO, Carlos Norberto Stumpf. **As campanhas submarina alemã e norte-americana na Segunda Guerra Mundial**. 2015. 8 p. Artigo publicado na Revista Villegagnon nº10,2015 Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/00000f/00000f8e.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018

BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). **Introdução à História Marítima**. Rio de Janeiro: SDM, 2006.

CABRAL, Ricardo Pereira. **“O Atlântico, a defesa hemisférica e a Segunda Guerra Mundial”**, in TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Atlântico: A História de um Oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, especialmente pp. 418-427

CARIOCA (RJ) - 1935 a 1954. 00266. 1940. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830259&pesq=Submarino%20Alem%C3%A3o&pasta=ano%20194>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CESAR, William Carmo. **Uma História das Guerras Navais**. *O desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do Poder Naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013 (Capítulo ref. Participação do Brasil na Segunda Guerra).

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&PagFis=1&Pesq=Submarino>. Acesso em: 01 set. 2018

CRUZ, Luiz Antônio Pinto; ARAS, Lina Maria Brandão de. **A guerra submarina na costa sergipana (1942-1945)**. 2012. 16 p. Artigo publicadona revista Navigator N15, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig15/art/N15_art1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da; MARTINS, Hélio Leôncio. “Participação da Marinha Brasileira na Segunda Guerra Mundial: Técnicas e táticas Antissubmarino – Organização dos comboios”, in GAMA, Arthur Oscar Saldanha da; MARTINS, Hélio Leôncio (orgs). **História Naval Brasileira Quinto Volume Tomo II**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985. p. 330-434. (Vol. Quinto).

JÚNIOR, Ludolf Waldmann. **A construção naval durante a Segunda Guerra Mundial**. 2014. 13 p- Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

KENNEDY, Paul. **Engenheiros da vitória: Os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

OLIVEIRA, Gabriel Machado Borges de. **A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a importância da liderança em conflitos armados**. 2011. 95 p. Monografia de conclusão de curso (graduação). Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3430/3/20771317.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018

PORTO e ALBUQUERQUE, Antônio Luiz & FONSECA e SILVA, Leo. **Fatos da História Naval**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: SDM, 2006, pp. 142-145.

PULSY, Antônio Carlos. **Alemanha - 2ª Guerra Mundial: Rudeltatik, tática de ataque em bando - 1940**. 2018. Disponível em: <<http://selosdobrasil.forumeiros.com/t10115-alemanha-2-guerra-mundial-rudeltaktik-tatica-de-ataque-em-bando-1940>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 319 p.

SANTIAGO, Emerson. **U-BOATS - Submarinos Alemães**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/segunda-guerra/U-BOATS-submarinos-alemaes/>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

SANTOS, Marcelo Monteiro dos. **U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Salto, SP: Schoba, 2012.

TEMPONE, Vitor. “**A Batalha do Atlântico e o Brasil na Segunda Guerra Mundial**”, in Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, SDM, Vol. 9, Nº 18, 2014, pp. 80-102, especialmente pp. 92-100. Disponível em <http://www.revistanavigator.com.br/navig18/N18_index.html>

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. CAPA - REVISTA DA EGN**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 223-260, ago. 2016. ISSN 2359-3075. Disponível em: <<http://jmksistemas.com.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/182>>. Acesso em: 21 Ago. 2018

O Atlântico Sul e a Crise no Golfo da Guiné: desafios e oportunidades para o Brasil

Luiz Guilherme Oliveira Tosta Montez¹

Resumo

O Atlântico Sul e os países limítrofes da África Ocidental estão incluídos no entorno estratégico brasileiro, e encontram-se na região abrangida pela Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Entretanto, a crise de pirataria e de roubo armado no Golfo da Guiné vem ameaçando a paz nessa área, incentivando a atuação estrangeira para solucioná-la. Este artigo visa analisar quais desafios essa crise impõe ao Brasil e mostrar como uma atuação brasileira no referido cenário pode ser vantajosa para o país.

Palavras-chave: Atlântico Sul, Golfo da Guiné, ZOPACAS; pirataria; riquezas minerais.

Abstract

The South Atlantic and the bordering countries of West Africa are included in the strategic Brazilian environment, and are located in the region covered by the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS). However, the piracy and armed robbery crisis in the Gulf of Guinea has threatened peace in this area, encouraging foreign action to resolve it. This article aims to analyze what challenges this crisis imposes on Brazil and show how a Brazilian action in the referred scenario can be advantageous for the country.

Keywords: South Atlantic, Gulf of Guinea, ZOPACAS; piracy; mineral wealth.

¹ Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval.

Introdução

“O planejamento de ações destinadas à Defesa Nacional, a cargo do Estado, tem seu documento condicionante de mais alto nível na Política Nacional de Defesa, que estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa. O primeiro deles é a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial. Outros objetivos incluem (...) a contribuição para a paz e a segurança internacionais e a proteção dos interesses brasileiros nos diferentes níveis de projeção externa do País.”

(Estratégia Nacional de Defesa)

O Brasil tem sua formação estritamente conectada com o Oceano Atlântico. Através dele, navegadores portugueses lançaram-se às conquistas ultramarinas, a bordo de embarcações que representavam o que havia de mais moderno quanto à tecnologia naval do fim do século XV.

Com a colonização portuguesa, outro processo de primeira importância marcou a fazer parte da economia local. A mão-de-obra de negros africanos escravizados se tornou fundamental para o cultivo da cana-de-açúcar – principal riqueza da colônia de meados do século XVI ao início do século XVIII – os quais eram trazidos para a América portuguesa por meio do tráfico negreiro. Assim começava a ligação entre a África Ocidental e o Brasil, conectando seus povos e suas culturas, e alterando para sempre suas histórias.

O Atlântico Sul passava, então, a desempenhar um papel importantíssimo para a colônia. De acordo com Alberto da Costa e Silva, em seu livro “Um Rio chamado Atlântico”, a porção sul do Oceano Atlântico – por onde trafegavam os navios negreiros – passou a representar uma conexão entre os dois litorais. Os escravos transportados, bem como os negros que faziam parte das tripulações – em sua maioria ex-escravos – levavam não só sua força de trabalho, mas também notícias do outro lado do oceano, “o barco funcionando, portanto, como jornal e correio” (SILVA, 2003).

Com o passar da história, outros exemplos que demonstram a conexão entre o Brasil e a África Ocidental através do Atlântico Sul podem ser vistos. Foi uma força liderada por Salvador Correia de Sá e Benevides, então governador do Rio de Janeiro, e composta por grande número de índios e negros a responsável pela reconquista de São Paulo de Luanda, capital de Angola, frente aos holandeses em 1648. Já o tráfico negreiro com origem na margem Leste do referido mar e com destino à colônia portuguesa na margem Oeste se intensificou até o início do século XIX.

A partir da vinda da Coroa portuguesa para o Brasil em 1808, grandes pressões passaram a ser exercidas pela Inglaterra visando ao fim do tráfico negreiro. Essas pressões foram consolidadas em 1850, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós pelo Poder Legislativo do Império do Brasil, a qual proibia a entrada de escravos africanos no país.

As relações entre o Brasil e a África Ocidental se fortaleceram no cenário da Guerra Fria. A partir da independência dos Estados africanos – os quais encontravam-se sob domínio europeu desde a Conferência de Berlim, em 1885 – diversas tentativas de integração entre países sul-americanos e do Oeste da África foram feitas, e culminaram, em 1986, na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), única que obteve aprovação entre todos os países lindeiros desse mar.

Chegando ao cenário atual, é possível verificar que esse histórico de proximidade entre o Brasil e a África foi levado em consideração para a elaboração de uma política de defesa brasileira. Isso fica evidente nos principais documentos de defesa do país, como a Política Nacional de Defesa (PND), que inclui o Atlântico Sul e os Estados do Oeste africano no entorno estratégico brasileiro.

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países lindeiros da África, assim como a Antártica (BRASIL. PND, 2012).

Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; (...) a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (...) (BRASIL. PND, 2012).

Outros documentos que também contemplam essa região como estratégica para o Brasil são a Estratégia Nacional de Defesa (END), que prevê a atuação do Ministério da Defesa “na consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)” (END, 2012) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Ao renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul (BRASIL. LBDN, 2012).

Analisando os trechos em destaque, a importância dada pelo Brasil para o Atlântico Sul e para a ZOPACAS fica evidente. Porém, há uma particularidade quanto a essa organização, representada pela necessidade de sua consolidação, como indicado no segundo trecho da PND acima citado. Apesar de já possuir mais de 30 anos de existência, essa organização enfrenta grandes desafios para alcançar seus objetivos. Dentre eles está a crescente ameaça representada pela pirataria e pelo roubo armado no Golfo da Guiné, região onde estão localizados diversos de seus Estados membros. Soma-se a isso o crescente interesse de potências estrangeiras por esse golfo devido ao grande volume de riquezas minerais lá presentes.

O presente artigo tem a intenção de demonstrar como a ZOPACAS foi aceita pela comunidade internacional e pelos Estados membros através de uma comparação com tentativas fracassadas de

integração entre os Estados da América do Sul e da África Ocidental durante a Guerra Fria e o que é necessário para que esta organização possa superar as ameaças existentes para lograr êxito em seus objetivos. Com isso, verificar-se-á a necessidade de uma ação proativa por parte de seus integrantes, e a existência de uma grande oportunidade para o Brasil aproximar-se de algumas metas de suas relações exteriores.

Tentativas de integração no Atlântico Sul

Após a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1945, a hegemonia global passou a ser disputada por duas potências antagônicas: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Durante todo o período que ficou conhecido como Guerra Fria (1947 – 1991), ambas buscavam aumentar sua influência sobre outros Estados ao redor de todo o mundo, e essa disputa teve seu marco inicial na Europa do pós-guerra, que se encontrava completamente devastada pelo conflito. Em 1947, foi posta em prática pelos EUA a Doutrina Truman, com a finalidade de auxiliar na reestruturação de países do Oeste da Europa e, assim, aumentar a sua proximidade com esses Estados.

A partir dessa aproximação, surgiu a principal organização voltada para a área de segurança e defesa do mundo: a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Fundado em abril de 1949 pelo Tratado de Washington, a OTAN visava – e ainda visa – à proteção mútua de seus membros, através da cooperação na área de defesa e do princípio de plena assistência a qualquer membro que for vítima de um ataque armado – presente no artigo 5º do referido tratado.

As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma (...) prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

(Tratado de Washington, Art. 5º, 1949)

O Atlântico Norte passava, então, a ser regido por uma poderosa organização que possuía amplo domínio sobre a região. Enquanto isso, o Atlântico Sul ficava em segundo plano, pois o fluxo marítimo pela região era reduzido – o Canal do Panamá e o Canal de Suez supriam as necessidades do tráfego de embarcações deste oceano para o Pacífico e para o Índico. Porém, com o surgimento de grandes navios mercantes, incapazes de trafegar pelos referidos canais, somado ao crescente interesse das potências da OTAN pelo continente Antártico, o Atlântico Sul voltou a ter relevância no cenário internacional. José Viegas Filho, em seu artigo “A segurança do Atlântico Sul e as relações com a África” (FUNAG, 2016), demonstra como países do então primeiro mundo – como era conhecido o

bloco capitalista da Guerra Fria – utilizavam-se de uma suposta presença naval soviética na região para justificar uma maior interferência na porção Sul do Atlântico, com a finalidade de garantir a segurança das rotas do Cabo Horn e do Cabo da Boa Esperança, e do caminho para a Antártida.

Nesse cenário, as potências europeias começaram a buscar uma maior aproximação com as nações costeiras sul atlânticas. Apesar de já haver mecanismos de influência da Europa sobre essas nações, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) – assinado em 1947 no Rio de Janeiro, com o propósito de prover a proteção mútua entre os países americanos – e o *Simon's Town Agreement* – acordo entre o Reino Unido e a África do Sul acerca da utilização de uma base naval na cidade de Simonstown, a Sudeste da Cidade do Cabo, pela Marinha Real Britânica e da proteção das rotas marítimas que circundavam o referido Estado africano, ou seja, as rotas do Cabo da Boa Esperança – não havia ainda um acordo que integrasse todas as nações marginais ao Atlântico Sul, o que seria de grande valor para os EUA caso esse impedisse alianças individuais entre um Estado da região e os soviéticos.

OTAS

Em 1976, quando da visita do Ministro da Marinha do Brasil a Buenos Aires, o jornal *La Nación* publicou um editorial alertando sobre o poder naval soviético no Atlântico Sul. Esse alerta era decorrente da presença de Cuba em Angola, a qual contrariava os interesses estratégicos de três grandes atores regionais: Brasil, Argentina e África do Sul. Em resposta a isso, a ideia de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), como espelho do órgão de defesa da América do Norte e da Europa, começou a aparecer no noticiário internacional, sempre envolvendo a participação de potências integrantes da OTAN, principalmente os EUA. Seria a oportunidade de unir os interesses do Estado norte-americano – manter os soviéticos afastados do referido oceano, garantindo a segurança das rotas comerciais marítimas ao Sul do Equador – e os dos Estados litorâneos ao Atlântico Sul – protegerem-se de subversões internas decorrentes da influência da URSS (VIEGAS FILHO, 2016).

Em um primeiro momento, Argentina e África do Sul – Estados que se encontravam com uma imagem muito ruim no cenário internacional, este pela política do *apartheid* e aquele pela derubada do governo Perón – demonstraram-se interessados pela ideia. Uma suposta união contra o inimigo comunista comum a todo o bloco Ocidental poderia melhorar a receptividade de ambos os países em fóruns internacionais. O Brasil, por outro lado, teve um grande desafio para negar a sua participação nesse acordo, necessitando realizar um grande esforço diplomático. Ao fim do mesmo ano do surgimento da ideia, representantes brasileiros já desmentiam a existência de uma disposição do país em aceitar uma aliança para proteção militar coletiva do Atlântico Sul.

A situação da África do Sul no que tange à sua política externa vinha se deteriorando. O referido país sofria, a época, com inúmeras sanções e condenações por parte da comunidade internacio-

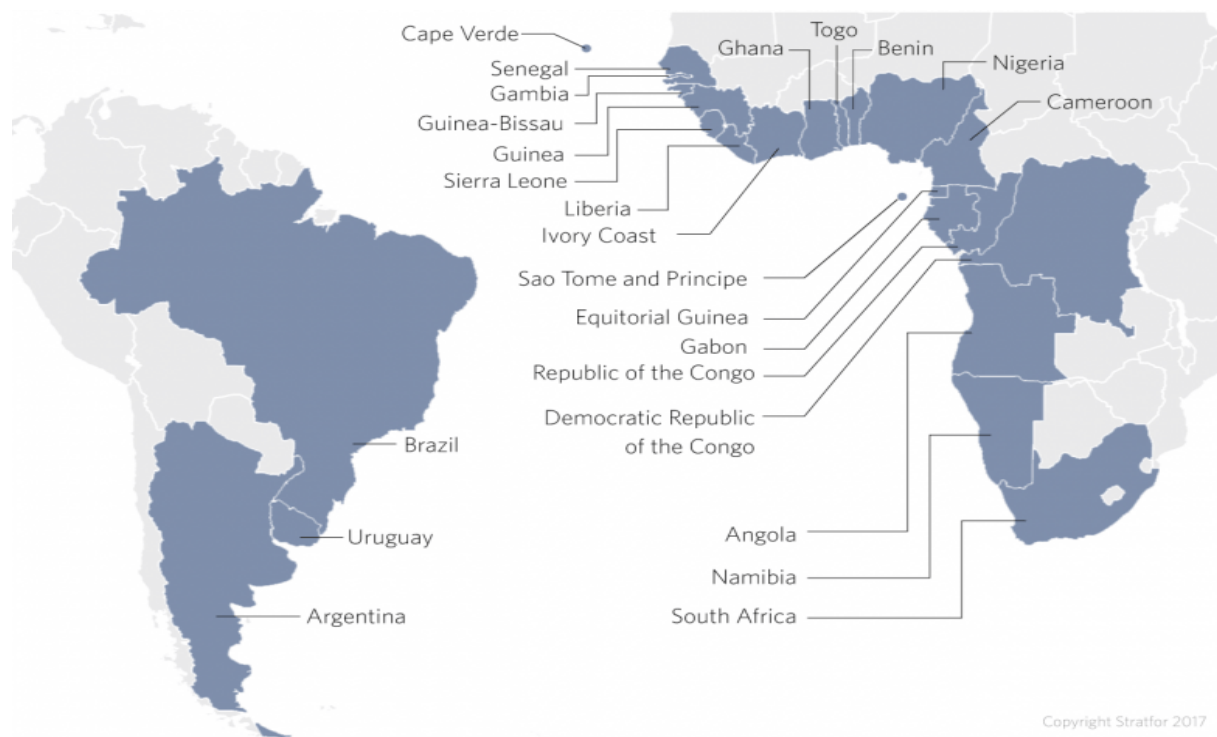
nal devido às acusações de que estava infringindo os direitos humanos. Dessa forma, muitas críticas passaram a ser feitas a países que porventura viessem a configurar uma aliança militar com aquele Estado, as quais partiram de organismos internacionais e de demais países africanos, enfraquecendo a proposta que visava integrar militarmente Estados costeiros do Atlântico Sul. Isso fez com que o governo argentino voltasse atrás na ideia de apoiar a OTAS, dissociando sua imagem de um simpósio em apoio à criação dessa organização a ser realizado em Buenos Aires em maio de 1981.

Com a grande resistência internacional, inclusive por parte de Estados essenciais para sua composição, a ideia da criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul foi abandonada. Contudo, o ideal de integração entre os Estados costeiros da porção Sul do Oceano Atlântico entrou na pauta de analistas e estrategistas africanos e sul-americanos, reforçando a necessidade de proximidade entre os países da costa atlântica da América do Sul e os países costeiros da África Ocidental.

ZOPACAS

A resistência brasileira em aceitar a proposta de integração militar entre as nações lindeiras do Atlântico Sul representada pela OTAS foi um grande fator para o fracasso desta ideia. Uma possível militarização de uma área oceânica marcada pela ausência de conflitos e um reforço da presença de potências estrangeiras em seu entorno estratégico divergia dos interesses da política externa brasileira. José Viegas Filho, em sua já citada tese, registra que “O objetivo fundamental do Brasil no Atlântico Sul é a preservação de seu caráter de instrumento pacífico do intercâmbio entre os países em desenvolvimento que o margeiam.” (VIEGAS FILHO, José. 2016).

Com a intenção de elaborar uma proposta de integração que não ferisse os interesses estratégicos dos Estados sul-atlânticos, o Brasil levou à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1986, o projeto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Essa organização tinha como fundamento manter o Sul do Oceano Atlântico como região desmilitarizada e livre de artefatos nucleares (CALDAS, Anderson Oliveira. 2013). Além disso, possuía também a intenção de estimular a cooperação em outros setores, como, por exemplo, estreitar os laços comerciais e promover a proteção do meio ambiente marinho. Dessa forma, a ZOPACAS se tornava o órgão internacional que conciliava os interesses de integração dos Estados ribeirinhos do Atlântico Sul e de afastamento da presença militar das potências do Norte da região.



Mapa 1: Países membros da ZOPACAS

Fonte: Stratfor, 2017.

Tendo como membros Brasil, Argentina, Uruguai e Estados costeiros africanos desde o Senegal até a África do Sul, incluindo países insulares como Cabo Verde – como demonstrado na figura 1 – o organismo se reuniu pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1988, com a finalidade de definir suas metas. Porém, com o fim da Guerra Fria a questão da desnuclearização perdeu força, e as reuniões seguintes – 1990, 1994, 1996 e 1998 – tiveram como característica uma mudança no enfoque dos debates, os quais se voltaram mais para questões como desenvolvimento econômico e social e meio ambiente.

Após quase dez anos de estagnação da organização – o que Aderson de Oliveira Caldas (2013) atribui à “a ausência de uma estrutura organizacional mínima” (CALDAS, Aderson de Oliveira, 2013) – o aparecimento de ameaças piratas na costa Oeste da África – a qual será detalhada mais a frente neste artigo – fez com que outra reunião fosse realizada, em 2007, em Luanda, na Angola, país que vinha sendo fortemente prejudicado pelos ataques armados contra mercantes em sua costa, muito rica em recursos minerais. O resultado desse encontro, porém, não foi expressivo no que tange a uma solução para o problema, resumindo-se a cláusulas condenatórias sem efeito prático para a promoção da segurança na região ameaçada.

A última reunião realizada pelo organismo foi em Montevidéu, no Uruguai, em 2013. Adotando uma postura um pouco mais incisiva em comparação a que havia sido adotada em Luanda,

a VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, além de aprovar medidas para a cooperação econômica e para a preservação do meio marinho, resolveu, também, que os Estados-membros iriam aumentar os esforços para o combate às ameaças à segurança marítima, como previsto no Artigo 4º, item 1º do Plano de Ação de Montevideú, como foi chamado o documento de resolução aprovado no referido encontro.

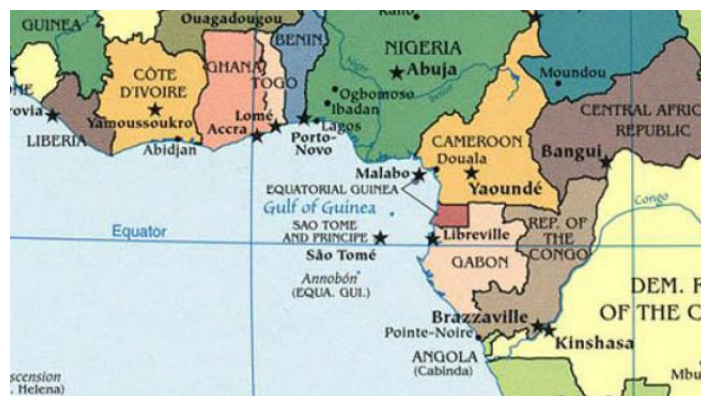
Reforçar a cooperação entre os Estados-membros da Zona em matéria de monitoração, controle e vigilância de navios, com vista a combater as atividades ilícitas, bem como a criminalidade organizada transnacional no mar no Atlântico Sul, inclusive através do intercâmbio de dados e treinamento para operações de rastreamento e identificação de navios a longo alcance (ZOPACAS, 2013).

Esses termos se traduziram em negociações comerciais de produtos de defesa, como no caso da venda de 12 aeronaves A-29 Super Tucano por parte da empresa brasileira EMBRAER para a Nigéria e no acordo firmado entre Brasil e Angola para a venda de sete navios-patrolha de 500 toneladas, e na formação de oficiais e praças das forças armadas de Estados do Oeste africano pelas escolas militares brasileiras.

Após a reunião de Montevideú, porém, a organização voltou a segundo plano, encontrando-se dispersa desde 2013. Enquanto isso, os números da ameaça pirata no Golfo da Guiné vem aumentando (OCEANS BEYOND PIRACY, 2017) – uma análise mais detalhada será realizada mais a frente – impedindo a consolidação dessa organização na região abrangida por ela.

A questão do Golfo da Guiné

Localizado na costa Ocidental do continente africano, o Golfo da Guiné banha o litoral de 8 países: Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão.



Mapa 2: Estados banhados pelo Golfo da Guiné

Fonte: PETERSIDE, Dukaku. TheCable. Fev. 2018.

Na década de 1990, um grande volume de riquezas minerais foi descoberto nas profundezas do Atlântico Sul. Estados da África ocidental, principalmente Nigéria e Angola, transformaram-se em grandes exportadores de petróleo, tendo uma crescida exponencial em sua economia por conta da venda desse e de outros hidrocarbonetos na primeira década do século XXI. Comparando esse petróleo com o extraído das bacias brasileiras é possível verificar que os dois possuem características bastante diferentes. Enquanto o brasileiro é mais denso, oferecendo maiores custos para ser devidamente utilizado, o da costa africana é considerado de alta qualidade, com baixo teor de enxofre e leve, compatível com a maioria das refinarias europeias.

Esse material despertou, então, a atenção, principalmente, dos países europeus. Sofrendo com uma grande dependência de combustíveis fósseis oriundos da Federação Russa, com a qual possuem grandes controvérsias, países da Europa vêm buscando uma alternativa para seu abastecimento, e o petróleo do Golfo da Guiné surge como boa opção. Dados extraídos do relatório “O Golfo da Guiné: da energia à pirataria e ao crime organizado” do Instituto Português de Relações Internacionais indicam que “13% das importações de petróleo e 6% do gás importado têm origem e transitam pelo Golfo da Guiné”.

Outro grande consumidor de energia mundial também possui participação e grandes interesses na região. Os Estados Unidos, ainda segundo o mesmo relatório, “importam 16% do petróleo do Golfo da Guiné e chegaram a encarar a hipótese de atingir os 25% nos próximos dez anos” (Instituto Português de Relações Internacionais). Devido à instabilidade constantemente presente no Oriente Médio – principal região exportadora de petróleo do mundo – torna-se necessária a busca por outra fonte de abastecimento, a qual vem sendo, como demonstrado pelo trecho do relatório português, a região do Golfo da Guiné.

A segunda maior economia do mundo também vem aumentando sua presença no continente africano e demonstrando grandes interesses no referido golfo. A República Popular da China tem na África sua segunda maior fonte de petróleo, sendo Angola – terceiro maior exportador do minério para o país (ALBERT, Eleanor. 2017) – seu principal exportador. Em contrapartida, a *China Railway Engineering Corporation (CREC)* realiza obras de infraestrutura no Estado angolano, como um aeroporto em Luanda e uma linha férrea conectando a costa do país à região de Katanga, na República Democrática do Congo – também com estreitas ligações comerciais com os chineses (LAPEGNA, Andrea. 2018). Chama a atenção, ainda, a possibilidade de um reforço nos laços entre os países da África Ocidental e a China no aspecto militar. A potência asiática vem, assim como o Brasil, formando militares africanos em suas academias, além de realizar a venda de produtos militares para países da região, a exemplo da comercialização de pequenas embarcações de patrulha para a marinha da Costa do Marfim.

Todos esses exemplos demonstram como a região do Golfo da Guiné e do Oeste africano vem ganhando em importância geopolítica perante o cenário internacional. Dessa forma, é possível veri-

ficar que as atenções de grandes economias do mundo estão novamente voltadas para o entorno estratégico brasileiro. Entretanto, um novo problema apresentou-se na região, e as ações do Brasil quanto a ele podem ser decisivas para que o país possa alcançar os objetivos de suas relações exteriores.

A pirataria e o roubo armado

Os primeiros registros de ataques piratas e de roubo armado – sendo esta quando o ataque ocorre dentro do mar territorial de um Estado e aquela quando ocorre em águas internacionais – na região do Golfo da Guiné surgiram com o início da exploração mineral na região. A pirataria no continente africano, porém, estava mais concentrada em sua costa Leste, principalmente nas águas próximas ao chifre da África, no Golfo de Áden, enquanto o litoral Atlântico correspondia apenas por 30% dos ataques no continente. Esse cenário, no entanto, inverteu-se com a implantação de uma força-tarefa da União Europeia nas proximidades da Somália, a EUNAVFOR, que alcançou grande sucesso em seu objetivo de promover a segurança da navegação no local.

O crescimento dos ataques piratas na África Ocidental, contudo, destacou a existência de grandes diferenças no modo de ação dos criminosos. Enquanto no chifre da África o foco dos sequestros era a solicitação de resgate pela tripulação e pela carga, no Golfo da Guiné os piratas agem com a finalidade de roubar o petróleo transportado para refiná-lo em refinarias clandestinas instaladas no próprio país de origem do produto visando à posterior comercialização. Dessa forma, diferentemente dos ataques na Somália, nos quais a vida dos tripulantes era muito importante para o objetivo dos piratas, na costa Oeste os tripulantes não possuem essa relevância para os criminosos, aumentando a possibilidade de mortes durante os ataques.

Outra característica preocupante dos ataques piratas no Oeste da África é a localização. Enquanto na Somália os ataques ocorriam em águas internacionais, no caso do lado ocidental, segundo relatório de 2017 da organização *Oceans Beyond Piracy*, foram 53 em mares internacionais e 44 em zonas sob a soberania dos Estados litorâneos do Golfo da Guiné, dentre mares territoriais, zonas contíguas e águas interiores. Isso deixa claro que esses países possuem grandes dificuldades em cumprir com suas responsabilidades de prover a segurança para os navios mercantes que trafegam por sua área marítima, evidenciando a necessidade de meios de cooperação para o combate à pirataria.

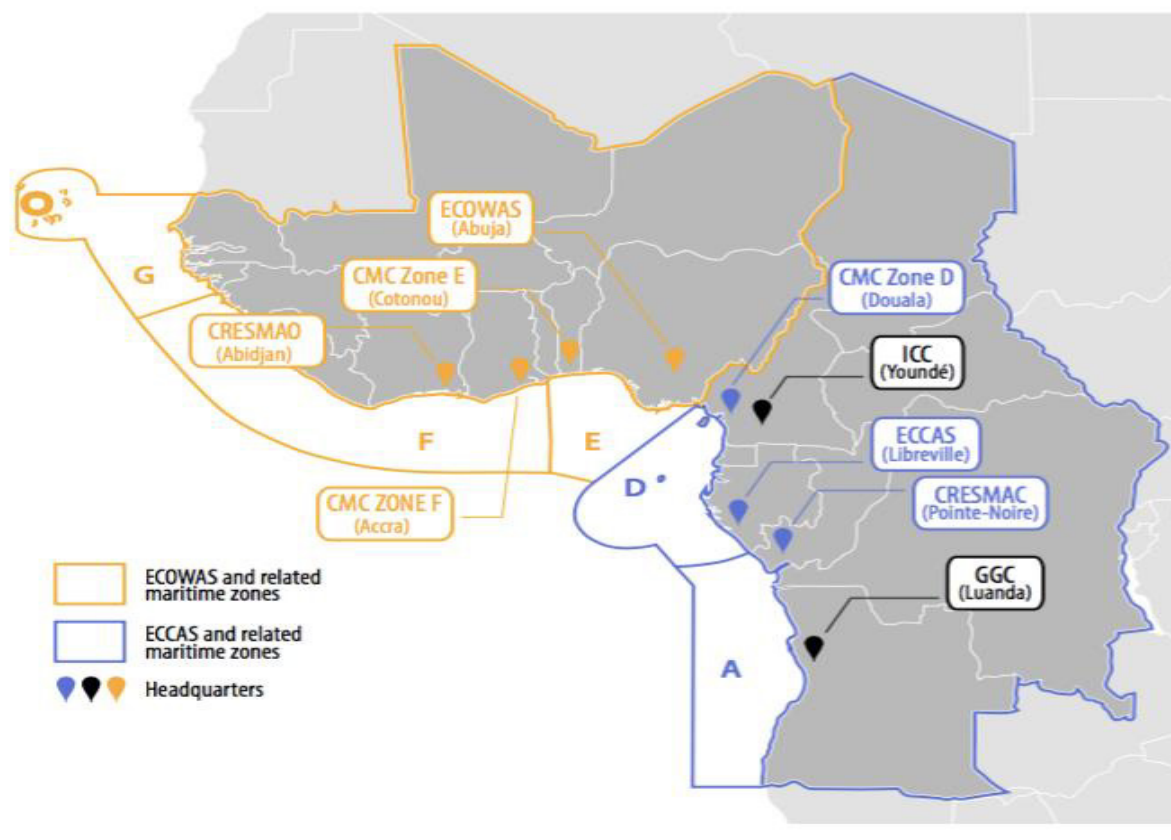
Todo esse processo é altamente prejudicial para todos os atores interessados na região. ainda de acordo com o relatório da *Oceans Beyond Piracy* de 2017, o montante total gasto com segurança contratada para se navegar no Golfo da Guiné ultrapassava os 367,3 milhões de dólares. Quando se adiciona outras medidas de proteção contra os ataques, como o pagamento de seguros, a integração de sistemas de informação e a manutenção de organismos contra a pirataria, o valor extrapola 818,1

milhões de dólares. Todo esse custo a mais é demasiadamente danoso para os países costeiros da região, que têm uma economia muito dependente da exportação de hidrocarbonetos. Uma queda dessas vendas devido à ação de piratas, aliados à recorrente instabilidade político-social desses Estados, podem vir a gerar graves crises, favorecendo a ação de grupos violentos, como o Boko Haram – grupo fundamentalista islâmico atuante no Norte da Nigéria.

O aumento nos custos de transporte marítimo pela região tem grandes efeitos, também, para os compradores. Potências econômicas de todo o mundo, como já demonstrado, possuem grandes interesses nos minérios extraídos do leito marinho do Golfo da Guiné, pois o fornecimento de petróleo oriundo do Oriente Médio – área onde se localizam os maiores volumes desse minério do mundo – já demonstrou, por diversas vezes, que é instável, como ocorreu durante as duas crises do petróleo na década de 70, por exemplo, criando uma busca incessante pela diversificação das fontes do hidrocarboneto. A crise da pirataria na região ameaça, dessa forma, a área que serve como principal alternativa para os grandes importadores desse produto, causando reações tanto nesses países, quanto nos Estados costeiros locais.

Reações locais e estrangeiras

Localmente, algumas organizações foram criadas visando o estreitamento de laços entre as nações do Centro-Oeste africano, sendo as duas principais a *Economic Community of West Africa States (Ecowas)* e a *Economic Community of Central Africa States (ECCAS)*, ambas unidas sob a influência da Comissão do Golfo da Guiné (GGC, na sigla em inglês). As duas possuem planos de desenvolvimento das capacidades marítimas da região, o que ficou demonstrado pela criação do *Inter-Regional Coordination Centre on Maritime Safety and Security for Central and West Africa (ICC)* em uma grande reunião ocorrida em Yaoundé, capital de Camarões, em 2013 entre os chefes de Estado dos países de ambas as organizações, estabelecendo, também o Código de Conduta de Yaoundé. Dessa forma, o ICC age de maneira a fortalecer a cooperação entre os Estados locais e a repressão aos atos de pirataria e roubo armado com o intuito de garantir a segurança marítima no Golfo da Guiné. Visando operacionalizar essas políticas, foram criados dois centros de coordenação regional subordinados ao ICC, um para a região central, sediado no Congo, e outra para a região Oeste da África, com sede na Costa do Marfim – CRESMAC e CRESMAO respectivamente, na sigla em inglês, podendo ser visualizado no mapa 3.



Mapa 3: Organizações africanas e respectivas zonas marítimas

Fonte: MASSONI, Marco. Sahel and Sub-Saharan Africa. Osservatorio Strategico, 2017.

A crise na região, como já dita anteriormente, não afeta somente os países locais, como também todos os interessados nas riquezas minerais de seu leito marinho. Dessa forma, Estados distantes do Golfo da Guiné também vem tendo atuação junto ao problema da pirataria e do roubo armado na costa atlântica da África.

Essa atuação tem como principais atores os países da União Europeia (UE), os quais têm no petróleo e gás natural africanos uma esperança para reduzir a grande dependência que eles possuem dos recursos minerais oriundos do interior da Rússia, Estado muitas vezes visto como um rival geopolítico da Europa Ocidental. A contribuição da UE contra essa crise tem como objetivo qualificar os países limítrofes do Oeste africano para que estejam aptos a prover a garantia da segurança marítima na região, através de investimentos em áreas como comunicações e planejamento e do fortalecimento de instituições internas dos países africanos locais. Um grande exemplo dessa forma de ação é a *Strategy for the Gulf of Guinea (SGoG)* – a qual define “ações potenciais que a UE, através de uma abordagem global de apoio às ações da própria região e em coordenação com parceiros internacionais, pode ajudar os Estados e organizações regionais a enfrentar o problema” (UNIÃO EUROPEIA, 2014) – e o *Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020* – que visa ao reforço dos ideais estabelecidos pela estratégia – elaboradas pelo Conselho de Política Externa da UE (MASSONI, Marco. 2017).

Outra grande potência que demonstra preocupação com a crise no Golfo da Guiné são os Estados Unidos da América. Como já explicado anteriormente, esse país tem a intenção de diversificar sua fonte de hidrocarbonetos, gerando uma alternativa ao combustível fóssil importado do Oriente Médio. As ações norte-americanas na África têm como marco a criação do *United States Africa Command (AFRICOM)*. Esse comando militar foi criado após estrategistas apontarem que o continente africano seria o grande desafio na área de segurança para o *United States European Command (EUCOM)*, o qual concentrava o comando dos esforços militares dos EUA em solo europeu e africano. O AFRICOM visa aumentar a cooperação do Estado americano com os países africanos, com o intuito de reprimir ameaças de grupos radicais e de garantir seus interesses no continente, mas enfrenta certa resistência à sua atuação, a qual muitas vezes é vista como parte de um conjunto de intenções “imperialistas” para com a África (SOARES, Marília Marinho. 2017). Ainda assim, vem realizando, junto aos Estados africanos – incluindo os ribeirinhos do Golfo da Guiné – e com o apoio de seus meios da *U.S Naval Forces Africa*, localizados na Itália, uma série de exercícios navais com o intuito de capacitar as marinhas locais para realizar um efetivo combate às ameaças à livre navegação, e impedir a progressão de facções terroristas para o mar.

No cenário internacional, o receio com o avanço das atividades criminosas de pirataria e de roubo armado no Golfo da Guiné resultou no estabelecimento de um grupo de interesse acerca do assunto dentro do G7, um dos principais fóruns para debates entre Estados de todo o mundo. Esse grupo, batizado de *G7++ Friends of Gulf of Guinea (G7++ FOGG)*, assim como as medidas tomadas pela UE e pelos EUA individualmente, busca incentivar ações que permitam aos Estados costeiros do referido golfo superar a crise de segurança marítima existente na região. Para isso, busca estimular o desenvolvimento econômico dos países locais, uma maior cooperação e integração entre esses Estados e a criação de instituições internas a essas nações que possibilitem uma maior estabilidade político-social.

Outros Estados interessados pela região também participam de esforços para conter a atividade criminosa nas águas do Golfo da Guiné. Brasil e China são grandes exemplos de países que, através de acordos bilaterais com nações litorâneas do Oeste africano, buscam consolidar os meios necessários para que a segurança marítima possa ser garantida localmente. A venda de navios-patrolha chineses para a Costa do Marfim, a compra de aeronaves A-28 “Super Tucano” da empresa brasileira EMBRAER e as diversas obras de infraestrutura nos países da África Ocidental financiadas por esses dois grandes parceiros demonstram que as colaborações para conter a pirataria e o roubo armado na margem Leste do Atlântico Sul não advêm somente de países considerados desenvolvidos.

A importância que todos esses esforços possuem no tocante ao combate travado nos mares do Oeste africano é inegável. A história nos mostra que a instabilidade política e o subdesenvolvimento econômico tornam um ambiente propício para o surgimento de atividades à margem da lei,

muitas vezes com potencial perigo para muitos indivíduos. Esse é exatamente o caso da crise no Golfo da Guiné, onde os Estados costeiros passam por diversas dificuldades socioeconômicas, com baixos índices de desenvolvimento humano e uma grave dependência da exportação de seus recursos minerais para o crescimento de seus produtos internos. Ações que ataquem essas limitações, que podem ser consideradas a origem da instabilidade naquelas águas, devem sempre ser estimuladas e celebradas.

Os resultados dessas medidas, no entanto, só poderão ser sentidos a um longo prazo, pois mudanças como o surgimento de estabilidade política e o desenvolvimento de uma economia próspera são processos lentos, que dependem de uma confluência de diversos fatores os quais, muitas vezes, não se tem meios de controlar. Dados do já citado relatório de 2017 do *Oceans Beyond Piracy* mostram que, no referido ano, o número total de ataques a navios mercantes na região foi de 97 casos, envolvendo 1726 marinheiros, dos quais 509 sofreram algum tipo de violência, desde ameaças a assassinatos. No ano corrente, registros do *International Maritime Bureau* apresentam que, entre janeiro e junho, ocorreram 46 casos, entre tentativas de ataque, tiros contra o navio, navios embarcados e navios sequestrados na costa atlântica da África.

Essa ineficácia a curto prazo das medidas propostas para solucionar a crise de pirataria e roubo armado na costa atlântica da África pode ser compreendida pela ausência da presença naval de países africanos nas águas ameaçadas do Atlântico Sul. A grande maioria das marinhas de guerra dos Estados ribeirinhos da região é composta por pequenos navios-patrolha, com capacidade limitada à realização de breves patrulhas mais próximas à costa devido à sua baixa autonomia e pequena estrutura. Navios de escolta – como são chamadas belonaves como fragatas, destroieres ou corvetas – os quais possuem maior autonomia e são capazes de realizar longos trajetos sem a necessidade de apoio de terra, só podem ser encontrados na marinha da Nigéria, país onde ocorre a grande maioria dos ataques e no qual dados apontam o maior crescimento do número de casos de investidas piratas em todo o continente africano: de 13 no primeiro semestre de 2017, para 31, no mesmo período de 2018 (IMB, 2018).

A necessidade de uma integração regional

A carência de meios navais de superfície com autonomia para permanecer no mar por tempo o suficiente para detectar, acompanhar, perseguir e visitar embarcações suspeitas da prática de pirataria ou de roubo armado – nos termos previstos pela CNUDM em seus artigos 110 e 111 – limita a atuação dos países litorâneos do Oeste africano à medidas de médio e longo prazo, como já explicado anteriormente. Porém, tendo em vista que a crise no Golfo da Guiné carrega consigo graves

ameaças não só à estabilidade no fornecimento de recursos minerais para grandes Estados ao redor de todo o mundo, inclusive o Brasil – grande importador do petróleo nigeriano – mas também às vidas humanas que trafegam naquelas águas a bordo de navios sob a ameaça constante de invasão e sequestro, torna-se imperioso que medidas sejam tomadas visando à diminuição imediata do número de ataques na região e à garantia de mínimas condições de segurança marítima para o fluxo de embarcações mercantes que cruzam ou têm como destino ou origem a margem Leste do Atlântico Sul.

Para que essas medidas possam ser implementadas, é necessário haver uma maior presença de agentes fiscalizadores capazes de impor as leis e regulamentos nacionais e internacionais a embarcações que se neguem a cumpri-las. Como dito anteriormente, das marinhas da África ocidental, a única que dispõe de meios capazes de realizar essas tarefas plenamente é a Nigéria, e, ainda assim, o país sofre com um aumento no número de casos de investidas piratas contra navios. Neste cenário, surgem como opções a aquisição de meios navais com maior autonomia por demais países africanos margeados pelo Oceano Atlântico – o que encontra limitações nos interesses estratégicos dos detentores dessas belonaves e na disponibilidade de recursos financeiros lá disponíveis para realizar essa compra – e a integração direta dos países costeiros locais com Estados exteriores à região.

Limitações à atuação estrangeira no Golfo da Guiné

As grandes potências mundiais, apesar do grande interesse nos recursos minerais disponíveis no leito marinho do Golfo da Guiné, não demonstram uma disponibilidade para uma atuação direta na região, visando ao aumento da presença de meios navais realizando patrulhas e garantindo a segurança marítima. Mesmo com uma atuação constante contra a pirataria e o roubo armado no Oeste africano, países da União Europeia, os EUA e outros interessados na região, como a China, limitam-se a ações visando o fortalecimento das instituições e da cooperação entre os países costeiros locais.

A União Europeia se encontra envolta pela maior situação de instabilidade interna desde sua fundação, em 1993. Com a vitória da saída do Reino Unido da organização em um plebiscito realizado no país em 2016, movimentos contrários à UE ganharam força em diversos Estados-membros da organização. Dessa maneira, ações externas à Europa acabam por ficar em segundo plano nos debates do maior órgão regional do mundo. Além disso, a crise dos refugiados oriundos de conflitos no Oriente Médio e no Norte da África traz outra preocupação para os países europeus, os quais precisam arcar com um grande aumento populacional e deparam-se com a insatisfação popular, a qual contribui para o crescimento do sentimento anti-UE.

Já os EUA vêm passando por um momento de transformação em sua política externa. O presidente norte-americano Donald Trump adotou a política que ficou conhecida como “*America first*”,

a qual prega uma maior preocupação com questões diretamente relacionadas ao próprio país. Dessa forma, o Estado detentor da maior economia do mundo vem retraindo-se em ações consideradas não essenciais, indicando que novas intervenções diretas não serão aprovadas em um futuro breve. Outra grande preocupação dos EUA é com a região do Mar do Sul da China, sobre o qual a República Popular da China alega soberania e vem construindo e armando ilhas artificiais. Além disso, como já dito anteriormente, os norte-americanos não contam com uma boa imagem no continente africano, sendo vistos como uma “potência imperialista”.

Já o Estado chinês vem investindo em grandes projetos de integração do que considera suas áreas de influência, como o “*One Belt, One Road*”, considerada a nova rota da seda. Preocupando-se com o estabelecimento dessa linha comercial, o gigante asiático também vem estabelecendo uma política de defesa para garantir a sua segurança, como demonstrado pela instalação de uma base naval no Djibouti, na entrada do Mar Vermelho. Além disso, as tensões acerca do Mar do Sul da China e do Mar do Leste da China – mares esses onde há ilhas disputadas com países insulares como Japão e Filipinas – também se apresentam como desafios imediatos para o país. Dessa forma, os grandes esforços de ampliação da *People’s Liberation Army Navy* – nome oficial da marinha de guerra chinesa – serão canalizados prioritariamente para reforçar a posição chinesa nas proximidades dos territórios em disputa e no entorno de sua nova rota comercial.

O mundo vem passando por um delicado momento de transformação. Grandes potências demonstram alteração em suas posturas diante do cenário global, organizações internacionais perdem força e credibilidade e novos atores emergem como futuras grandes potências – como é o caso da Índia, que recentemente lançou seu primeiro submarino de propulsão nuclear e vem investindo muito no desenvolvimento de seu poderio militar. Em um período sensível como este, é natural, então, que as grandes potências incentivem uma ação regionalizada, permitindo que outro país assuma o protagonismo na região do Atlântico Sul.

Desafios e oportunidades para o Brasil

Como demonstrado, a crise no Golfo da Guiné é responsável por um alto número de ações violentas contra a vida humana e por altíssimos custos para a exploração das riquezas presentes na região, demandando que ações mais enérgicas sejam tomadas no combate à pirataria e ao roubo armado. Essas ações, contudo, dependem de uma série de condições as quais países locais não possuem a capacidade de atendê-las e países estrangeiros não dispõem da intenção de supri-las.

Enquanto isso, o Brasil vem construindo sua política externa sobre uma estreita parceria com a Organização das Nações Unidas e suas missões de paz, já tendo participado de mais de 50 dessas.

O país retirou-se do Haiti, onde suas forças comandavam a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, na sigla oficial, em francês), após a desativação da missão, com um total de 13 anos de atuação. No Líbano, um almirante da Marinha do Brasil comanda a única força-tarefa marítima sob a égide da ONU, a FTM-UNIFIL, e uma belonave brasileira é o navio capitânia desse componente naval da missão de paz. O Brasil participa, ainda de outras 6 operações de paz na África e na Europa.

Essa atuação, entretanto, não demonstra ainda ter resultados concretos para as pretensões brasileiras de ser visto como *player* global e de rever os principais mecanismos de decisão do sistema internacional, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no qual o Brasil almeja conquistar um assento permanente. Dentre os países componentes do G4 – grupo de Estados que visam à reforma do CSNU – o Brasil é o que aparenta estar mais distante da possibilidade de ocupar uma cadeira permanente nesse órgão. Essa imagem, dentre outras causas, pode ter relação com uma ausência de posições firmes em temas relacionados à segurança, agindo somente quando acionado pela ONU em Estados afastados de seus objetivos estratégicos.

A crise do Golfo da Guiné surge, então, como uma oportunidade de afirmação para as ações de política externa do Brasil. A necessidade de uma integração regional mais ativa no combate à pirataria e ao roubo armado compõe uma conjuntura favorável para o país afastar a possibilidade de uma presença militar de grandes potências em seu entorno estratégico e reforçar sua posição de protagonismo no Atlântico Sul, atuando como provedor da segurança marítima na região.

Para isso, o Brasil deveria disponibilizar meios para atuarem, preferencialmente, em conjunto com meios dos países africanos em operações ao longo do golfo, como o patrulhamento de entradas e saídas de portos e a visita a embarcações suspeitas, em uma força-tarefa especialmente designada para isso, sob a liderança brasileira – a experiência adquirida na FTM-UNIFIL contribui para a aceitação dessa liderança e para o estabelecimento das diretrizes das operações por parte do Brasil – e alinhada com os objetivos da ZOPACAS, da qual todos os Estados que envolvem o Golfo da Guiné são membros. Essa atuação viria de encontro com o proposto por Aderson de Oliveira Caldas (2013), em seu “A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul”.

Assim, em contraposição à OTAN, organismo este específico para Segurança e Defesa de seus Estados-membros, uma ZOPACAS forte e com atuação positiva na solução dos problemas da região, mesmo sendo uma organização essencialmente voltada para a paz, demonstraria à comunidade internacional que o Atlântico Sul é uma região possuidora de um organismo próprio, que engloba somente os países lindeiros, talvez sob a liderança de um Brasil propositivo e atuante (CALDAS, Aderson Oliveira. 2013).

Apesar de atravessar um período de grave crise econômica, a qual vem impondo diversas limitações operativas para a Marinha do Brasil, o país dispõe de meios capazes de realizar as tarefas

atinentes ao combate à pirataria na costa africana, como fragatas, corvetas e, até mesmo, navios-patrolha de maior porte e com maior autonomia, como os da classe “Amazonas”. Além disso, em um futuro não muito distante, projetos como o das corvetas classe “Tamandaré” devem iniciar a fase de construção dos novos navios, aumentando as possibilidades de projeção da esquadra brasileira no Atlântico Sul.

Analisando as condições necessárias para a realização dessa ação direta na região, verifica-se que o Brasil se destaca como o país mais apto para tal tarefa. O Estado brasileiro possui um longo histórico de proximidade com os países da costa Oeste da África, mantendo as boas relações até os dias atuais; é o responsável pela proposta de sucesso no que tange à integração das nações costeiras do Atlântico Sul, a ZOPACAS, incluindo toda a área abrangida pela organização em seu espaço de influência; localiza-se estrategicamente próximo do Golfo da Guiné, o que reduz custos logísticos decorrentes da travessia até a região afetada; e, como fator determinante para essa atuação, o Brasil possui o interesse na segurança do referido golfo, já que a paz em seu entorno é uma base de suas relações internacionais, como exposto no primeiro parágrafo da Estratégia Nacional de Defesa.

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia. Essa vocação para a convivência harmônica, tanto interna como externa, é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro (BRASIL. END, 2012).

Ao agir dessa maneira, o Brasil assumiria posição de destaque em uma porção oceânica do planeta e seria ator relevante na promoção da segurança necessária para uma região considerada cada vez mais significativa.

Conclusão

Brasil e África possuem grandes ligações históricas, as quais conectam os dois lados da porção Sul do Oceano Atlântico até hoje. Dessa conexão resultou a elaboração de uma grande integração que envolvesse tanto a América do Sul, quanto a África Ocidental, a ZOPACAS, organização que, apesar de estar inclusa em todo o planejamento estratégico brasileiro, ainda passa por limitações para sua consolidação.

A região de abrangência desse órgão internacional é extremamente rica em recursos minerais, o que atrai o interesse de grandes potências de todo o mundo, as quais buscam diversificar suas fontes energéticas. Somando-se isso ao fato de haver uma grave crise de pirataria e roubo armado na região do Golfo da Guiné, surge um potencial para uma interferência estrangeira no Atlântico Sul, uma

ameaça aos objetivos da ZOPACAS relativos à manutenção da zona como uma área desmilitarizada.

Entretanto, devido ao atual cenário internacional, essas potências, por mais que estejam interessadas na exploração das riquezas regionais, não demonstram estar à disposição de atuar com maior presença no local sob ameaça, permitindo, então, a ascensão do Brasil como ator principal no fortalecimento da segurança marítima na costa Oeste da África, otimizando os resultados brasileiros em suas relações exteriores e oferecendo ao país um maior respaldo para as negociações internacionais.

O Brasil não pode simplesmente aceitar que uma crise como a da pirataria no Golfo da Guiné venha a afetar a sua posição em seu entorno estratégico. Não deve permitir que potências estrangeiras compareçam ao Atlântico Sul para prover a segurança marítima no local. Precisa, como protagonista que deseja ser no cenário internacional, garantir que, na região interior à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, haja a paz que dá nome à organização.

Referências bibliográficas

ALBERT, Eleanor. China in Africa. **Council on Foreign Relations**, 12 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/china-africa>>. Acesso em: 13 set. 2017.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ASSESSMENTS. Brazil and Africa Bridge the South Atlantic. **Stratfor**, 27 jul. 2017. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/brazil-and-africa-bridge-south-atlantic>>. Acesso em: 13 set. 2018.

BIRNBAUM, Michael; WITTE, Griff. A year of Trump's 'America first' agenda has radically changed the U.S. role in the world. **The Washington Post**, Washington, 20 jan. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/a-year-of-trumps-america-first-agenda-has-radically-changed-the-us-role-in-the-world/2018/01/20/c1258aa6-f7cf-11e7-9af7-a50bc3300042_story.html?utm_term=.20282a1a5152>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRANDÃO, Joana; NEHRING, Carolina. Angola assina acordo para compra de navios-patrolha do Brasil. **Deutsche Welle**, 16 set. 2014. <<https://www.dw.com/pt-002/angola-assina-acordo-para-compra-de-navios-patrolha-do-brasil/a-17923253>>. Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. **Ministério da Defesa**, Brasília, 2012.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. **Ministério da Defesa**, Brasília, 2012.

BRASIL. Política Nacional de Defesa. **Ministério da Defesa**, Brasília, 2012.

BRASIL. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em: 13 set. 2018.

CALDAS, Aderson de Oliveira. **A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

CARVALHO, Josiane Rocha; NUNES, Raul Cavedon. **A ZOPACAS no contexto da geopolítica do Atlântico Sul: história e desafios atuais**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

DALLANTONIA, Bruno Francesco Farignole; MONTEZ, Luiz Guilherme Tosta; RIBEIRO, Rafael Maganha; ROCHA, Murilo Nogueira; SOUZA, Raquel Moura de. **Novos desafios acerca da securitização do Atlântico Sul**, Rio de Janeiro, 2017.

ICC INTERNATIONAL MARITIME BUREAU. **Piracy and armed robbery against ships: Report for the period of 1 January – 30 June 2018**, Londres, jul. 2018.

INSTITUTO DIPLOMÁTICO; INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **O Golfo da Guiné :da energia à pirataria e ao crime organizado**.

The Cold War. **John F. Kennedy presidential library and museum**, Boston.

LAPEGNA, Andrea. The Chinese presence in Africa: pure economic geopolitics. **Aspenia online**, 8 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.aspeninstitute.it/aspenia-online/article/chinese-presence-africa-pure-economic-geopolitics>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MASSONI, Marco. The G7++ Friends of the Gulf of Guinea (G7++ FOGG) Rome Declaration. **Osservatorio Strategico**, 2017.

SILVA, Alberto da Costa e. Um Rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. 5. ed. Editora Nova Fronteira, 2011.

SOARES, Marília Marinho. **Política de defesa brasileira para o Atlântico Sul: o oceano como um espaço estratégico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 27 jul. 2017.

UNIÃO EUROPEIA, Council conclusions on the Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020. **Council of the European Union**, Bruxelas, 16 mar. 2015.

UNIÃO EUROPEIA. EU Strategy on the Gulf of Guinea. **Council of the European Union**, Bruxelas, 17 mar 2014.

A participação das forças armadas brasileiras na Segunda Guerra Mundial

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005, 78p.

Resenha por Rafaelle Torres Pereira da Silva¹

Após 77 anos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, a obra de Francisco César Ferraz – Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina – nos mostra como foi intenso, impreciso e incerto enviar cidadãos brasileiros à guerra. Apesar de pouco valorizada, a atuação direta desses homens através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do grupo de caça brasileiro conhecido como “Senta Pua”, foram determinantes no cenário de guerra dos campos de batalha italianos, em vitórias como a tomada do Monte Castelo e Montese.

O livro é dividido em dez capítulos, além da cronologia, referências, fontes – como o ensaio de Francisco Ruas Santos, *Fontes para a história da FEB*, e o livro de Cesar Campiani Maximiano, *Onde estão os nossos heróis? Uma breve história dos brasileiros na 2ª Guerra* – sugestões de leitura e o último sobre o leitor. As divisões são feitas de forma cronológica onde o autor retrata os motivos e a preparação que culminaram na presença brasileira.

Inicialmente o autor nos informa datas e contextos históricos que nos explicam o porquê do então presidente, Getúlio Vargas, ter declarado estado de Beligerância contra o Eixo (Aliança política formada por Alemanha, Itália e Japão). Ele também provoca no leitor uma espécie de reflexão, realizando perguntas e provocando desconfiças sobre o real motivo dessa declaração, criando curiosidade e fazendo com que o leitor fique preso e queira saber as repostas das questões, tendo

¹ Graduanda em Ciências Navais, Escola Naval.

como exemplo: “Como os brasileiros participaram desse conflito?”, “Quem levou vantagem com a economia de guerra?”, “Como foi o desempenho dos soldados brasileiros na Itália?”.

Ao decorrer da leitura da obra, é possível identificar a explicação dessa decisão presidencial, e a partir dessa explanação, o professor da UEL consegue criar uma divisão entre seus leitores, fazendo com que tenham que decidir estar do lado do presidente e entender seu ponto de vista, ou ficar contra ele por desconfiar dos seus reais interesses devido às relações comerciais com os Estados Unidos da América.

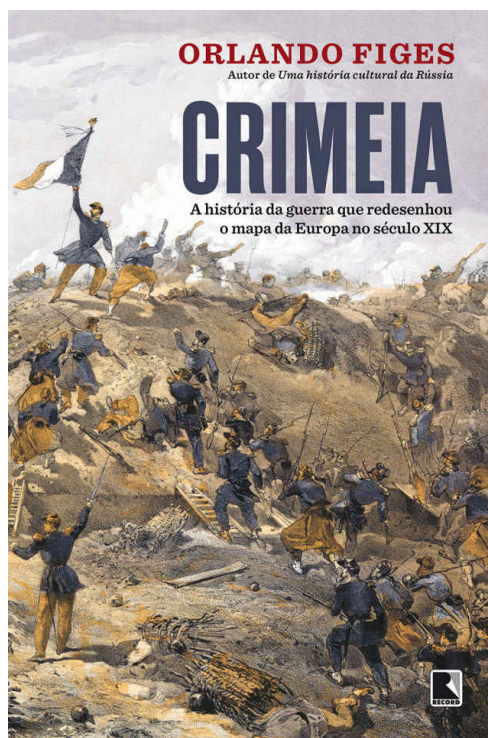
Fica-se com a impressão de que o escritor apresentou os dois lados, todavia adotou a posição de estar contra os reais motivos do governo, e tende a fazer com que as pessoas que estão realizando a leitura do livro sejam influenciadas e convencidas da visão do autor.

Apesar desse fato, a elucidação da entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial é feita de forma clara, precisa e concisa. Por esse motivo, recomenda-se a leitura desse livro, pois o seu conteúdo mostra a todos os brasileiros – diferente do que a maioria pensa e julga erroneamente – que a participação brasileira nessa guerra foi extremamente importante e decisiva nos cenários de conflitos na Itália. Por isso, não, os brasileiros não foram para lá gozar férias (como em muitos momentos o autor comenta que as pessoas da época diziam) mas antes foram para combater, enfrentando um desafio que certamente marcaria suas vidas, e retornaram vitoriosos, deixando paz na pátria em que se encontravam.

Livro em Destaque

Chamada pelo autor de “A última Cruzada” – como aparece no subtítulo da edição original em inglês – a Guerra da Criméia é um episódio de extrema relevância com poucas obras publicadas em português.

O sangrento conflito que matou mais de 800 mil homens e colocou a Rússia contra uma coalizão incluindo Grã-Bretanha, França e Império Otomano, teria sido motivado, entre outras coisas, pela crença do Czar Nicolau I de que era dever da Rússia governar todos os cristãos ortodoxos e controlar a Terra Santa – inflamando a rivalidade entre russos e otomanos em relação aos Bálcãs, desestabilizando as relações entre as potências europeias e contribuindo para construir o cenário que culminaria na Primeira Guerra Mundial.



Com base em uma variedade de fontes, Orlando Figes elabora um relato vivido e consistente do que pode ser considerado o primeiro conflito da Era Industrial, com soldados entrincheirados na neve, cirurgiões atuando no campo de batalha, cobertura da imprensa por intermédio de repórteres correspondentes e figura fanática do Czar Nicolau I em sua busca pela Salvação.

O autor

O historiador inglês Orlando Figes é um dos maiores especialistas atuais em história da Rússia. Foi membro do Trinity College da Universidade de Cambridge e atualmente é Professor de História no Birkbeck College, na Universidade de Londres. É autor de outras obras, incluindo “Uma História Cultural da Rússia” e “A Tragédia de um Povo: a Revolução Russa, 1891-1924”.



Título: Criméia: A história da guerra que redesenhou o mapa da Europa no Século XIX.

Título original: Crimea: The Last Crusade

Editora: RECORD

ISBN: 8501097365

Edição: 1ª Edição - 2019

Número de Páginas: 602

Acabamento: BROCHURA

Formato: 16.00 x 23.00 cm

Preço médio: R\$ 104,00 nas livrarias



Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.